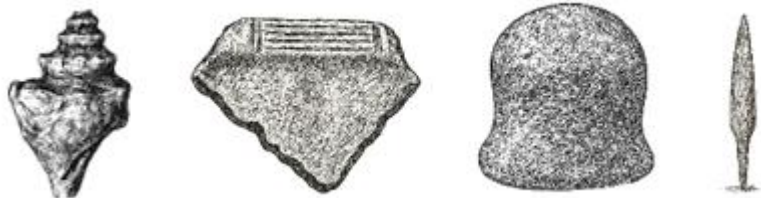




UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - CCSO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

LUCIANO COSTA E SILVA

PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: o papel da Gestão Documental e
da Gestão da Informação no Sítio Chácara Rosane em São Luís - MA



São Luís
2025

LUCIANO COSTA E SILVA

PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: o papel da Gestão Documental e
da Gestão da Informação no Sítio Chácara Rosane em São Luís - MA

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Biblioteconomia,
da Universidade Federal do Maranhão,
como requisito para obtenção do grau de
Bacharel em Biblioteconomia

Orientadora: Profa. Dra. Valdirene Pereira
da Conceição

São Luís

2025

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Silva, Luciano Costa e.

PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: : o papel da Gestão Documental e da Gestão da Informação no Sítio Chácara Rosane em São Luís - MA / Luciano Costa e Silva. - 2025.
140 f.

Orientador(a): Valdirene Pereira da Conceição.
Monografia (Graduação) - Curso de Biblioteconomia,
Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2025.

1. Patrimônio Cultural. 2. Gestão Documental. 3. Gestão da Informação. 4. Sítio Chácara Rosane. 5. São Luís. I. Pereira da Conceição, Valdirene. II. Título.

LUCIANO COSTA E SILVA

PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: o papel da Gestão Documental e
da Gestão da Informação no Sítio Chácara Rosane em São Luís - MA

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de
Biblioteconomia, da Universidade
Federal do Maranhão, como requisito
para obtenção do grau de Bacharel em
Biblioteconomia.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Valdirene Pereira da Conceição (Orientadora)

Doutora em Linguística e Língua Portuguesa

Universidade Federal do Maranhão

Profa. Dra. Aldinar Martins Bottentuit

Doutora em Ciência da informação

Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Arkley Marques Bandeira

Doutor em Arqueologia

Universidade Federal do Maranhão

AGRADECIMENTOS

Em um universo desprovido de respostas absolutas, expresso minha gratidão pelo simples fato de existir.

A conclusão deste trabalho não teria sido possível sem o apoio e a colaboração de diversas pessoas, às quais expresso minha mais sincera gratidão.

Primeiramente a minha família que ofereceu suporte financeiro e emocional, também a Fernanda Viana, pelo suporte intelectual durante todo o processo de escrita, pela paciência, dedicação e incentivo constante.

Ao Prof. Dr. Welington Lage e a Profa. Dra. Conceição Lage, por me proporcionarem a oportunidade de atuar no Sítio Arqueológico Chácara Rosane, a experiência prática e o aprendizado adquiridos nesse contexto foram essenciais para a construção deste estudo.

À minha orientadora, Profa. Dra. Valdirene Pereira da Conceição, por sua orientação, suas sugestões e pelo comprometimento em guiar este trabalho com excelência.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização desta pesquisa, seja por meio de apoio acadêmico, incentivo moral ou troca de conhecimentos, meu mais profundo agradecimento.

Este trabalho é resultado de um esforço coletivo, e sou imensamente grato por cada contribuição recebida ao longo dessa jornada.

“Olhei para a massa de sinais e estrelas no céu noturno e abri-me pela primeira vez à indiferença benigna do mundo” (Albert Camus)

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso aborda a preservação do patrimônio cultural, destacando o papel da Gestão Documental (GD) e da Gestão da Informação (GI) no contexto arqueológico. Considerando que a escavação arqueológica é um processo destrutivo, a aplicação de métodos de GD e GI torna-se essencial para a preservação do conhecimento e da memória contidos nos artefatos. O objetivo geral é analisar a relação entre Arqueologia, Gestão Documental e Gestão da Informação, enfatizando a importância da documentação para garantir a integridade e a perpetuidade das informações. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, utilizando técnicas como observação participante, análise documental e levantamento bibliográfico. O estudo de caso tem como locus o Sítio Arqueológico Chácara Rosane, localizado em São Luís, Maranhão. Os resultados apresentam dados preliminares do sítio, incluindo mais de 150 mil fragmentos arqueológicos e 62 sepultamentos humanos primários, evidenciando a relevância de métodos sistemáticos de registro, classificação e catalogação para a preservação da memória. O fluxo de trabalho documentado abrange desde o registro em campo até a curadoria em laboratório e a disseminação do conhecimento por meio de relatórios e ações de Educação Patrimonial. Conclui-se que a integração da GD e da GI ao processo de salvaguarda arqueológica é fundamental para a preservação do patrimônio cultural e para a construção das memórias e identidades coletivas.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural; Gestão Documental; Gestão da Informação; Sítio Chácara Rosane; São Luís.

ABSTRACT

This Undergraduate Thesis addresses the preservation of cultural heritage, highlighting the role of Document Management (DM) and Information Management (IM) in the archaeological context. Considering that archaeological excavation is a destructive process, the application of DM and IM methods becomes essential for preserving the knowledge and memory contained in the artifacts. The main objective is to analyze the relationship between Archaeology, Document Management, and Information Management, emphasizing the importance of documentation to ensure the integrity and perpetuity of information. The research adopts a qualitative approach, using techniques such as participant observation, document analysis, and literature review. The case study focuses on the Chácara Rosane Archaeological Site, located in São Luís, Maranhão. The results present preliminary data from the site, including more than 150,000 archaeological fragments and 62 primary human burials, highlighting the relevance of systematic methods for recording, classifying, and cataloging for memory preservation. The documented workflow covers everything from field recording to laboratory curation and the dissemination of knowledge through reports and Heritage Education activities. It is concluded that the integration of DM and IM into the archaeological safeguarding process is fundamental for the preservation of cultural heritage and for the construction of collective memories and identities.

Keywords: Cultural Heritage; Document Management; Information Management; Chácara Rosane Site; São Luís.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Disciplinas auxiliares e suas contribuições	22
Figura 2 - Exemplos de cerâmica arqueológica da região amazônica.	24
Figura 3 - Artefatos líticos lascados	25
Figura 4 - Estudo bioarqueológico - análise de sepultamento humano	25
Figura 5 - Etapas do estudo arqueológico, a esquerda e imagem central são coleta em superfície; a imagem da direita é a etapa de poços-teste	28
Figura 6 - Etapa de escavação arqueológica e artefato evidenciado	28
Figura 7 – Etapas do processo de escavação.....	30
Figura 8 - Escavação arqueológica no Planalto Central.....	30
Figura 9 – The Continuum of Understanding.....	38
Figura 10 - Ciclo GD, GI e Memoria	49
Figura 11- Distribuição quantitativa das referências bibliográficas utilizadas no trabalho, segmentadas pelas principais categorias temáticas.....	56
Figura 12 - Topografia e georreferenciamento	60
Figura 13- Peneiramento.....	60
Figura 14 – Escavação, abertura de quadrícula.....	60
Figura 15 - Peneiramento de poços testes (PT).....	61
Figura 16 – Indivíduo 1 e 2.....	61
Figura 17 – Escavação da trincheira	61
Figura 18 - Acervo arqueológico até 2020	62
Figura 19 – Higienização.....	62
Figura 20 - Áreas do empreendimento Bambuzal – Sítio Arqueológico Chácara Rosane.....	63
Figura 21 - Terraplanagem.....	64
Figura 22 - Limpeza da porção de terra	64
Figura 23 - Alguns fragmentos identificados	64
Figura 24 - Escavações mecanizadas.....	65
Figura 25 – Volume de material	65
Figura 26 - Catalogação e análise na UFPI.....	65
Figura 27 - Final da supressão vegetal	66
Figura 28 - Vestígios cerâmicos	67
Figura 29 – Escavação mecanizada	67

Figura 30 - Escavação mecanizada	67
Figura 31 - Quantificação de cerâmicas.....	68
Figura 32 - Material cerâmico identificado.....	68
Figura 33 - Escavação TR1.....	69
Figura 34 - Escavação TR1.....	69
Figura 35 - Escavações em quadrículas TR2.....	70
Figura 36 - Identificação de sepultamentos humanos TR2	70
Figura 37 - Escavações TR3.....	70
Figura 38 - Sepultamento humano - TR3	71
Figura 39 - Processo de supressão vegetal	72
Figura 40 - Área escavada 5m x 5m	72
Figura 41 - Ampliações das escavações.....	72
Figura 42 - Marcações de um dos corredores.....	73
Figura 43 - Escavação de um dos indivíduos.....	73
Figura 44 - Monitoramento da área	73
Figura 45 - Etapa de curadoria arqueológica	74
Figura 46 - Etapa de curadoria arqueológica	74
Figura 47 - Gerenciamento de Informação.....	80
Figura 48 - Detecção de fragmento cerâmico pré-colonial no Sítio Chácara Rosane.....	82
Figura 49 – Modelo de ficha de caracterização de atividades (FCA)	82
Figura 50 – alguns metadados da ficha FCA	83
Figura 51 – Alguns metadados da ficha FCA.....	83
Figura 52 - Primeiro mapa produzido da área ainda sem a divisão	84
Figura 53 - Algumas malhas de poços-teste e sondagens.....	85
Figura 54 - Área quando já estava em processo de escavação.....	86
Figura 55 – Prospeção arqueológica, poço-teste	86
Figura 56 - Prospeção arqueológica, poço-teste	86
Figura 57 – Escavação manual Trincheira 2	87
Figura 58 - Escavação manual de sepultamento humano	87
Figura 59 - Escavação manual Trincheira 1	87
Figura 60 - Croqui de quadrículas escavadas durante resgate	88
Figura 61 - Demarcações dos perfis para registro em croqui e interpretação sobre ocupações e/ou estratigrafias.....	89
Figura 62 - Perfis demarcados pronto para registro, importante para o contexto	

arqueológico do vestígio (sepultamento 2).....	89
Figura 63 - Perfis demarcados em croqui	90
Figura 64 - Croqui esquemático com indicação das perfurações para fixação dos esteios das peneiras	90
Figura 65 - Croqui esquemático de uma trincheira.....	90
Figura 66 - Perfil norte de uma quadrícula	91
Figura 67 - Registro em caderno de campo	92
Figura 68 - Registro em caderno de campo	92
Figura 69 - Registros em caderno de campo	93
Figura 70 - Ficha de campo.....	93
Figura 71 - Gps utilizado no estudo.....	93
Figura 72 - Uso de pinceis durante escavação	95
Figura 73 - Uso de pinceis durante escavação	95
Figura 74 - Análise química de cerâmicas	95
Figura 75 - Amostras para análise química.....	96
Figura 76 - Remoção de dentes para datação	96
Figura 77 - Escaneamento 3d do sepultamento.....	96
Figura 78 - Higienização do material arqueológico	97
Figura 79 - Higienização do material arqueológico	98
Figura 80 - Higienização do material arqueológico	98
Figura 81 - Higienização do material arqueológico	98
Figura 82 - Esmalte incolor sendo colocado.....	100
Figura 83 - Tombamento de peças	100
Figura 84 - Tombamento de peças	100
Figura 85 - Tombamento de peças	101
Figura 86 - Peças em lotes já organizadas	102
Figura 87 - Peças em lotes já organizadas	102
Figura 88 - Medindo e pesando peças, catalogando.....	103
Figura 89 - Medição das peças	103
Figura 90 - Fotografia das peças por lote.....	103
Figura 91 - Inventário do material arqueológico do sítio.....	104
Figura 92 - Acervo em um dos espaços.....	105
Figura 93 - Acervo em um dos espaços.....	105
Figura 94 - Acervo com sepultamentos e artefatos em caixas	105

Figura 95 - Caixas organizadas por datas.....	106
Figura 96 - Ficha descritiva dos artefatos	106
Figura 97 - Alguns relatórios técnicos disponíveis no Sistema Eletrônico de Informações (SEI)	107
Figura 98 - Relatório técnico produzido pela coordenação do estudo.....	107
Figura 99 - Interface do SICG	109
Figura 100 - Interface do SGPA	110
Figura 101- Interface do SGPA	111
Figura 102 - Sistema Eletrônico de Informações (SEI) processo do estudo Chácara Rosane.....	113
Figura 103 - Montagem para atividades de educação patrimonial, em 11 e 13 de set.	115
Figura 104 - EP presencial - funcionários do empreendimento, em 11 e 13 de set.	115
Figura 105 - EP presencial – discentes e docentes da UNDB e UFMA, em 11 e 13 de set.	115
Figura 106 - EP presencial – discentes e docente da UFMA, em 19 de março.	116
Figura 107 - EP turma do 6º ano do Centro de Orientação e Capacitação (COC), 10 de abril.	116
Figura 108 - Banner utilizado na educação patrimonial	116
Figura 109 - Banner utilizado na educação patrimonial	117
Figura 110 - Banner utilizados na educação patrimonial.....	117
Figura 111 - Folder para educação patrimonial.....	118
Figura 112 - Contêiner	122
Figura 113 - Interior do Contêiner	122
Figura 114 - Casa que abriga o material arqueológico na obra	123
Figura 115 - Planta da casa e sua divisão	123
Figura 116 - Imóvel em negociação	123

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Aspectos da Informação.....	38
Quadro 2 - Modelo de Gerenciamento de Informação de McGee e Prusak	40
Quadro 3 - Modelo de Gerenciamento de Informação de Davenport (Ecológico).....	40
Quadro 4 - Formas de abordagem da gestão documental	46
Quadro 5 - Etapas do processo de gestão documental.....	47
Quadro 6 - Critérios da Revisão.....	52
Quadro 7 - Divisão de etapas e atividades da pesquisa.....	53
Quadro 8 - Cronograma das Principais Atividades Arqueológicas no Sítio Chácara Rosane (2020-2025)	75

LISTA DE SIGLAS

AP	Antes do Presente
CCSO	Centro de Ciências Sociais
CI	Ciência da Informação
CNA	Centro Nacional de Arqueologia
COC	Centro de Orientação e Capacitação
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
DIKW	Data-Information-Knowledge-Wisdom
EP	Educação Patrimonial
FCA	Ficha de Caracterização de Atividade
GD	Gestão Documental
GI	Gestão da Informação
GPS	Sistema de Posicionamento Global
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LO	Licença de Operação
LOE	Luminescência Opticamente Estimulada
PAIPA	Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico
PCM	Planejamento e Controle de Manutenção
SEI	Sistema Eletrônico de Informações
SPHAN	Patrimônio Histórico e Artístico
TL	Termoluminescência
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UNDB	Unidade de Ensino Superior Dom Bosco

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 ARQUEOLOGIA E A CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: conexões possíveis	17
2.1 Esboço histórico	17
2.2 Conhecimento auxiliares da Arqueologia	19
2.3 Acervo Arqueológico	23
2.4 Técnicas e tecnologias aplicadas a pesquisa arqueológica	26
2.5 O processo de escavação e recuperação dos artefatos	29
2.6 Patrimônio cultural: Conceitos e Perspectivas	31
3 INFORMAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA: a causa que nos une	36
3.1 A Gestão da informação: Organização e Controle da Informação	37
3.2 Documentação e Gestão Documental: Teorias, Métodos e Desafios	42
3.3 Memória um Processo Dinâmico da Identidade Social	48
4 PERCURSO METODOLÓGICO	51
4.1 Mapeamento Temático	54
5 SÍTIO CHÁCARA ROSANE, EM SÃO LUÍS MARANHÃO: um exemplo de sítio arqueológico e de patrimônio arqueológico, histórico, cultural e documental	57
5.1 Caracterização do cenário de pesquisa	57
5.2 Escavar, Analisar, Preservar: O ciclo da Arqueologia no Sítio Chácara Rosane	58
5.3 Gestão Documental e Gestão da Informação na Chácara Rosane	76
5.4 Construção da memória e acervos e a musealização	118
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
REFERÊNCIAS	127

1 INTRODUÇÃO

A ilha de São Luís do Maranhão possui uma interessante cronologia de ocupações humanas pré-coloniais¹ (Bandeira, 2015). As pesquisas arqueológicas na ilha também têm revelado vários sítios arqueológicos com ocupações de longa duração (Corrêa, 2014). O sítio arqueológico "Chácara Rosane" apresenta um vasto acervo de artefatos, embora sua existência seja conhecida desde a década de 1970, somente durante o processo de licenciamento ambiental, iniciado em 2019 pela empresa de licenciamento arqueológico WLage, mostrou a verdadeira dimensão e volume do sítio. Atualmente já foram salvaguardados mais de 150 mil fragmentos arqueológicos e 62 sepultamentos primários de indivíduos, evidenciados entre 2020 a 2024.

Assim, se corretamente interpretados, esses dados podem revelar aspectos significativos das culturas pré-coloniais da Ilha Upaon-Açu (hoje denominada de São Luís), e estas interpretações emergem a partir das informações coletadas em campo, processadas pela equipe e analisadas detalhadamente em laboratório, sendo o principal desafio consistir em transformar dados em informações e, consequentemente, em conhecimento.

O processo de organizar e interpretar dados arqueológicos, especialmente em sítios complexos como a "Chácara Rosane", requer métodos sistemáticos de registro, classificação, catalogação e análise para extrair o máximo de informações possíveis, com o objetivo de compreender o passado de nossos ancestrais. Em algumas áreas interdisciplinares, os objetos de estudo podem ser analisados isoladamente, sem comprometer sua interpretação ou valor. No entanto, para que as análises arqueológicas sigam o rigor metodológico tradicional, é necessário o envolvimento de outras áreas do conhecimento, particularmente no que diz respeito a Gestão Documental (GD) e Gestão da Informação (GI), isso porque o trabalho arqueológico, além de gerar quantidades significativas de artefatos arqueológicos e históricos, também cria uma grande quantidade de documentos físicos e digitais, acumulando-se

¹ Pesquisadores como Bandeira (2013, 2015) e Leite Filho; Leite (2005), revelaram artefatos de povos ceramistas em diferentes períodos: alguns datados de cerca de 7.000 anos AP, seguidos por vestígios de povos sambaquieiros por volta de 5.800 anos AP, e posteriormente, evidências de povos ceramistas amazônicos, datadas de aproximadamente dois a mil anos AP. Por fim, vestígios dos povos Tupinambá, que apareceram nos séculos XIV e XVII, sugerem uma última onda de ocupação humana na região (Bandeira, 2015).

ao longo de todo o processo de escavação, análise laboratorial e a produção da comunicação científica. Esse conjunto de documentos inclui descrições dos sítios, fotografias, mapas, desenhos, relatórios, catálogos de artefatos, entre outros. Santos (2021) afirma que uma parte considerável desse conteúdo acaba sendo perdida ou se torna de difícil acesso, compartilhamento e uso, ocorrendo, em grande parte, devido a falta de uma compreensão clara sobre a interdisciplinaridade que essas disciplinas podem ter.

As relações entre GD e GI são estreitas e complementares, embora cada uma tenha um foco e propósito distintos. A GD está voltada para o controle, organização e arquivamento de documentos, sejam físicos ou digitais, com o intuito de assegurar a preservação e a recuperação das informações registradas. Por outro lado, a GI possui um escopo mais amplo, abrangendo a coleta, análise, organização e utilização da informação para apoiar processos decisórios e operacionais.

Portanto, a interdisciplinaridade entre essas duas áreas é essencial para garantir que a preservação do patrimônio cultural, em especial o patrimônio arqueológico, contribua para a continuidade das memórias e identidades de nossa sociedade. No caso do sítio arqueológico Chácara Rosane, a preservação vai além do cuidado físico dos artefatos, uma vez que envolve práticas que asseguram que o conhecimento do passado seja interpretado, analisado e transmitido. Esse processo permite a criação de um espaço simbólico, onde a memória coletiva é mantida viva e constantemente revisitada. A memória, nesse sentido, é construída a partir da organização e análise das informações coletadas, permitindo que o patrimônio arqueológico, como um recurso de memória coletiva, seja constantemente revisitado e reconfigurado ao longo do tempo. Nesse contexto, o processo de salvaguarda do acervo arqueológico no sítio Chácara Rosane representa uma etapa importante para garantir a proteção do patrimônio e sua adequada interpretação. Como observa Santos (2021, p. 107): "[...] a informação é imprescindível para qualquer organização, influência da Revolução Informacional, cujas características marcantes são a velocidade e a competitividade".

A relevância deste estudo reside na crescente necessidade de estabelecer medidas para a curadoria dos dados arqueológicos, de modo a garantir a preservação e o acesso às informações relativas ao patrimônio cultural. O patrimônio arqueológico, como forma de expressão material da identidade de um povo, não se limita apenas a objetos e vestígios do passado, mas é um importante meio de comunicação e

disseminação de saberes e significados. Ao ser tratado e organizado por meio da gestão documental e da informação, ele pode ser armazenado de forma sistemática, possibilitando sua interpretação e valorização para as gerações atuais e futuras. Dessa forma, questiona-se: como a gestão documental e da informação, por meio de seus métodos e análises, pode auxiliar na preservação e interpretação do patrimônio cultural presente no sítio arqueológico Chácara Rosane?

Assim, tem-se como objetivo geral: Analisar como a gestão documental e a gestão da informação contribuem para a preservação do patrimônio cultural arqueológico. E como objetivos específicos, cita-se:

- Compreender a relação entre arqueologia, gestão documental e gestão da informação, destacando seu papel na preservação do patrimônio cultural;
- Avaliar métodos e práticas de documentação arqueológica, incluindo registros gráficos, fotográficos e digitais, com foco na perpetuidade das informações;
- Identificar as práticas de organização, catalogação e conservação de acervos arqueológicos.

2 ARQUEOLOGIA E A CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: conexões possíveis

Por décadas, a disciplina da Arqueologia tem sido envolta em uma névoa de concepções equivocadas, muitas das quais foram perpetuadas ao longo dos anos pela representação distorcida na mídia cinematográfica, isso resultou em uma confusão persistente sobre a real área de estudo e escopo científico da arqueologia.

2.1 Esboço histórico

A definição do campo de atuação e do objeto de estudo da Arqueologia é marcada por uma notável ausência de consenso na literatura especializada. Historicamente, a disciplina foi conceituada de diferentes maneiras, seja como a ciência voltada a compreender padrões de comportamento humano a partir de vestígios materiais (Clark, 1973), como o estudo sistemático do passado por meio da recuperação e análise de evidências (Bahn, 1992), ou ainda como uma ciência social dedicada à investigação das sociedades e suas transformações (Manzanilla; Barba, 1994). No Brasil, embora a Arqueologia tenha sido influenciada por escolas teóricas europeias e norte-americanas, desenvolveu trajetórias próprias, frequentemente marcadas por uma percepção de diálogo frente a outros campos do conhecimento, reflexo de seu caráter interdisciplinar (Araújo, 2017).

Para elucidar esse debate, Araújo (2017) propõe uma distinção fundamental entre o objeto de estudo da Arqueologia e seu objetivo final. Segundo o autor, o foco primário da disciplina recai sobre os artefatos, enquanto a compreensão das sociedades do passado suas dinâmicas, desenvolvimento, relações e extinção constitui a meta a ser alcançada por meio dessa análise material. Araújo (2017, p. 62) enfatiza a necessidade de não confundir “[...] o objetivo (entender como eram [...] as sociedades do passado) com o objeto de estudo (artefatos)”. Tal perspectiva dialoga com definições clássicas do campo, como as de Spaulding (1960) e Dunnell (1992), que entendem os artefatos como materiais portadores de traços culturalmente transmitidos, fundamentais para a investigação arqueológica.

Contudo, essa centralidade da cultura material e a própria definição do objeto da Arqueologia são amplamente questionadas por abordagens decoloniais. Autores como Shepherd (2016) argumentam que a delimitação do campo e de seu objeto

constitui um ato político, ancorado em práticas coloniais, ao definir a Arqueologia como “o estudo do passado através de restos materiais”, a disciplina exerce um poder de recategorização, ao nomear tais elementos como “restos” ou “artefatos” e restringir outras formas de relação possíveis com esses materiais que poderiam ser concebidos como ancestrais, entidades sagradas ou dotadas de agência. Esse processo é entendido por Shepherd (2016) como uma forma de “violência epistêmica”, pois desarticula os vestígios de suas conexões originais e os insere em um regime de conhecimento universalizante, silenciando saberes e relações alternativas com o passado.

Nesse sentido, a crítica decolonial ultrapassa a discussão sobre o objeto central da disciplina, ao evidenciar como a própria fundação da Arqueologia esteve atrelada a projetos de poder. Gnecco (2016, p. 83) caracteriza a “[...] Arqueologia como uma ferramenta eugênica para a purificação do tempo, destacando seu papel na construção de narrativas nacionais e raciais, ao mesmo tempo em que nega a contemporaneidade e a agência dos povos originários”. Segundo Haber (2016), a resposta a essas críticas, não se limita à adoção de novas metodologias, mas demanda uma postura política denominada “arqueologia indisciplinada”, que propõe alterar os próprios princípios disciplinares, reconhecendo a necessidade de práticas colaborativas e socialmente conscientes. O objetivo último, conforme os autores é “transformar o mundo; mudar a vida; refazer, completamente, o entendimento humano”.

Assim, sob uma perspectiva decolonial de Shepherd, Gnecco e Haber (2016), compreende que a Arqueologia é redefinida não como um campo neutro dedicado ao estudo de objetos, mas como uma prática social, que problematiza suas origens e busca, em diálogo com as comunidades, construir futuros mais justos por meio de uma reflexão crítica sobre as materialidades e memórias do passado desses povos.

A recente mudança na terminologia utilizada na Arqueologia, especificamente a transição do termo “pré-história” para “pré-colonial”, reflete uma crítica crescente aos conceitos coloniais tradicionais. Essa nova abordagem busca ser mais inclusiva e respeitosa em relação aos povos originários do Brasil. O uso do termo “pré-colonial” reconhece a existência de culturas distintas desses povos, que foram anteriormente marginalizadas ou ignoradas pela narrativa histórica dominante (Barreto, 1999, 2000; Corrêa, 2014).

Nesse contexto, a informação desempenha um papel fundamental nos estudos

arqueológicos, ela serve como base para entender e interpretar o passado humano, pois é composta por dados e evidências

Além disso, a mesma está presente desde os primeiros estudos, como na formulação de projetos de licenciamento ambiental e, intrinsecamente, aos trabalhos de campo no primeiro contato com os artefatos em sítios arqueológicos, na escrita dos relatórios contendo as atividades ocorridas ao longo do trabalho, até ao final do estudo na etapa de curadoria do material arqueológico, o que também inclui análises e filiações culturais dos artefatos, publicações dos dados e, posteriormente, possível exposição e musealização desses artefatos.

A gestão dessas informações em cada etapa dos estudos arqueológicos é de suma importância, pois, de acordo com Dias (2013, p. 104), para preservar esses dados, deve-se “[...] resguardar as informações sobre os artefatos retirados do sítio arqueológico e a preservação do estado físico dos objetos que foram conservados pelo microclima em que o artefato esteve submetido.” Mas afinal, quais informações podemos extrair dos artefatos arqueológicos? A informação tem a capacidade de reconstrução histórica, os arqueólogos possuem a capacidade de recriar aspectos da vida humana em diferentes períodos, às vezes com apenas um único fragmento, conseguem projetar interpretações ou simplesmente resgatar informações analisando seu contexto arqueológico, ou seja, tudo que está ao redor do artefato.

2.2 Conhecimento auxiliares da Arqueologia

A Arqueologia, enquanto ciência, superou diversos questionamentos acadêmicos e científicos ao longo do tempo, sua natureza interdisciplinar e a dificuldade em realizar análises de maneira similar às ciências tradicionais alimentaram, por anos, um debate sobre seu status científico. A ausência de um modelo experimental, diretamente comparável ao das Ciências Naturais, foi um fator central na construção dessa narrativa, apesar de seu rigor metodológico e da aplicação de abordagens científicas complexas em sua prática.

De acordo com Araújo (2018), até os anos 1970, a filosofia da ciência era dominada pela Física, especialmente pelo modelo experimental da física newtoniana, baseada em “teste de hipóteses”. Surpreendentemente, estudos da Biologia e Geologia, que estavam distantes desse modelo, eram vistos como ciências inferiores ou mesmo como áreas “não científicas”. Pensadores como Popper, Lakatos, Kuhn e

Feyerabend começaram a desafiar esse modelo mais estático, propondo que o conhecimento científico não é sempre cumulativo, mas descontinuamente mais amplo, evidenciado por mudanças inevitáveis (Sterelny, 2009).

Embora a Arqueologia tenha enfrentado um longo e complexo processo para consolidar seu status de ciência, ela só conseguiu alcançar tal reconhecimento, paradoxalmente, por meio da colaboração com as próprias disciplinas científicas que anteriormente questionavam sua validade enquanto campo de estudo científico. Esse caráter interdisciplinar não a diminui enquanto ciência; ao contrário, fortalece e enriquece sua base metodológica e epistemológica, ampliando sua capacidade de análise e compreensão dos fenômenos investigados.

Para Araújo (2018, p. 300), "[...] não existe, atualmente, disciplina acadêmica mais interdisciplinar do que a Arqueologia". O autor destaca que, além dos contributos provenientes das humanidades, a Arqueologia é, indiscutivelmente, colaborativa com as Ciências da terra, Biologia, Ecologia, Física e da Química, sendo o estudo arqueológico por muitas vezes dificultado ou até mesmo inviável sem o auxílio dessas áreas; de fato, grande parte das análises e datações de artefatos arqueológicos dependem diretamente de métodos e processos provenientes dessas ciências, sendo fundamentais para a validação e interpretação dos dados obtidos.

Destarte, a Arqueologia abrange diversas áreas científicas interdependentes, que se complementam (Figura1) e contribuem para a produção do conhecimento. Dentre as principais, destacam-se as disciplinas como a História, especialmente no que se refere aos textos históricos e às fontes primárias, que são essenciais para a contextualização e fundamentação de achados arqueológicos (Oliveira, 2002). De maneira similar, os estudos da Antropologia, quando aplicados à análise arqueológica, podem oferecer novas perspectivas sobre as práticas culturais da sociedade do passado, ao fornecerem comparações com as vivências de povos contemporâneos, enriquecendo, assim, a compreensão dos contextos históricos e culturais.

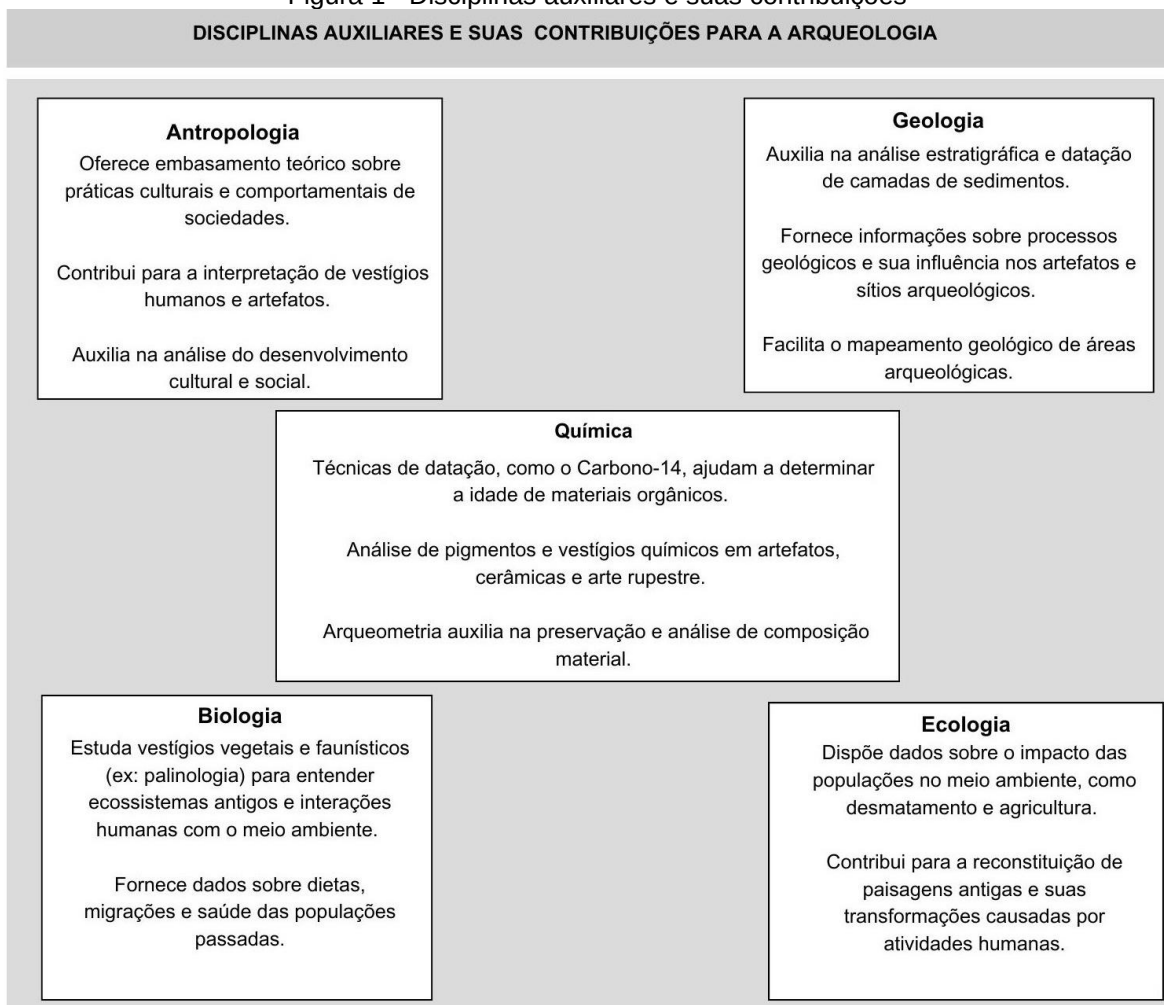
Além das abordagens interpretativas, diversas disciplinas fornecem dados sólidos e que são essenciais para análises arqueológicas, a Geografia e a Geologia, por exemplo, desempenham um papel determinante na compreensão do modo de ocupação de populações em determinados espaços, sendo utilizada na análise de representação cartográfica de áreas, importantíssimo para determinar espaços de migração, expansão territorial ou fugas de povos ou qualquer outra interpretação espacial; enquanto a Geologia investiga através da análise estratigráfica às camadas

e às sequências temporais dos eventos arqueológicos, bem como também auxilia a disciplina com o mapeamento geológico, proporcionando informações sobre as condições do território e sua influência sobre os artefatos presentes em um sítio arqueológico (Honorato, 2010), dentre outros.

Outra disciplina essencial para a arqueologia, que fornece dados precisos e amplamente reconhecidos, é o estudo da Química, além da famosa datação por carbono-14, um método que revolucionou as análises arqueológicas ao determinar a idade de materiais orgânicos encontrados em contextos arqueológicos, a Química também contribui com algumas outras técnicas, como a análise de pigmentos e vestígios químicos (Lage *et al.*, 2005). Esses vestígios podem ser identificados em arte rupestre, artefatos líticos e cerâmicos, permitindo compreender a composição química dos materiais. Esse campo de estudo, denominado Arqueometria, é fundamental para diagnósticos que visam solucionar problemas relacionados à conservação de sítios arqueológicos (Lage; Farias Filho, 2018; Lage *et al.*, 2005). Além disso, a Química proporciona métodos de alta precisão, como a caracterização químico-mineralógica, que possibilita a identificação de vestígios alimentares em utensílios ou restos humanos e animais. A Física, por sua vez, também desempenha um papel relevante nas análises arqueológicas, como é o caso da datação por termoluminescência, que permite datar materiais como sedimentos, cerâmicas e líticos com base na quantidade de luz emitida após seu aquecimento (McKeever, 1985).

Por fim, a Biologia exerce uma função na elucidação e interpretação dos vestígios vegetais e faunísticos preservados em contextos arqueológicos. Um exemplo notável desse processo é a Palinologia, que se dedica à análise de grãos de pólen e esporos encontrados em associações arqueológicas relacionadas a grupos humanos. De acordo com Misumi *et al.* (2011, p. 2), a Palinologia "[...] possibilita a reconstituição da vegetação da área de estudo e a inferência sobre a magnitude das interferências antrópicas, como queimadas, desmatamentos e cultivos". Este campo de investigação não apenas amplia a compreensão de como as sociedades pretéritas estruturavam e davam significado a seus processos de territorialização, mas também oferece subsídios para a análise das transformações nos espaços de uso ao longo do tempo, evidenciando modificações antrópicas que ecoam as alterações observadas nas sociedades contemporâneas.

Figura 1 - Disciplinas auxiliares e suas contribuições



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Para além dessas disciplinas mencionadas, outras disciplinas também influenciaram diretamente a Arqueologia atual, como a Arte, Astronomia, Linguística, Matemática, Ecologia, Etnohistória, e a Genética. Destarte, a partir da análise dessas diversas disciplinas no estudo arqueológico, é possível obter uma compreensão sobre os agrupamentos humanos, seus espaços percorridos, suas materialidades, ancestralidades e, por vezes, a cultura a qual pertencem. Esse processo multidisciplinar favorece, posteriormente, tanto a formação e a organização do acervo arqueológico, quanto a preservação da memória desses povos.

2.3 Acervo Arqueológico

A Arqueologia acadêmica, juntamente com a Arqueologia de salvamento², tem gerado, nos últimos anos, uma considerável quantidade de materiais arqueológicos salvaguardados, principalmente após a Instrução Normativa Nº 001 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)³, “[...] órgão governamental encarregado de formular diretrizes sobre o patrimônio arqueológico” (Caldarelli; Cândido, 2017, p. 192), estabelecendo medidas de fiscalização para a proteção, conservação e resgate de testemunhos materiais (Gondim; Scherer; Gilson, 2017). No entanto, esse aumento não tem sido acompanhado, em grande parte, pelos centros de pesquisa, reservas técnicas ou museus no Brasil (Afonso; Piedade; Moraes, 1999).

O acúmulo desses acervos materiais e documentais tem evidenciado alguns problemas, os quais, para sua resolução, “[...] é imprescindível um planejamento que envolva profissionais da Arqueologia, Museologia e conservação para a criação de protocolos de coleta, entrada, guarda e conservação das diferentes tipologias de acervo [...]” (Gondim; Scherer; Gilson, 2017, p. 92-93). Segundo Afonso, Piedade e Moraes (1999), torna-se imperativa a definição de políticas de acervo arqueológico, que estejam em consonância com as transformações contemporâneas no campo da preservação do patrimônio.

Mas, afinal, o que caracteriza um acervo arqueológico? O acervo arqueológico configura-se como um conjunto de vestígios materiais derivados tanto de escavações sistematizadas quanto de achados fortuitos, frequentemente evidenciados na superfície do solo, Como ressaltam Arriaza e Cassman (1988), o acervo arqueológico não se limita à coleta de artefatos, definidos como materiais naturais que sofreram modificações pela ação humana, mas abrange também uma série de documentos gerados durante o processo investigativo, tais como registros iconográficos, anotações detalhadas sobre tipologia, profundidade, localização, contextos

² No Brasil contemporâneo, existem “duas arqueologias”, elas atuam paralelamente e conjuntamente, diferenciadas apenas pelo seu contexto de aplicação: a *arqueologia acadêmica* está voltada para estudos acadêmicos na busca pelo conhecimento do passado humano de forma independente - livre, já a *arqueologia de salvamento* ou *arqueologia preventiva*, está relacionada ao licenciamento ambiental, focada na preservação e resgate imediato de bens arqueológicos (Arriaza; Cassman, 1988), realizados em projetos de infraestruturas ou desenvolvimento, um dos principais objetivos é salvar artefatos arqueológicos que possam ser identificados antes ou durante obras de construção civil.

³ “[...] cabendo-lhe proteger e promover os bens culturais de forma a assegurar sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras” (Caldarelli; Cândido, 2017, p. 193).

estratigráficos e dados quantitativos.

Estas informações, embora frequentemente subestimadas, são de igual importância, uma vez que a ausência de um registro adequado comprometeria a interpretação contextual dos vestígios, ocasionando uma perda irreparável. Assim, a retirada dos artefatos de seu contexto, sem a devida observância dos critérios metodológicos, pode acarretar na destruição de informações subjacentes essenciais, prejudicando a reconstrução das dinâmicas culturais e temporais das sociedades estudadas (Arriaza; Cassman, 1988).

Nos acervos arqueológicos, encontram-se materiais de diversas tipologias, entre os quais se destacam artefatos comuns, como cerâmicas de períodos pré-coloniais ou históricos (figura 2), ferramentas líticas tanto polidas quanto lascadas, como pode ser observado nas figuras 3, restos faunísticos e humanos (figura 4), faianças, bem como peças seculares em vidro ou metal. Conforme Froner (1995), é imperativo que se preserve, de maneira rigorosa, não apenas os artefatos em si, mas também os registros escritos, as fotografias, a catalogação e a gestão desses materiais retirados dos sítios arqueológicos, a fim de evitar o que Arriaza e Cassman (1988) denominaram de "arqueocídio", ou seja, a integridade do registro arqueológico está intrinsecamente ligada à documentação dos artefatos descobertos, abrangendo detalhes sobre **como**, **onde** e **quando** foram encontrados, quando essa documentação é deficiente ou ausente, há um grande risco de perda, que por muitas vezes se torna irreparável, do valor interpretativo dos achados.

Figura 2 - Exemplos de cerâmica arqueológica da região amazônica.



Fonte: Fotomontagem de Claide Moraes (2018).

Figura 3 - Artefatos líticos lascados



Fonte: Loren Davis, Estados Unidos (2018).

Figura 4 - Estudo bioarqueológico - análise de sepultamento humano



Fonte: Grupo de Investigación ATLAS de la Universidad de Sevilla (2019).

Conforme argumenta Froner (1995), é imperativo que a reflexão ultrapasse o mero resgate do material arqueológico, devendo-se considerar, de forma igualmente prioritária, os espaços destinados à guarda e preservação desses acervos, tanto materiais quanto documentais, como menciona o autor na citação a seguir:

[...] cabe questionar a validade de uma coleta massiva de material, ao qual, após ser retirado de seu contexto, estudado ou não, acaba consumido em locais inadequados e propícios aos mais diversos fatores, como ataque biológico, saque e até mesmo destruição. Não podemos esquecer que ao retirarmos um objeto do solo e expô-lo, que de certa forma estava protegido, tal passa de um processo de lenta destruição para uma rápida degradação por conta das diferenças encontradas entre os distintos ambientes. Em outras palavras, a sensibilidade deste objeto está intimamente relacionada ao local de onde ele foi retirado com o novo ambiente ao qual será acondicionado (Froner, 1995, p. 295).

Dessa forma, a responsabilidade cultural e social da pesquisa arqueológica transcende a divulgação dos resultados finais provenientes das investigações de campo, das análises laboratoriais e da catalogação, abrangendo, também, a preservação do patrimônio cultural e seus espaços (Arriaza; Cassman, 1988; Gondim; Scherer; Gilson, 2017).

Para isto, é necessário, como menciona Gondim, Scherer e Gilson (2017) a elaboração de um planejamento que contemple a colaboração de especialistas nas áreas de Arqueologia, Museologia e conservação, visando à criação de protocolos específicos para esses espaços dos acervos arqueológicos, como reservas técnicas ou centros de pesquisa em todo país, essencial para assegurar a continuidade e a integridade do material arqueológico.

2.4 Técnicas e tecnologias aplicadas a pesquisa arqueológica

Um dos paradoxos intrínsecos à Arqueologia reside no próprio cenário, no qual sua prática se desenvolve. Este dilema se aplica tanto à Arqueologia acadêmica quanto à Arqueologia de salvamento, uma vez que o arqueólogo, ao buscar resgatar vestígios materiais do passado, muitas vezes acaba por destruir o contexto ao redor desses vestígios. De acordo com Dias (2013, p. 103),

Na Arqueologia, sempre que ocorre uma intervenção em campo com coleta de material, não haverá mais possibilidade de voltar à estrutura original. Portanto, é importante ter em mente a importância da preservação em dois aspectos: resguardar as informações sobre os artefatos retirados do sítio arqueológico e a preservação do estado físico dos objetos que foram conservados pelo microclima em que o artefato esteve submetido (Dias, 2013, p. 103).

A partir da citação, evidencia-se que todas as informações concernentes ao contexto arqueológico, como previamente mencionado, assumem uma relevância ímpar, uma vez que essas informações se configuram como fontes primárias imprescindíveis para uma análise material subsequente. O estabelecimento de uma correlação entre os artefatos e as realidades passadas a que pertencem seria substancialmente prejudicado, comprometendo de maneira irremediável a capacidade interpretativa da pesquisa arqueológica. Para que a preservação dos artefatos e a coleta de suas informações sejam garantidas, a arqueologia recorre ao uso de métodos, técnicas e tecnologias essenciais.

Os métodos e técnicas empregados no estudo arqueológico, assim como as tecnologias adaptadas a essas práticas, variam conforme o contexto específico do sítio arqueológico, o tipo de pesquisa em questão, os objetivos delineados e o tempo disponível para a execução do trabalho. De acordo com Alves (2002), o início das pesquisas arqueológicas, de forma oficial, ocorreu de maneira lenta e tímida, caracterizando-se por um desenvolvimento gradual e cauteloso no âmbito acadêmico e científico.

O desenvolvimento das técnicas e das aplicações tecnológicas na Arqueologia ocorreu de maneira gradual. Durante o período compreendido entre o século XIX e as grandes guerras do século XX, a Arqueologia, particularmente no campo da "Arqueologia pré-histórica", restringiu-se essencialmente à descrição dos vestígios materiais, limitando-se à descrição de sítios arqueológicos (Leroi-Gourhan, 1972; Alves, 2002).

É essencial garantir a sistematização dos processos nas escavações arqueológicas, uma vez que as informações coletadas devem ser precisas e analisadas cuidadosamente (Dunnell, 2007). Técnicas como *coleta superficial*, *poços teste* e *escavação*, sejam elas manuais ou mecanizadas, são aplicadas rotineiramente na arqueologia. A **coleta superficial** (figura 5), como o próprio nome sugere, é uma técnica inicial de levantamento, na qual se realiza uma análise do sítio em seu estado original, sem intervenção no solo. Os **poços-teste** consistem em pequenas escavações realizadas de maneira controlada e estratégica (figura 5), com o uso de tecnologia como o GPS para identificar as áreas do sítio arqueológico a serem investigadas. Todo sedimento extraído passa por uma peneira, garantindo que nenhum fragmento seja perdido, além de permitir a análise da estratigrafia e do potencial do solo para escavações mais profundas. A **escavação** ocorre apenas se nessas etapas anteriores algum material arqueológico for evidenciado (figura 6), pois essa etapa envolve maior complexidade: o sítio é escavado camada por camada, podendo ser em níveis naturais, acompanhando a mudança na coloração ou textura do sedimento ou em níveis artificiais, nos quais o nível é previamente delimitado e fixo para toda a escavação.

Figura 5 - Etapas do estudo arqueológico, a esquerda e imagem central são coleta em superfície; a imagem da direita é a etapa de poços-teste



Fonte: Projetos, Pesquisas e Planejamento Cultural e Arqueológico Ltda (2017); Espaço Arqueologia, (2024).

Figura 6 - Etapa de escavação arqueológica e artefato evidenciado



Fonte: Kid Jr (2022).

Dessa forma, cada fragmento arqueológico é documentado, permitindo uma análise contextualizada dos vestígios, pois também haverá uma triagem realizada durante o processo (Leroi-Gourhan, 1972; Pallestrini, 1983). De acordo com Dias (2013) são empregados com o objetivo de documentação:

[...] caderno de campo do coordenador de equipe, diários de campo dos escavadores, desenhos estratigráficos de todas as quadrículas [...] também uma tabela contendo o número de campo de cada material, quadrícula na qual foi encontrado e seus respectivos “x”, “y” e “z” medidos a partir do ponto zero, onde x= distância, y= largura e z= profundidade, em metros [...] estes são encaixados verticalmente, (de maneira que os mais leves e de objetos mais delicados ficam por cima) e resguardados na carroceria de uma caminhonete que faz o transporte do sítio arqueológico pesquisado até o Laboratório [...] chegados os materiais ao Laboratório, são separados de acordo com a sua classificação (se são pré-coloniais separa-se os líticos das cerâmicas, se são coloniais, vidros, louças, metais, etc. são separados), pois recebem os procedimentos de curadoria em momentos diferentes. Após serem separados, os materiais são dispostos na mesa de análises conforme o método de coleta, na ordem: os encontrados por meio de coleta superficial ficam juntos, depois os encontrados em poços testes e, por último, os coletados na escavação. Após a separação, iniciam-se os procedimentos de higienização e marcação das peças (Dias, 2012, p. 106-107).

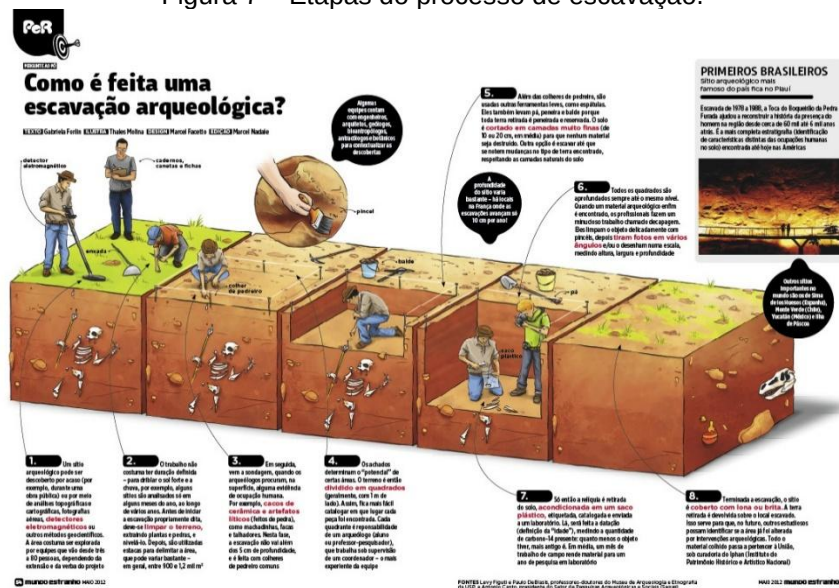
Existem diversas outras técnicas de campo que podem ser aplicadas aos estudos arqueológicos, assim como múltiplas abordagens de curadoria e catalogação em laboratório. De acordo com Pallestrini (1983, p. 8), "[...] vários anos de pesquisa em sítios arqueológicos brasileiros permitem-nos afirmar que o êxito final se deve à estratégia utilizada em campo". Dessa forma, não há outra alternativa viável para a preservação do patrimônio material e cultural desses achados, sem a devida adequação e cuidado no tratamento dos dados coletados. A aplicação rigorosa dessas técnicas é inegociável para garantir a integridade e a continuidade dos conhecimentos produzidos a partir da escavação e análise dos vestígios arqueológicos.

2.5 O processo de escavação e recuperação dos artefatos

Como mencionado anteriormente, a escavação é uma das etapas mais complexas do estudo arqueológico. Além de revelar com maior precisão o contexto do sítio, também permite a recuperação do maior volume de fragmentos, variando em profundidade e extensão. Inicialmente, o processo começa com a coleta superficial de artefatos, cuja localização pode ser marcada visualmente por bandeirolas ou registrada apenas para a configuração de uma malha de intervenção, que será implementada posteriormente. Essa malha sistematiza os pontos onde serão realizados poços-teste, registrando suas posições com GPS, somente após a análise preliminar dos artefatos encontrados e suas informações é que a escavação propriamente dita tem início.

A escavação é realizada nos pontos com maior concentração de material arqueológico identificados nas etapas preliminares, fundamentando-se no contexto arqueológico e nas condições naturais de preservação do sítio (Leroi-Gourhan, 1972; Pallestrini, 1983). Tratando-se de um processo meticuloso, como ilustrado na figura 7 e 8, sua execução requer o uso de diversas ferramentas, incluindo colheres de pedreiro, espátulas metálicas ou plásticas, pás, escovas, baldes, fitas métricas, GPS ou estação total, além de cadernos e fichas para documentação, entre outros. Um recurso indispensável é a peneira, que permite a triagem dos fragmentos, possibilitando a identificação do volume e da quantidade de artefatos em cada quadrícula (abertura de 1m x 1m).

Figura 7 – Etapas do processo de escavação.



Fonte: Revista Mundo Estranho (2012).

Figura 8 - Escavação arqueológica no Planalto Central



Fonte: Edilson Teixeira (2018).

O registro de cada procedimento realizado em campo é necessário para a elaboração de relatórios e para as interpretações subsequentes. Esse processo deve ser conduzido com rigor, garantindo a precisão nos cadernos de campo, nas fichas de identificação dos fragmentos e nos sacos ou caixas destinados ao acondicionamento dos artefatos (Dias, 2013). Assim, além de preservar os materiais recuperados, a metodologia garante o registro sistemático de informações: quadrícula > profundidade > tipologia > quantitativo.

Segundo Dias (2013), o manejo deve ser cuidado e específico para cada tipologia de material arqueológico, exigindo zelo para garantir a preservação e a integridade dos artefatos durante o processo de escavação e análise, para a autora:

Quando se encontra um material em situação mais delicada é necessário empregar alguns cuidados para manter o estado de conservação satisfatório. Para estes artefatos em situações mais sensíveis, utiliza-se como utensílio principal da escavação pincéis de cerdas macias, para que não haja nenhuma alteração na integridade da peça no momento da intervenção. Assim, quando o material estiver sobressalente (sem sedimentos a cobri-lo) retira-se este da quadrícula com o maior cuidado possível. Além disso, no armazenamento e manuseio dos materiais, cada objeto é tratado individualmente (Dias, 2013, p. 104).

O sítio Chácara Rosane passou exatamente por esse tipo de tratamento, uma vez que, até o momento, foram identificados 62 sepultamentos humanos. Considerando que os ossos são, provavelmente, o material arqueológico mais frágil, foi imprescindível o uso de pincéis de cerdas macias e espátulas, tanto de metal quanto de madeira. Dessa forma, garantiu-se a preservação dos sepultamentos ósseos e de fragmentos menores, evitando que fossem descontextualizados ou perdidos, o que poderia comprometer, por exemplo, a extração dos dados tafonômicos de cada contexto funerário.

A análise tafonômica constitui o ponto de partida para o estudo de cada contexto funerário, pois permite identificar as alterações ósseas provocadas por fatores como plantas, animais e fragmentação. Esse processo é fundamental para compreender os mecanismos de decomposição e preservação, conforme as recomendações de Buikstra e Ubelaker (1994).

Destarte, os estudos preliminares no sítio Chácara Rosane indicam que os sepultamentos eram realizados em áreas de significativa relevância simbólica, e a presença de ferramentas e artefatos junto às ossadas reflete a complexidade cultural dos povos ali estabelecidos.

2.6 Patrimônio cultural: aspectos conceituais e perspectivas

Quais são os elementos que constituem o patrimônio cultural de uma sociedade? Este se limita apenas a monumentos históricos e obras de arte, ou abrange dimensões mais profundas, que se entrelaçam com tradições, memórias, modos de vida e formas de percepção do mundo? Ademais, como podemos garantir a preservação de algo que, em muitos aspectos, é mutável? Quais são os reais obstáculos para a preservação do patrimônio cultural em um mundo que valoriza cada vez mais a modernidade e a inovação? Será que a sociedade contemporânea

reconhece o valor do patrimônio cultural a ponto de investir na sua preservação ou será que ele se torna secundário frente às outras demandas? Além disso, como preservar o que é imaterial?

O que fazer sobre as tradições, os saberes populares, as línguas e rituais em um contexto globalizado que, muitas vezes, impõe uma cultura dominante e homogeneizadora? Como lidar com a falta de conscientização pública e o desinteresse das novas gerações, que podem não sentir uma conexão direta com heranças culturais do passado? Até que ponto a burocracia e a falta de políticas públicas que contribuem para a negligência na preservação desses patrimônios? Esses questionamentos nos levam a uma reflexão sobre o que se entende como patrimônio cultural, ele não é apenas um conjunto de bens materiais ou imateriais, mas um reflexo da identidade coletiva de um povo, das suas memórias e das formas pelas quais interpreta e reinterpreta sua própria história. No entanto, surgem desafios, até que ponto é possível manter viva a memória de um povo sem que ela se perca ou se deteriore com o tempo? Essas questões revelam a complexidade que é preservar o patrimônio cultural.

Quando o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)⁴ foi criado no Brasil em 1937, as discussões sobre o patrimônio eram majoritariamente conduzidas por profissionais da arquitetura e outros poucos teóricos da cultura. Assim, o foco voltou-se predominantemente para bens materiais, tais como edifícios e monumentos, ou seja, foi privilegiando um patrimônio edificado, estático e visível.

Nessa direção, vale destacar que o estudo do patrimônio cultural promove a valorização e consagração daquilo que é comum a determinado grupo social no tempo e no espaço. Esse patrimônio compreende três grandes categorias: a primeira engloba os elementos pertencentes à natureza, ao meio ambiente; a segunda refere-se ao conhecimento, às técnicas, ao saber e ao saber-fazer; e a terceira trata mais objetivamente do patrimônio histórico, que reúne em si toda a sorte de coisas, artefatos e construções resultantes da relação entre o homem e o meio ambiente e do saber-fazer humano, ou seja, tudo aquilo que é produzido pelo homem ao transformar os elementos da natureza, adequando-os ao seu bem-estar (Tomaz, 2010, p. 3).

Esses bens patrimoniais eram escolhidos a partir de uma perspectiva limitada,

⁴ Em novembro de 1937, foi promulgado o Decreto-Lei nº 25, que consolidou as atribuições do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e instituiu o tombamento como instrumento de gestão e defesa do patrimônio cultural. A partir deste decreto, o Estado brasileiro assumiu a obrigação constitucional de proteger e conservar os bens nacionais e elaborou medidas concretas para esse fim, já que o tombamento tem efeito de restrição do direito de propriedade privada (Tavares, 2020, p. 496-497).

voltada principalmente para construções históricas e de valor arquitetônico colonial. Porém, tal pensamento foi alterado com o tempo, novas características adicionadas, [...] uma série de nomenclaturas utilizadas para [...] essas outras manifestações, nomeadas como: “folclore”, “coisas do espírito ou da alma”, “bens não físicos”, “não materiais”, “intangíveis”, “imateriais”, [...] (Fabrino; Duarte, 2022, p. 257).

O conceito de patrimônio cultural evoluiu significativamente, ampliando sua definição e escopo para além dos tradicionais bens artísticos, históricos ou arqueológicos. No passado, o patrimônio era frequentemente entendido como algo associado a monumentalidade e à autenticidade, refletindo uma visão limitada. Esse conceito é oriundo da definição de patrimônio, cunhado pela Convenção de 1972 da UNESCO, conforme Fabrino e Duarte (2022).

A Constituição Federal, no artigo 216, também estabelece **a definição do conceito** de patrimônio cultural:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (Brasil, 1988, p. 1).

Nesse sentido, Araripe (2004) diz que o patrimônio cultural funciona como um espelho, no qual o ser humano vê refletidos sua própria história, seus valores e sua pertença a uma comunidade. Isso implica reconhecer a sua profunda dimensão simbólica e o impacto que esse simbolismo tem na construção das relações sociais, o patrimônio cultural não é apenas um conjunto de objetos ou práticas do passado, mas um reflexo das formas pelas quais os indivíduos e as sociedades constroem suas identidades, atribuem significado ao mundo ao seu redor e reforçam suas conexões com o passado e com o grupo ao qual pertencem.

Esse reconhecimento simbólico do patrimônio cultural permite ao indivíduo encontrar um ponto de identificação, percebendo que aquilo que valoriza e observa não pertence apenas a uma narrativa alheia, distante no tempo ou no espaço, mas também à sua própria trajetória, à memória compartilhada com o grupo. Ao se ver representado no patrimônio, o indivíduo reafirma suas raízes coletivas, reforçando seu sentimento de pertencimento e continuidade histórica. Por isso, não cabe mais a

aplicação restrita do conceito, pois, hoje, o patrimônio cultural abrange um escopo muito mais amplo, uma vez que precisa reconhecer essa diversidade e abarcar tanto o tangível quanto o intangível, refletindo a complexidade das culturas como um fenômeno social.

O entendimento do patrimônio cultural é universal e abarca todos os aspectos materiais e imateriais valorizados por uma sociedade; isso significa que, seja em qualquer agrupamento humano conhecido ou entre povos mais isolados, cada um possui sua própria cultura distinta. A preservação desses bens culturais é uma responsabilidade compartilhada entre as gerações passadas, presentes e futuras. Quando citamos patrimônio cultural, não estamos apenas pontuando os sítios arqueológicos, monumentos históricos, tradições, práticas rituais, espiritualidade ou obras de artes, mas sim, ultrapassa-se essas perspectivas. Segundo Oosterbeek (2004, p. 43) o “[...] patrimônio cultural é o conjunto de realidades, materiais e imateriais, cuja gestação nos precedeu, e que constitui uma espécie de mapa orientador sobre o qual nos situamos”.

Nos últimos anos, tem-se observado um crescente apreço pelo patrimônio cultural em solo nacional, um movimento que teve seu embrião nos anos 70 e cuja importância se solidificou nas décadas subsequentes, mais precisamente, ao término da década de 1988, em virtude de significativas modificações na Constituição Nacional, trazendo reconhecimento e a proteção desse patrimônio nacional.

Como já supracitado, o patrimônio é um bem universal, apesar de existir um uso corriqueiro e ostensivo dos termos “patrimônio tangível” e “patrimônio intangível”: já seguindo esse raciocínio, os bens tangíveis são todos os que possuem parte física e podem ser culturalmente compartilhados por um grupo e aos quais é atribuído valor, independentemente de sua natureza. Exemplos disso, são os artefatos arqueológicos e as estruturas históricas.

Em contrapartida, o patrimônio intangível refere-se a todos os bens culturais que não possuem manifestação física, cujos significados são atribuídos a eles. Exemplificando, a transmissão oral de costumes, onde narrativas e práticas tradicionais são preservadas apenas na memória popular, bem como o modo de fazer confecções de vestuários, ferramentas, tradições e tantos outros fundamentais para preservação da memória e identidade.

É importante destacar que essa terminologia não possui aceitação unânime, havendo críticas de alguns autores (Smith, 2006; Lowenthal, 2015; Hall, 2010) quanto

à adoção dessa divisão, ainda que seu uso tenha se tornado amplamente difundido. Tal classificação não é considerada a mais apropriada por alguns estudiosos. Para Telles (2010, p. 123):

Essa terminologia – PCM e PCI – foi incorporada, principalmente, pelas recentes políticas públicas federais voltadas à preservação de bens de natureza imaterial, notadamente a partir do ano 2000, com a criação, em âmbito federal, do decreto presidencial do registro. Tais termos vão além do sentido que lhes são inerentes. Determinam um marco diferencial entre as antigas políticas públicas que privilegiavam em seu primórdio a preservação de bens materiais [...].

Ainda sobre a adoção:

[...] a não foi só incorporada pelas recentes políticas públicas brasileiras, mas, de certo modo, criada pelas políticas públicas federais de preservação que se estabeleciam a partir de 2000, a fim de rubricar a atuação de um novo grupo que iniciava uma série de ações no âmbito do Poder Público federal, leia-se: IPHAN (Telles, 2010, p. 123).

Telles (2010) entende que patrimônio cultural é uma categoria indivisível, pois abrange tanto aspectos materiais quanto imateriais. Esses aspectos são inerentes aos bens culturais, mas não justificam uma divisão terminológica ou conceitual rígida. “Isso não significa dizer que se criou uma categoria nova [...] mas a possibilidade de se reconhecer [...] integrantes de uma categoria indivisível [...] patrimônio cultural brasileiro” Telles (2010, p. 127). Em outras palavras, a natureza material ou imaterial de um bem não deveria criar uma dicotomia no conceito de patrimônio cultural, pois ambos pertencem à mesma categoria ampla.

Segundo Souza e Crippa (2010), nessa perspectiva do patrimônio revelam-se as múltiplas possibilidades quando o campo do patrimônio cultural é compreendido como um documento, uma fonte de informação e recurso para preservar a memória. Enquanto se discute a importância da preservação do patrimônio cultural, é necessário entender como os conceitos de memória e identidade se entrelaçam. Nesse contexto, novas concepções de memória, discurso identitário e identidade social surgiram, transformando a maneira como as pessoas se relacionam e compreendem a si mesmas e suas culturas, essas mudanças refletem a percepção de que as ações sociais e identidades não são mais como outrora.

3 INFORMAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA: a causa que nos une

A informação ocupa um papel primordial nas dinâmicas das sociedades contemporâneas, configurando-se como um recurso impreterível para a comunicação, a construção do conhecimento e a tomada de decisões. Contudo, a informação, em sua forma natural(dado), carece de valor intrínseco até ser adequadamente contextualizada, processo no qual a documentação torna-se indispensável na medida em que confere a devida organização, sistematização e pertinência aos dados dispersos.

A prática documentária converte registros dispersos em fontes de conhecimento organizados que podem ser acessados; contudo, sua importância transcende funções pragmáticas, atuando também como um alicerce na construção de práticas para preservação patrimonial.

As relações humanas, a partir de meados do século passado, passaram por profundas transformações em virtude da introdução de novos conceitos, como memória e identidade social. Esses conceitos não apenas ampliaram a compreensão sobre interações sociais, mas também a ressignificaram: a identidade, antes percebida como algo estável e linearmente conectado ao passado, agora é entendida como um processo flexível, moldado por experiências, influências e discursos. Essa mudança implica uma visão mais fluida, em que a identidade não está rigidamente atada a tradições, mas é construída e reconstruída em um diálogo entre passado, presente e futuro.

Nesse sentido, a memória, enquanto base da identidade coletiva, assume um papel ainda mais relevante, não sendo um repositório de lembranças estáticas, mas uma construção ativa que organiza o discurso simbólico e guia ações no presente.

Quando informações são sistematicamente organizadas, ela passa a fornecer ferramentas necessárias para a representação e disseminação do conhecimento, garantindo permanência nas discussões interpessoais. No entanto, esse processo não se restringe à preservação do passado; ele também constrói as bases para uma identidade que é constantemente reformulada.

Portanto, a informação e a documentação sobrepõem sua função de ferramentas organizacionais, elas se erguem como alicerces a fim de amparar uma sociedade que preza seu passado e que também molda sua identidade no presente e

projeta sua continuidade no futuro. Assim, documentar e preservar torna-se um gesto que resguarda a essência da nossa coletividade.

3.1 A Gestão da informação: organização e controle da informação

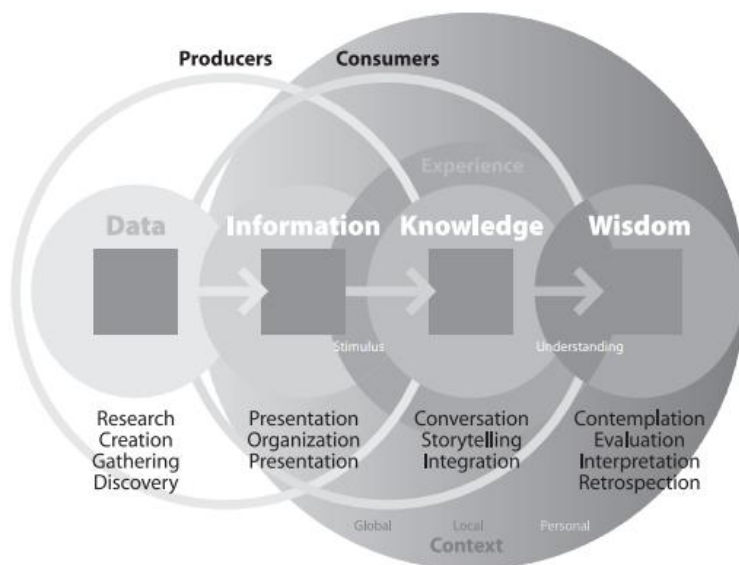
Delinear aspectos conceituais da informação é um desafio complexo, demanda uma abordagem que considere múltiplas perspectivas e vai além das definições tradicionais. Para isso, é fundamental compreender os diferentes modos pelos quais ela pode ser interpretada e os estágios que sustentam sua existência.

O termo 'informação' é frequentemente apresentado como parte de uma tríade conceitual composta por *dado*, *informação* e *conhecimento*. Nesse contexto, **a informação é compreendida como um estágio intermediário** no qual os dados, após serem processados, organizados e contextualizados, passam a ter significado e são designados como 'informação' (Ackoff, 1989; Davenport; Prusak, 1998; Rowley, 2007).

A tríade ilustra uma dinâmica progressiva, os dados representam elementos básicos, fragmentados e sem sentido atribuído; a informação emerge quando esses dados são estruturados de forma lógica e contextual; e o conhecimento surge como o ápice desse processo, quando a informação é assimilada, compreendida e aplicada para resolver problemas. (Rabaca; Barbosa, 1995; Ferreira, 1999; Houaiss *et al.*, 2001).

Sherdroff (1994) amplia o conceito da tríade e apresenta o “*The Continuum of Understanding*” (figura 9), no qual no estágio final do contínuo está a sabedoria, um nível de compreensão mais abstrato e subjetivo. Ela resulta de um processo introspectivo, onde o conhecimento é avaliado, reinterpretado e internalizado para orientar decisões e ações. De acordo com ele, a sabedoria não pode ser transmitida diretamente, pois ela é construída por cada indivíduo a partir de suas experiências e reflexões pessoais. Assim, o valor real da comunicação e do aprendizado não reside na transmissão de dados ou informações, mas na criação de experiências que permitam a construção de conhecimento e, eventualmente, o alcance da sabedoria.

Figura 9 – The Continuum of Understanding



Fonte: Sherdroff (1994. p. 3).

Buckland (1991) afirma que a informação é ambígua e pode ser entendida como “coisa”, “conhecimento” ou “processo”. Assim, ela assume diferentes formas, dependendo do contexto em que é analisada.

Quando vista como "coisa", a informação é representada por objetos tangíveis ou meios físicos que armazenam e comunicam conhecimento, como documentos, textos ou sinais. Por outro lado, como "conhecimento", ela é intangível, subjetiva e depende da interpretação individual, sendo um processo cognitivo que ocorre no nível conceitual; já a informação, entendida como "processo", refere-se ao ato de informar, ou seja, à dinâmica de criação, transmissão e recepção de significado, como ilustra o quadro 1, a seguir.

Quadro 1 – Aspectos da Informação

Categoria	Tangível/Intangível	Número	Descrição
Informação-coisa	Tangível	1	Objetos físicos que armazenam conhecimento (ex.: documentos, livros, sinais).
Informação-processo	Intangível	2	Ato dinâmico de transmitir ou criar significado (ex.: comunicação, ensino).
Informação-conhecimento	Intangível	3	Interpretação subjetiva e cognitiva do indivíduo (ex.: entendimento interno).

Fonte: Adaptado de Buckland (1991. p. 352).

Após introduzir algumas definições do termo “informação” é importante destacar que, no âmbito da Ciência da Informação (CI), existem estudos dedicados à sua gestão, área conhecida como Gestão da Informação (GI). Essa disciplina enfatiza a relevância da informação, especialmente no que se refere à sua organização e uso estratégico nas organizações.

De acordo com Barbosa (2008), a Gestão da Informação tem suas raízes nos trabalhos pioneiros de Paul Otlet, amplamente reconhecido como um dos fundadores desse campo de estudo. Sua obra *Traité de Documentation*, publicada em 1934, é considerada um marco histórico no desenvolvimento da disciplina.

Naquele período, o termo "documentação" também era empregado para descrever o que hoje denominamos Gestão da Informação. Paul Otlet propôs novos horizontes sobre a organização, preservação e acesso ao vasto volume de informações produzidas, estabelecendo as bases para os princípios e métodos que ainda orientam a gestão documental e informacional na atualidade. Contudo, nos dias de hoje, a Gestão da Informação é vista como uma disciplina distinta, que, embora compartilhe princípios e objetivos com a documentação, possui enfoques próprios e atua de forma complementar a ela. Embora existam teorias alternativas sobre a origem desse campo de estudo, percebe-se que os trabalhos de Otlet representam o marco fundamental para seu desenvolvimento.

De acordo com Gonçalves (2011, p. 2):

[...] poucos artigos tratam a GI como ciência, área e/ou disciplina do conhecimento humano. A maioria dos estudos, atualmente, a conceitua como ferramenta de gestão ou um modelo de negócios, [...], é vista apenas como uma técnica de organização dos saberes e práticas [...].

Conforme Rodrigues e Blattmann (2014), a gestão da informação amplia-se de maneira natural para a gestão do conhecimento, refletindo a crescente demanda por converter dados e informações em ativos estratégicos para as diversas organizações que fazem seu uso. Nesse processo, os sistemas de informação assumem um papel preponderante ao processar tanto as informações formais, originadas de atividades, quanto as informais, resultantes de interações cotidianas e do conhecimento tácito acumulado pelos indivíduos.

Portanto, esses sistemas devem abarcar, de forma ampla, as informações provenientes de fontes internas e externas, garantindo que sejam coletadas de

maneira sistemática, submetidas a análises e disseminadas por toda a organização, a missão principal de tais sistemas (Quadro 2) é transformar essas informações em conhecimento, ou seja, em um saber que seja aplicável, capaz de orientar decisões.

Quadro 2 - Modelo de Gerenciamento de Informação de McGee e Prusak

Etapas	Descrição
Identificação de necessidades	Determina as necessidades informacionais da organização.
Classificação e armazenamento	Organiza e armazena informações de forma sistemática.
Desenvolvimento de produtos	Cria produtos e serviços que atendam às necessidades estratégicas.

Fonte: Adaptado de Rodrigues e Blattmann (2014, p. 104).

Para isso, não basta apenas armazenar dados, é fundamental que as informações sejam contextualizadas e interpretadas, permitindo que sejam utilizadas para enfrentamento de desafios, além disso para inovação e adaptação. (Quadro 3)

Quadro 3 - Modelo de Gerenciamento de Informação de Davenport (Ecológico)

Atributos-chave	Descrição
i) Integração dos diversos tipos de informação	Promove a unificação e coordenação de diferentes formas de informação para otimizar seu uso dentro da organização.
ii) Reconhecimento de mudanças evolutivas	Considera a adaptação contínua da gestão da informação frente às transformações internas e externas, mantendo a eficácia organizacional.
iii) Ênfase na observação e na descrição	Foca na análise do ambiente informacional e organizacional para captar e descrever comportamentos e processos de maneira precisa e detalhada.
v) Ênfase no comportamento pessoal e informacional	Destaca a importância dos comportamentos individuais e organizacionais no uso e compartilhamento de informações.

Fonte: Adaptado de Rodrigues e Blattmann (2014, p. 104).

Rodrigues e Blattmann (2014) afirmam que o modelo ecológico de Gestão da Informação contempla três ambientes distintos, cada um essencial para o funcionamento da organização. O primeiro, o ambiente informacional, é o núcleo dessa abordagem e engloba seis componentes centrais: a estratégia da informação, que define como a informação é gerida de forma alinhada aos objetivos organizacionais; a política da informação, que estabelece normas e diretrizes para seu uso; a cultura e o comportamento em relação à informação, que refletem as atitudes dos colaboradores em relação ao compartilhamento e gestão de dados; a equipe da informação, responsável por operacionalizar essas práticas; os processos de

administração informacional, que garantem a eficiência do fluxo informativo; e a arquitetura da informação, que organiza a estrutura na qual os dados circulam.

O segundo, o ambiente organizacional, abrange todas as atividades internas da organização, incluindo a situação dos negócios, os investimentos em tecnologia e a infraestrutura física, compondo o contexto no qual as práticas informacionais se inserem e se materializam.

Por fim, o ambiente externo, que envolve informações sobre três áreas-chave, os mercados de negócios, os mercados tecnológicos e os mercados de informação. Esse ambiente externo é necessário para que a organização se adapte e responda adequadamente às influências e tendências externas, integrando-as em suas estratégias de gestão informacional.

Em primeiro lugar, destaca-se o fato de que o fenômeno central da gestão da informação é a informação ou o conhecimento explícito. Ou seja, a GI lida com o universo de documentos, dos mais diversos tipos, os quais são produzidos, armazenados e utilizados em um contexto organizacional (Barbosa, 2008, p. 14).

Para Barbosa (2008), a GI envolve processos que são complexos e de difícil observação direta, isso acontece porque, enquanto os documentos podem ser observados, o fenômeno central, informação, é intangível e não se manifesta de forma direta. Isso praticamente os torna invisíveis quando considerados em seus próprios termos, pode-se ver artefatos que os representam, documentos (informação) mas não os fenômenos em si.

Ainda sobre a complexidade da GI, Barbosa (2008, p. 15):

A determinação de necessidades e a aferição do uso da informação constituem grandes desafios para a gestão. No entanto, uma vez que os documentos possam ser coletados, produzidos, organizados, manipulados e distribuídos, considera-se que a informação seja um fenômeno de maior visibilidade do que o conhecimento que, essencialmente, é algo que existe na mente das pessoas.

Portanto, entender a complexidade da GI é necessário para que as instituições possam transformar dados e documentos em ativos estratégicos e intelectuais, permitindo que a informação seja utilizada para a tomada de decisões e desenvolvimento institucional. Sem esse entendimento, as organizações correm o risco de não explorar todo o potencial que a informação e o conhecimento podem oferecer, assim, as instituições precisam ser capazes de coletar, organizar e distribuir

informações.

3.2 Documentação e Gestão Documental: teorias, métodos e desafios

A documentação emerge como um campo obrigatório no contexto da organização e disseminação do conhecimento, especialmente em resposta à crescente produção de informações nos séculos XIX e XX (Ortega, 2009). Esse período, marcado pela ampliação da produção científica, técnica e cultural, demandou métodos inovadores para coletar, organizar, armazenar e recuperar informações, nesse cenário, a documentação despontou não apenas como um conjunto de técnicas, mas também como uma reflexão interdisciplinar sobre o papel do documento e da informação na sociedade.

Em outro texto, Ortega (2009) afirma que o campo foi consolidado por teóricos que reconheceram a necessidade de uma abordagem metodológica, ao constituir técnicas de classificação, indexação e recuperação, a documentação se estabeleceu como um pilar na organização do conhecimento.

A ideia central da documentação reside no entendimento de que documentos vão além do registro escrito, abrangendo qualquer objeto capaz de armazenar e transmitir informações (Ortega, 2009; Briet, 2016). Essa concepção rompe com a visão restritiva da biblioteconomia tradicional, posicionando a documentação como um campo vasto, apto a responder aos desafios impostos pela diversidade de suportes informacionais e pela complexidade das demandas humanas.

No Brasil o campo foi consolidado por teóricos que reconheceram a necessidade de uma abordagem metodológica rigorosa, tomam como partidas as obras de Otlet, [...]destaca-se, dentre outros trabalhos, a tese de livre docência da professora Hagar Espanha Gomes[...]. Em 1986, Edson Nery da Fonseca publicou a coletânea Bibliometria: teoria e prática, [...] professoras Maria Nazaré Freitas Pereira e Lena Vânia Ribeiro Pinheiro, [...] Maria de Fátima Tálamo [...] (Santos, 2007, p. 55).

Sua evolução foi marcada pela interdisciplinaridade, com a ascensão da tecnologia e a transformação digital no século XX, a documentação adaptou-se às novas ferramentas e abordagens, como a automação e os sistemas eletrônicos de recuperação de informação. Isso impulsionou a criação de redes globais de acesso ao conhecimento, tornando a documentação uma base para o desenvolvimento de sistemas de informação e para a democratização do conhecimento.

O que é um documento? A definição de documento é imperiosa para diversas áreas do conhecimento e inúmeros pesquisadores têm se dedicado a conceituá-lo de maneira mais objetiva. Apesar de sua importância, o termo "documento" ainda suscita debates, com diferentes interpretações que variam conforme o contexto e a área de estudo. Sendo assim, "A noção de documento relaciona-se à sua condição de informatividade, ou seja, às suas possibilidades de informar" (Ortega; Lara, 2009, p. 122). Outra abordagem do conceito de documento vem de Paul Otlet (2018, p. xiv), onde ele afirma que "Os documentos [...] consistem não apenas em palavras escritas ou impressas. Objetos, figuras, ilustrações, partituras musicais qualquer coisa que tenha valor probatório, que 'documente' algo, é um documento".

Briet (1951) conceitua documento como qualquer registro, concreto ou simbólico, que serve para representar, provar ou reconstituir um fenômeno físico ou intelectual, desde que seja preservado. Brito e Ortega (2016) afirmam que todo objeto, independentemente de sua função inicial, pode se tornar um documento se passar a transmitir informação. Um exemplo são os objetos expostos em museus, como esqueletos de animais que informam sobre a fauna de eras passadas, ou vestimentas camponesas que revelam aspectos culturais e climáticos. Essa capacidade de um objeto se tornar um documento depende do interesse do receptor em buscar informações nele, assim, a informação que um objeto transmite não está limitada à intenção inicial de seu criador.

Apesar da definição dada, os conceitos convergem na ideia de que um documento é essencialmente um veículo de informação, capaz de representar e registrar fenômenos. Calderon e Cornelsen (2004) falam sobre a necessidade de registrar as informações decorrentes da experiência humana, em toda a sua diversidade, surge como um ato imperativo para a preservação do conhecimento e para a reflexão crítica sobre o passado. Esses registros servem como testemunhos dos caminhos percorridos pela humanidade, permitindo a compreensão dos eventos e decisões que moldaram a história, também sua reavaliação à luz de novos contextos, ao documentar esses processos, evita-se a repetição de erros, abrindo espaço para o alcance de novos entendimentos e inovação.

Dessa forma, o registro das experiências possibilita a busca por alternativas e soluções mais sofisticadas para problemas que, embora se apresentem como novos, muitas vezes constituem versões transformadas de desafios já enfrentados. Tal prática, portanto, é fundamental para o avanço do conhecimento humano, ao garantir

que o aprendizado do passado seja utilizado como alicerce para as soluções futuras.

Assim, ao definir o documento como um veículo de transmissão de informação, esse deve ser gerido de maneira adequada, a gestão documental garante que os documentos, independentemente de sua natureza ou suporte, desempenhem corretamente seu papel de transmitir conhecimento.

Marinho (2015) aborda o conceito de gestão de documentos emergiu no pós-Segunda Guerra Mundial como uma resposta à chamada "explosão documental", fenômeno resultante do expressivo aumento na produção de informações científicas, tecnológicas e políticas, especialmente no âmbito da administração pública. Fonseca (1998) relata que, nesse período, o crescente volume de documentos acumulados tornou imperativa a implementação de práticas sistemáticas de racionalização e controle, uma vez que, até então, tais registros eram frequentemente armazenados de maneira desorganizada em depósitos, sem qualquer tipo de tratamento adequado.

Essa realidade impôs a necessidade de desenvolvimento de métodos de gestão documental, visando tanto à organização quanto à preservação e recuperação dos documentos, cujo volume já era imenso.

[...] A partir das soluções apontadas por comissões governamentais, nomeadas para a reforma administrativa dos Estados Unidos e do Canadá, no final da década de 40, estabeleceram-se princípios de racionalidade administrativa, ancorados na intercessão das etapas do ciclo documental (Marinho, 2015, p. 7).

Assim, a gestão de documentos se consolidou como uma disciplina para permitir o manejo das massas documentais, assegurando que a informação acumulada fosse acessível, para a administração pública e também para a produção de conhecimento.

A Arquivologia no Brasil, de acordo com Melo (2021), consolidou-se como disciplina científica por volta de 1830, em resposta às crescentes necessidades de tratamento e organização dos arquivos públicos nacionais. O aumento no volume documental, resultante do desenvolvimento do Estado e da administração pública, demandava métodos sistemáticos de preservação e gestão.

Nesse contexto, o Arquivo Nacional, fundado em 1838, destacou-se como protagonista desse processo, que, ao assumir a responsabilidade pela salvaguarda e organização dos registros oficiais, representou um marco inicial, não apenas para o ordenamento dos documentos governamentais, mas também para a

institucionalização da prática arquivística no país.

Seguido da Lei nº 8.159, de 1991, também conhecida como Lei Nacional de Arquivos, que constitui um marco regulatório fundamental para a estruturação e normatização da Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados no Brasil, ao instituir diretrizes, essa legislação define os parâmetros necessários para a gestão de documentos e arquivos, garantindo a organização, preservação, acesso e uso dos acervos documentais, tanto no âmbito público quanto no privado (Brasil, 1991). A lei representa um avanço ao formalizar os procedimentos arquivísticos, promovendo a adoção de práticas sistemáticas e padronizadas de gestão documental.

Com esses acontecimentos, os arquivos no Brasil passaram a assumir um papel de maior relevância, despertando o interesse e a atenção das instituições, tanto públicas quanto privadas. A Arquivologia, enquanto disciplina científica, consolidou-se como um campo de saber indispensável, contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento de práticas arquivísticas.

Nesse contexto, a disciplina começou a colaborar estreitamente com as instituições, importando e adaptando abordagens teóricas e metodológicas para a realidade brasileira, ao mesmo tempo em que desenvolvia paradigmas próprios para o tratamento, a preservação e a gestão de acervos documentais.

Essa cooperação profissionalizou a gestão dos arquivos, e também promoveu um intercâmbio de conhecimentos entre diferentes áreas do saber, como a História, a Ciência da Informação e a Administração. A Arquivologia, assim, ampliou seu escopo de atuação, juntando-se às dinâmicas institucionais, fortalecendo o compromisso com a preservação da memória coletiva e com a transparência na administração pública e privada.

Com isso, cabe conceituar Gestão Documental como:

[...] um conjunto de rotinas, procedimentos e métodos que permitem a produção, tramitação, utilização, avaliação, uso, conservação, destinação e o arquivamento de documentos buscando a racionalidade e eficácia de processos, por meio de uma estrutura orgânica e funcional que, por sua vez, possibilita o acesso rápido às informações organizadas (Santos, 2021. p. 104).

A Gestão Documental apresenta particularidades intrínsecas, uma vez que deve ser adaptada às características e demandas específicas de cada organização, seu objetivo primordial é atender às necessidades administrativas e organizacionais,

ao promover uma administração dos fluxos de informação e dos registros documentais. Nesse contexto, a GD visa assegurar que os documentos, independentemente de sua natureza ou formato, sejam adequadamente organizados, acessíveis e preservados, de modo a facilitar a tomada de decisões, otimizar processos internos e garantir a conformidade legal.

Dada a singularidade de cada instituição, a GD não segue uma abordagem única, mas ajusta-se às estruturas e requisitos operacionais particulares, respeitando as dinâmicas organizacionais e os processos informacionais estabelecidos. Esse ajuste garante que a gestão documental se torne um instrumento estratégico, proporcionando maior agilidade e controle sobre o ciclo de vida dos documentos (Quadro 4), ao mesmo tempo em que contribui para a preservação do patrimônio informacional e a eficiência institucional.

Quadro 4 - Formas de abordagem da gestão documental

Modelo Administrativo Europeu (Modelo de Arquivamento): • Este modelo não contempla uma função de gerenciamento propriamente dita, mas foca exclusivamente no arquivamento dos documentos. Ou seja, ele não se preocupa com o ciclo completo dos documentos, limitando-se à organização e armazenamento.
Modelo Anglo-Saxão (Modelo Ciclo de Vida): • Concebido por Phillip Coolidge Brooks e Emmett J. Leahy em 1930 e posteriormente desenvolvido por Ira Penn, este modelo se baseia no conceito do "Ciclo de Vida dos Documentos". Nesse contexto, os documentos passam por três fases: corrente (uso frequente), intermediária (uso eventual) e permanente (arquivamento definitivo para preservação histórica ou descarte).
Modelo Australiano (Records Continuum): • Desenvolvido por Frank Upward entre 1996 e 1997, este modelo propõe uma gestão contínua dos documentos, considerando o tempo e a importância de seus registros em todas as fases de sua existência. Diferente dos outros modelos, ele adota uma abordagem circular e contínua, sem separação rígida entre as fases do ciclo de vida dos documentos.

Fonte: Baseado no modelo de Santos (2021, p. 104).

Os modelos de gestão documental variam em suas abordagens. O “Modelo Administrativo Europeu” foca exclusivamente no arquivamento, sem contemplar o gerenciamento completo dos documentos. O “Modelo Anglo-Saxão”, desenvolvido por Brooks, Leahy e Penn, adota o conceito de "Ciclo de Vida dos Documentos", dividindo-os em três fases: corrente, intermediária e permanente. Já o “Modelo Australiano (Records Continuum)”, criado por Frank Upward, propõe uma gestão contínua e circular, considerando os documentos ao longo de todo o seu ciclo, sem separações rígidas entre fases. Santos (2021) afirma que a Gestão Documental (Quadro 5), abrange todas as fases do ciclo de vida dos documentos, desde sua criação até sua possível eliminação ou preservação.

Quadro 5 - Etapas do processo de gestão documental

Fases	Ações
Produção de documentos	- Desenho e gestão de formulários; - Preparação e gestão de correspondência; - Gestão de informes e diretrizes; - Fomento de sistemas de gestão da informação e aplicação de tecnologia moderna a esses processos.
Utilização e conservação de documentos	- Criação e melhoria dos sistemas de arquivos e de recuperação de dados; - Gestão de registros; - Análise de sistemas de produção e a manutenção de programas de documentos vitais; - Funcionamento de centros de documentação e a automação dos processos.
Disponibilização do documento	- Identificação e descrição das séries de documentos; - Estabelecimento de programas de retenção e disponibilização; - Avaliação e eliminação de documentos e a transferência de documentos de valor permanente aos arquivos.
Gestão de documentos de valor permanente	- Desenho e equipamento dos depósitos; - Métodos e processos de conservação e preservação dos arquivos; - Planejamento de políticas de acesso aos arquivos, os procedimentos dos serviços de referência; - Criação de novos arquivos e a informação sobre eles.

Fonte: Santos (2021, p. 104).

Dessa forma, a GD se preocupa em criar e elaborar documentos que sejam úteis, ao mesmo tempo em que gerência seu fluxo e armazenamento para assegurar o cumprimento de suas funções, ela também decide sobre o destino final dos documentos, seja pela sua eliminação ou pela preservação, sempre com o objetivo de otimizar o acesso e o uso da informação, independentemente do suporte (físico ou digital). Nesse processo de otimização, a GD está intrinsecamente ligada aos arquivos, que funcionam como repositórios de informações orgânicas essenciais para a gestão organizacional.

Os processos de aquisição, retenção e recuperação da informação estão diretamente ligados às fases da GD, uma vez que é fundamental ter como premissas as questões relacionadas a produção, utilização, conservação e destinação dos documentos, pois as organizações também lidam com informações e conhecimentos formais e explícitos, passíveis de preservação, estruturação e recuperação, são esses materiais registrados e, que podem ser ou estar armazenados em diversos suportes (Santos, 2021, p. 106).

Essas informações, construídas ao longo do tempo a partir de processos cognitivos individuais e coletivos, tornam-se um recurso estratégico, armazenado formalmente e utilizado para guiar as ações e decisões da organização.

3.3 Memória um Processo Dinâmico da Identidade Social

As relações humanas passaram por mudanças a partir de meados do século passado, devido à criação de novos conceitos como memória e identidade social, esses conceitos auxiliam na explicação sobre como as pessoas se relacionam na contemporaneidade. Isso ocorreu em um contexto marcado pela globalização e transformações nas ideias de relacionamento entre diversas culturas e povos, onde existe uma percepção de que as ações sociais das pessoas não são mais tão estáveis como costumavam ser, o que gerou um debate intenso sobre a identidade cultural coletiva e como esse sentimento de pertencimento define cada um de nós como indivíduos socialmente situados em um contexto específico.

De acordo com Silveira (2010), o conceito de identidade não está mais estreitamente ligado a pertencer a algo imutável e atemporal que conecta passado, mas se encontra no presente e futuro. Mesmo que de forma tradicional, a ideia de identidade estava associada a permanecer ligado a uma tradição, mantendo uma fidelidade às origens culturais, étnicas ou sociais.

Há, também, na memória contida no patrimônio um veio para se obter uma identidade e os laços de pertencimento com a comunidade onde se insere. Com todas as implicações que acompanham as discussões sobre identidade cultural no presente momento, ainda assim acreditamos dever existir uma relação de reconhecimento e pertencimento de identidade, daquilo que se constitui como patrimônio com a história do seu povo e as suas práticas cotidianas (Araripe, 2014, p. 104).

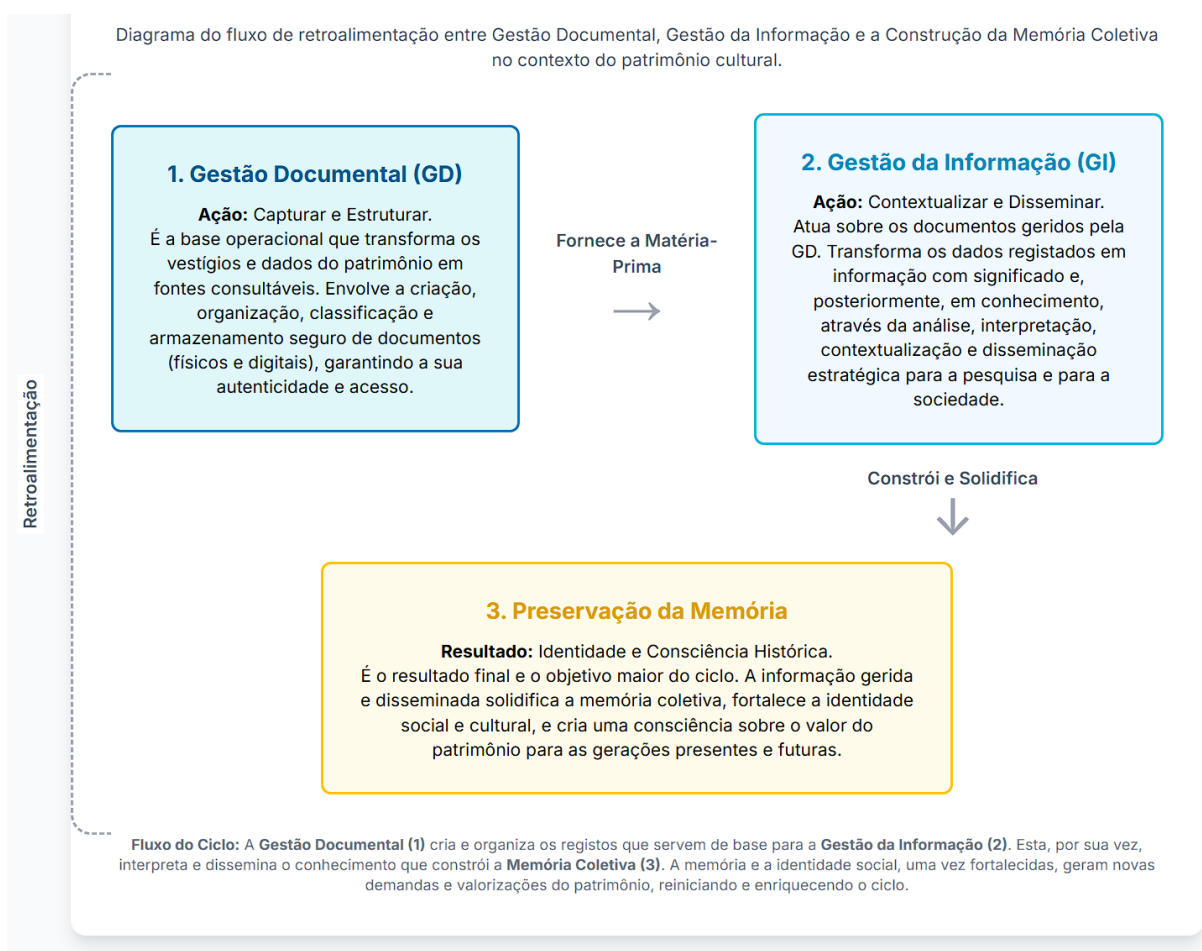
A identidade não é mais rigidamente definida por essa linha contínua e ininterrupta que une passado, presente e futuro por meio da tradição ou fidelidade às origens, o novo momento histórico sugere que a identidade é mais fluida, moldada por múltiplos elementos, influências e experiências que podem não estar exclusivamente ancoradas em tradições ou fidelidades estáticas, ou seja, a identidade é vista como algo mais dinâmico, sujeito a mudanças, interações e influências variadas ao longo do tempo.

Anteriormente, a ideia central de identidade estava associada à busca das origens, das semelhanças e dos elementos comuns que, mesmo diante das diferenças e das mudanças, mantinham uma unidade subjacente. No entanto, a contemporaneidade, redefine a identidade como um processo contínuo (Figura 10) de construção (Silveira, 2010), nesse contexto, a Gestão Documental e a Gestão da

Informação têm parte importantíssima na preservação e difusão de registros históricos e culturais, fornecendo os elementos simbólicos que sustentam as narrativas identitárias.

Ao organizar e disponibilizar essas informações, é possível que indivíduos e grupos se reconheçam, se posicionem e reconstruam suas identidades, esse ciclo alimenta continuamente a produção de novos registros, reforçando a importância da GD e da GI na construção da memória coletiva e na formação de identidades diversas, essas representações são alinhadas à complexidade da sociedade contemporânea.

Figura 10 - Ciclo GD, GI e Memória



Fonte: Criado pelo autor usando CANVAS (2025).

Essas representações, por sua vez, são moldadas por diversos discursos, práticas simbólicas e perspectivas que nos posicionam em relação aos outros, isso significa que nossa identidade está em constante formação e reformulação, influenciada pela maneira como somos representados e pelas relações que estabelecemos com as pessoas e com o mundo ao nosso redor.

Esses lugares de memória assumem importante significado por fazerem parte da memória coletiva de determinado grupo, a memória de um passado comum e de uma identidade social que faz com que o grupo se sinta parte daquele lugar, do espaço que traz a lume a história de todos (Tomaz, 2010, p. 3).

A memória possui uma natureza complexa que existe em contraposição ao esquecimento; assim, a construção do discurso simbólico que guia as ações humanas no presente depende da intermitência entre lembrar e esquecer (Silveira, 2010). O pensamento central, aqui, é que a história humana e a ordem social não são estabelecidas apenas pela sucessão linear de eventos, mas pela associação entre experiências passadas lembradas e as experiências atuais através da memória.

Portanto, preservar a memória social de um povo é necessário, pois, mantém viva a cultura, os valores, as tradições e a história desse grupo, também garante a continuidade desses elementos, e contribui para a coesão identitária da comunidade; é preciso construir discursos e esferas sociais de representação coletiva.

Sob essa perspectiva, impõe-se a reflexão sobre os "lugares de memória", que se revelam como espaços que desempenham um protagonismo na preservação da história e na tessitura da identidade coletiva. Esses espaços não apenas resistem ao fluxo impiedoso do tempo, à mortalidade e ao esquecimento, mas também oferecem à comunidade as bases sobre as quais ela erige suas ações e compartilha suas referências identitárias.

Tudo o que é chamado hoje de memória não é, portanto, memória, mas já história. Tudo o que é chamado de clarão de memória é a finalização de seu desaparecimento no fogo da história. A necessidade de memória é uma necessidade da história (Pierre Nora, 1993, p. 14).

A preservação do patrimônio cultural, mais do que uma necessidade, é um dever, um gesto imprescindível para manter viva a memória, a essência a própria vida daqueles que a moldaram, inserida no *continuum* entre o passado, o presente e o futuro, a ciência da informação se encontra num local basilar, ao longo desse processo fornecendo métodos e ferramentas para a organização, representação e disseminação do conhecimento, que dá forma à nossa existência coletiva.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa adota uma abordagem epistemológica interpretativa, com ênfase nas características teórico-empíricas, conforme descrito por Rocha (2012). pois busca compreender os fenômenos relacionados à preservação do patrimônio arqueológico por meio da análise qualitativa dos dados coletados, esse método permite interpretar não apenas os artefatos e documentos arqueológicos, mas também as práticas de gestão aplicadas ao Sítio Chácara Rosane.

O recorte deste estudo de caso está centrado no Sítio Arqueológico Chácara Rosane, localizado na Ilha de São Luís, Maranhão, a coordenação do trabalho de campo é realizada pela equipe da empresa WLage Arqueologia, composta por oito pesquisadores e consultores, incluindo o autor deste trabalho. Considerando a necessidade de um envolvimento direto com as práticas de preservação arqueológica, optou-se pelo método qualitativo de investigação, com ênfase na observação participante.

O Sítio Arqueológico Chácara Rosane é um importante achado para cultura maranhense, pois trata-se de um dos maiores sítios arqueológicos do nordeste brasileiro. O estudo tem como objetivo compreender as como as práticas de gestão documental e gestão da informação impactam a preservação do patrimônio cultural e arqueológico da região, o trabalho de campo, coordenado pela equipe da WLage Arqueologia, envolve a catalogação de fragmentos arqueológicos, a organização de inventários e o uso de tecnologias para o gerenciamento da documentação do patrimônio.

A pesquisa foi estruturada em quatro etapas principais, que guiaram o desenvolvimento do estudo, descritas como se segue.

A primeira etapa consistiu no levantamento bibliográfico e documental, que forneceu a base teórica para a análise das práticas de preservação arqueológica, diante da revisão sistemática do tema gestão da informação, gestão documental, patrimônio cultural, memória e arqueologia, foi realizada por intermédio dos critérios e diretrizes conforme quadro 6, abaixo.

Quadro 6 - Critérios da Revisão
Critérios da Revisão Bibliográfica

1. Termos de Inclusão e Exclusão

Critérios de Inclusão

- Publicações sobre patrimônio cultural, arqueologia, ciência da informação, documentação, gestão da informação, memória, identidade, legislação patrimonial ou temas correlatos.
- Tipos de documentos: artigos científicos, livros, capítulos de livros, teses, dissertações, relatórios técnicos e legislações.
- Disponibilidade do texto completo.
- Idiomas: português, inglês, espanhol ou francês.
- Fontes nacionais e internacionais.

Critérios de Exclusão

- Trabalhos que não abordam diretamente os temas de interesse (ex: arqueologia sem relação com patrimônio/informação/documentação).
- Documentos sem acesso ao texto completo.
- Publicações fora do marco cronológico estabelecido.
- Resumos, notícias, entrevistas e materiais não científicos.

2. Marco Cronológico

Período definido: de 1937 (marco inicial relevante por conta do Decreto-Lei nº 25/1937 sobre proteção de bens arqueológicos) até 2025 (ano da busca e compilação final das referências).

- A. 1937–1964: Consolidação inicial das políticas patrimoniais e primeiras pesquisas acadêmicas.
- B. 1965–1988: Expansão institucional, novas leis, surgimento de cursos e pesquisas interdisciplinares.
- C. 1989–2000: Internacionalização dos debates, avanços tecnológicos e novas abordagens em documentação e gestão.
- D. 2001–2015: Digitalização, acesso aberto, novas políticas públicas e integração entre áreas.
- E. 2016–2025: Tendências atuais, desafios contemporâneos, interdisciplinaridade, legislação recente e inovação tecnológica.

3. Período de Realização

- Coleta das referências: janeiro de 2024 a junho de 2025.
- Análise e seleção: janeiro a junho de 2025.

4. Bases de Dados Consultadas

- Bases de dados científicas: SciELO, BRAPCI, Redalyc, ResearchGate, Repositórios institucionais (USP, UFMG, UFPB, UNESP etc.), Google Scholar.
- Periódicos e anais: Anais de congressos (EDICIC, ABEQUA, CIAIQ), Revistas especializadas (Informação & Informação, Perspectivas em Ciência da Informação, Transinformação, Museologia & Interdisciplinaridade, Fênix, etc.).
- Portais de legislação: Planalto, IPHAN.
- Livros e capítulos: Editoras acadêmicas, repositórios de universidades.

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

A terceira etapa da pesquisa foi dedicada à observação participante, essa que foi realizada ao longo de abril de 2021 a maio de 2025, durante o qual o pesquisador acompanhou e registrou as práticas adotadas pela equipe de arqueólogos da empresa WLage, as principais atividades observadas incluíram a catalogação de vestígios arqueológicos, a organização de inventários e a digitalização dos dados para fins de preservação.

Durante essa fase, o autor deste estudo acompanhou a equipe de Arqueologia em diversas atividades, essa etapa ainda se encontra em andamento, à medida que o trabalho de campo avança e novas dados são coletadas, até o presente momento

foram analisados relatórios técnicos, inventários e registros digitais relacionados à gestão dos artefatos arqueológicos, a partir das observações e documentos coletados, foram identificados práticas e desafios na gestão documental do acervo arqueológico.

Na última etapa, foi realizada a análise e redação do texto final, com a incorporação das informações obtidas nas etapas anteriores. A escrita foi baseada nas observações de campo e no referencial teórico estabelecido, permitindo uma reflexão sobre as práticas de preservação arqueológica e a gestão dos dados informacionais no Sítio Chácara Rosane, essa fase também envolveu a análise crítica dos fluxos informacionais e da forma como os registros arqueológicos são mantidos e utilizados ao longo do tempo.

É importante ressaltar que a condição deste pesquisador como membro integrante da equipe da WLage Arqueologia, atuando diretamente nas atividades de campo e laboratoriais no Sítio Chácara Rosane, configurou a observação participante como uma vivência imersiva. Esta dupla posição, ao mesmo tempo que proporcionou um acesso privilegiado aos dados, aos processos decisórios cotidianos e às nuances da aplicação da gestão documental e da informação no contexto arqueológico.

Buscou-se, portanto, manter o distanciamento analítico necessário para a pesquisa acadêmica, cotejando as observações diretas com o referencial teórico estabelecido e com a documentação técnica produzida, visando garantir a objetividade na interpretação dos fenômenos estudados e na apresentação dos resultados. A familiaridade com o campo e com os desafios enfrentados pela equipe permitiu uma compreensão das complexidades envolvidas na salvaguarda do patrimônio em um cenário de arqueologia preventiva, enriquecendo a análise aqui apresentada. Abaixo o quadro 7 ilustra as etapas da pesquisa.

Quadro 7 - Divisão de etapas e atividades da pesquisa

Etapas	Atividades desenvolvidas
1ª etapa - Levantamento sistemático	1. Base Metodológica ○ Levantamento bibliográfico (2023-2025) com fontes secundárias/terciárias. ○ Abordagem teórico-documental sem dados primários. 2. Fontes e Recursos ○ Plataformas digitais e acervos físicos: acervos nacionais e internacionais. 3. Objetivo Central ○ Estruturar e validar o arcabouço teórico da pesquisa.
2ª etapa - Seleção do material e sistematização do estudo	1. Critérios de Seleção ○ Relevância/abrangência das pesquisas. ○ Alinhamento com os objetivos do estudo. ○ Pertinência/atualidade dos dados. 2. Foco dos Trabalhos Selecionados ○ Estratégias de preservação do patrimônio cultural arqueológico.

	○ Gestão documental e informacional como eixo central. 3. Objetivo Principal ○ Subsidiar análises sobre práticas de conservação e gestão patrimonial. 4. Destaques ○ Rigor metodológico na triagem de fontes. ○ Aplicabilidade dos modelos discutidos.
3ª etapa - Observação participante no sítio arqueológico	1. Investigação de Campo no Sítio Chácara Rosane ○ Método: Observação participante. ○ Objetivo: Registro de achados, organização de inventários e curadoria de artefatos (catalogação e gestão documental). 2. Escala e status atuais ○ curadoria dos artefatos arqueológicos. ○ Etapa em andamento devido à complexidade e continuidade da pesquisa. 3. Documentação e Observações ○ Registro por fotos, diários de campo, relatórios, entre outros. ○ Detalhamento das práticas de preservação do material arqueológico e da documentação associada. 4. Dinâmicas Informacionais ○ Abrangência das etapas do trabalho: campo, laboratório e museu. ○ Inclui atividades acadêmicas e de salvamento arqueológico. 5. Contribuições Principais ○ Compreensão das práticas de gestão arqueológica. ○ Reflexões sobre a interação entre processos técnicos e preservação patrimonial.
4ª Etapa – Elaboração do texto	1. Resultados e Considerações Finais ○ Incorporação de dados recentes identificados durante a investigação. ○ Análise dos fluxos informacionais no sítio arqueológico. 2. Perspectiva Obtida pela Imersão ○ Compreensão interna da relação entre registros documentais, gestão da informação e preservação patrimonial. ○ Papel dos documentos na transmissão de informações patrimoniais, culturais e arqueológicas. 3. Contribuições ○ Mapeamento de práticas de gestão documental e informacional aplicadas à preservação. ○ Reflexões sobre o diálogo de entre os grandes campos do conhecimento como arqueologia e ciência da informação. 4. Impacto do Estudo ○ Subsídio para aprimorar estratégias de conservação e difusão do patrimônio. ○ Base teórico-prática para futuras pesquisas em arqueologia e gestão documental, informacional, culturais e de acervos.

Fonte: Adaptado de Simionato (2015); Viana, *et al.* (2024).

4.1 Mapeamento Temático

As referências incluídas consistem em artigos de periódicos, teses, livros, capítulos de livros e documentos legais ou normativos brasileiros. Elas abrangem desde discussões conceituais e históricas sobre a Ciência da Informação, Documentação e Gestão Documental (Ackoff, 1989; Briet, 1951, 2016; Buckland, 1991; Ortega, 2009, 2010; Otlet, 2018; Santos, 2007; Ferreira, 1999; Houaiss *et al.*, 2001; Rabaca *et al.*, 1995; Fonseca, 1986), até estudos sobre práticas específicas em

arqueologia e gestão de patrimônio no Brasil (Afonso *et al.*, 1999; Alves, 2002; Caldarelli; Cândido, 2017; Gondim *et al.*, 2017; IPHAN, 2019; Bandeira, 2013; Correia Lima; Aroso, 1989; Pallestrini, 1983; Leroi-Gourhan, 1972; Wasterlain, 2006; Bicho, 2012). Assim como ilustrado na Figura 11, onde é possível observar o número de citações por tema.

Métodos de Documentação Arqueológica: A importância do contexto (Araújo, 2017), métodos gerais e avanços na arqueologia brasileira (Alves, 2002; Bandeira, 2013), a documentação como fonte de informação (Ballardo; Mendonça, 2023), padrões de coleta de dados (Buikstra; Ubelaker, 1994), classificação em Arqueologia (Dunnell, 2007), o uso de SIG (Honorato, 2010), normas do IPHAN (2019), práticas e metodologias de arqueometria e conservação de arte rupestre (Lage *et al.*, 2005; Lage; Farias Filho, 2018), métodos de escavação (Pallestrini, 1983; Leroi-Gourhan, 1972), modelagem conceitual para recursos digitais (Simionato, 2015), estudos bioarqueológicos (Wasterlain, 2006), manuais de arqueologia (Bicho, 2012) e práticas em sambaquis (Correia Lima; Aroso, 1989).

Gestão da Informação: Sobre a hierarquia DIKW (Ackoff, 1989; Rowley, 2007), a relação com patrimônio cultural (Almeida; Martins, 2016; Azevedo, 2015; Sousa *et al.*, 2010), conceitos fundamentais da GI, GD e CI (Araújo; Costa Junior, 2014; Buckland, 1991; Ferreira, 1999; Houaiss *et al.*, 2001; Rabaca *et al.*, 1995), origens e perspectivas (Barbosa, 2008; Gonçalves, 2011), gestão do conhecimento (Davenport; Prusak, 1998), uso de fontes para geração de conhecimento (Rodrigues; Blattmann, 2014), abordagens e modelos (Santos, 2021), e sua aplicação como ferramenta de memória (Santos; Valentim, 2021).

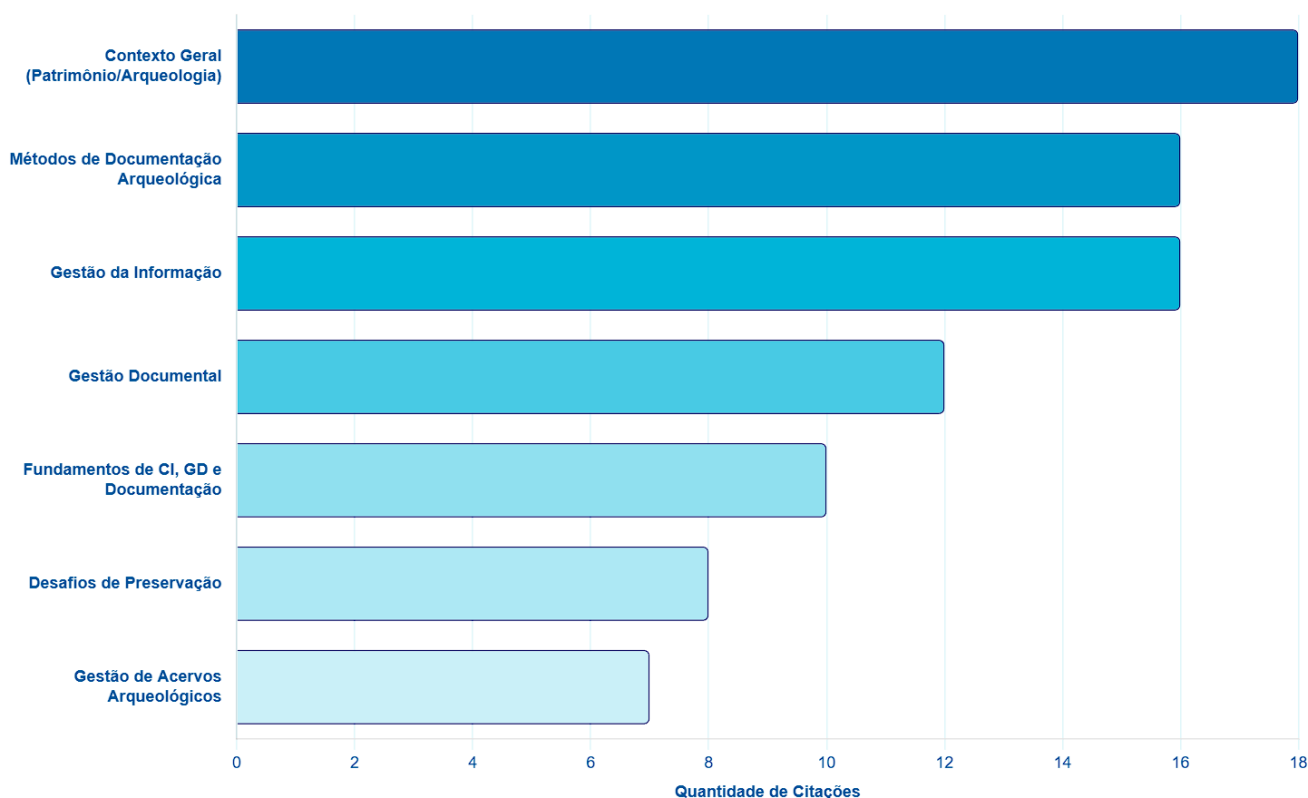
Gestão Documental: Fundamentos da Documentação (Briet, 1951, 2016; Ortega, 2009, 2010; Otlet, 2018; Santos, 2007; Fonseca, 1986), contexto histórico no Brasil (Melo, 2021), processos em ambientes específicos (Calderon *et al.*, 2004; Cornelsen; Pavezi, 2004), percepções de gestores (Marinho, 2016) e sua integração com a gestão da informação e memória (Santos; Valentim, 2021). A aplicação em arqueologia é abordada por Ballardo e Mendonça (2023) e implicitamente por Caldarelli e Cândido, 2017.

Gestão de Acervos Arqueológicos: Organização e gerenciamento em contexto brasileiro (Afonso *et al.*, 1999), métodos curatoriais (Dias, 2013; Fleming, 2008; Botelho, 2024; Silva, 2019), conservação preventiva (Froner, 1995) e gestão de acervos (Gondim *et al.*, 2017).

Desafios de Preservação: Os desafios são abordados principalmente no contexto da arqueologia preventiva (grande volume de dados e materiais, Caldarelli; Cândido, 2017), da conservação preventiva (Froner, 1995), da conservação de sítios específicos (Lage *et al.*, 2005; Lage; Farias Filho, 2018), bem como questões de educação patrimonial e apropriação social do patrimônio (Canclini, 1994; Vasconcellos, 2011; Smith, 2020; Tanno, 2006).

Contexto Geral (Patrimônio/Arqueologia): Contexto sobre o significado do patrimônio (Araripe, 2004; Fabrino; Duarte, 2022; Hall, 2010; Lowenthal, 2015; Oosterbeek, 2012; Misumi *et al.*, 2011; César, 1964; Maia; Barrancos 2021), a natureza da arqueologia (Araújo, 2018; Oosterbeek, 2004; Childe, 1956; Taylor, 1967; Trigger, 2004; Binford, 1962; Hodder; Hutson, 1999, 2003; Renfrew; Bahn, 2016; Schiffer, 1990), a história da disciplina no Brasil (Oliveira, 2002), discussões sobre interdisciplinaridade e fundamentos teóricos (Trigger, 2004; Caldarelli, 2015).

Figura 11- Distribuição quantitativa das referências bibliográficas utilizadas no trabalho, segmentadas pelas principais categorias temáticas.



Fonte: Criado pelo autor usando CANVAS (2025).

5 SÍTIO CHÁCARA ROSANE, EM SÃO LUÍS MARANHÃO: um exemplo de sítio arqueológico e de patrimônio arqueológico, histórico, cultural e documental

Em 1978, o sítio da Chácara Rosane já despertava interesse arqueológico. Naquele ano, de acordo com Lima e Aroso (1989). Correia Lima, acompanhado por seus alunos, inspecionou o Sambaqui Rosane (atualmente o sítio arqueológico chácara Rosane), que naquele dado momento era localizado no Turu, de propriedade do Dr. Nonato Carvalho, na Av. La Touche, próximo ao primeiro desvio para Araçagi. Atualmente o sítio está localizado na Av. Mario Andrezza e faz parte do bairro Olho D'água

No ano seguinte, 1979, uma equipe retornou para realizar a escavação definitiva do local, atingindo diferentes níveis estratigráficos: o nível 6, situado a cerca de 0,15 m de profundidade, e nível 14, mais profundo, correspondente à terra estéril. Notavelmente, no nível 9 (profundidade intermediária) foi encontrada uma estrutura denominada “Igaçaba”⁵. Apesar de parte dela ter sido quebrada pelo peso do terreno, essa área revelou um fóssil humano adulto. A análise dos restos ósseos que incluem dentes ainda articulados em fragmentos de mandíbulas, permitiu identificar o indivíduo, sepultado de forma secundária, prática comum entre os Tupi-Guarani (Lima; Aroso, 1989). Embora não tenham sido realizadas medições precisas, o aspecto dos fragmentos ósseos indicou que se tratava de um homínídeo do Holoceno.

5.1 Caracterização do cenário de pesquisa

Mais recentemente, em 2019, a propriedade foi adquirida por uma empresa de construção civil, a aquisição foi feita com o objetivo de construir um complexo de apartamentos residenciais, que foram subdivididos em quatro empreendimentos, sendo eles, Ilha de Aruba, Ilha de Havana, ilha de San Andreas e ilha de San Martin, devido ao histórico arqueológico do terreno e fruto de obrigações estabelecidas por lei, foi necessário contratar uma empresa de consultoria arqueológica para gerenciar os trabalhos em campo, com o objetivo de realizar o resgate arqueológico dos possíveis achados na localidade. Essa exigência deve-se à legislação brasileira, que

⁵ “[...] Igaçaba «Pote de barro, de bôca larga em geral, para água ou para guardar farinha e outros gêneros; urna funerária dos indígenas. Var.: gaçaba.» Esta definição, tirada das Últimas edições do Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa, encontra-se mais ou menos generalizada no Brasil, aparecendo também nos dicionários de Portugal, porém sem a acepção de «urna funerária». O fato de este segundo significado não figurar no Dicionário da Língua Portuguesa (1813) de Antônio de Moraes Silva, mostra que o sentido de urna funerária é de data recente na Língua (Cesar, 1964. p. 19).

garante a proteção do patrimônio cultural e arqueológico conforme previsto no artigo 216 da Constituição Federal de 1988 e que impõe, através das diretrizes do IPHAN e normas correlatas, a necessidade de salvamento e estudos arqueológicos prévios a qualquer intervenção em áreas com potencial valor histórico (IPHAN, 2019).

Art. 216. V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. § 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação. § 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem (Brasil, 1988, p. 1).

Também no Decreto-Lei nº 25/1937: “[...] os bens arqueológicos e paleontológicos são de propriedade da União e devem ser protegidos contra quaisquer formas de destruição” (Brasil, 1937). De forma complementar, o IPHAN estabelece que “[...] as intervenções arqueológicas devem ser conduzidas por profissionais qualificados, obedecendo às normas técnicas que assegurem a integridade dos vestígios” (IPHAN, 2019).

Por sua vez, a Lei nº 9.605/1998 tipifica como crime a “destruição, inutilização ou descaracterização de bens de valor cultural”, impondo sanções penais e administrativas aos responsáveis (Brasil, 1998).

Fundamentados nessa legislação, foi possível iniciar os trabalhos de licenciamento, durante esse período inicial foi conduzido pela empresa de arqueologia WLage, o sítio arqueológico Chácara Rosane foi “redescoberto”, revelando uma concentração de vestígios humanos e artefatos, nas escavações atuais, foram recuperados mais de 100 mil fragmentos arqueológicos e 62 sepultamentos primários.

5.2 Escavar, Analisar, Preservar: o ciclo da Arqueologia no Sítio Chácara Rosane

O início do Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico realizado no contexto do empreendimento Bambuzal foi conduzido com base na Instrução Normativa nº 1/2015 do IPHAN, visando o salvamento de vestígios arqueológicos, a produção de conhecimento científico sobre as ocupações humanas na região e a promoção da educação patrimonial junto à comunidade local. A execução do projeto enfrentou desafios significativos impostos pela pandemia de COVID-19, que atrasou

atividades presenciais e alterou o planejamento inicial. Apesar disso, os resultados obtidos foram expressivos para o entendimento das ocupações humanas na Ilha de São Luís. Abaixo uma síntese das atividades que ocorreram no sítio até o momento:

Divisão da Equipe: Quatro subgrupos foram formados para:

- a. Topografia e georreferenciamento (Figura 12).
 - b. Sondagens, escavações e peneiramento (Figura 13 Figura 14 Figura 15).
 - c. Educação patrimonial.
- Técnicas Aplicadas:
- d. Escavações em níveis artificiais
 - e. Uso de quadrículas para delimitação de áreas.
 - f. Georreferenciamento com GPS e estação total.
 - g. Documentação gráfica e fotográfica.
- Modalidades de Intervenção:
- h. Superfície Ampla: Escavação até 197 cm revelou 2 sepultamentos humanos, fragmentos cerâmicos, líticos, restos faunísticos e carvão, com 8 camadas arqueológicas (Figura 16).
 - i. Trincheiras: (Figura 17)
 - i. Trincheira 1: 5 quadrículas, 120 cm de profundidade, 5.155 peças coletadas.
 - ii. Trincheira 2: 10 quadrículas, 120 cm de profundidade, 7.318 peças coletadas.
 - j. Sondagens: 10 pontos estratégicos, 15.828 peças coletadas, com 7 sondagens alcançando camada estéril.
- Tratamento dos Materiais:
- k. Triagem, etiquetagem e acondicionamento para a Reserva Técnica da UFMA.
 - l. Limpeza em laboratório e análises laboratoriais (TL e LOE) para determinar a idade dos vestígios.
- Resultados:
- Total de 62.344 peças coletadas, incluindo 36.282 fragmentos cerâmicos, 3.200 líticos, 21.398 restos faunísticos e 1.243 malacológicos (Figura 18) e higienização dos vestígios (Figura 19).

m. Identificação de sepultamentos humanos e camadas bem definidas.

Figura 12 - Topografia e georreferenciamento



Fonte: WLage Arqueologia (2020).

Figura 13- Peneiramento



Fonte: WLage Arqueologia (2020).

Figura 14 – Escavação, abertura de quadrícula



Fonte: WLage Arqueologia (2020).

Figura 15 - Peneiramento de poços testes (PT)



Fonte: WLage Arqueologia (2020).

Figura 16 – Indivíduo 1 e 2



Fonte: WLage Arqueologia (2020).

Figura 17 – Escavação da trincheira



Fonte: WLage Arqueologia (2020).

Figura 18 - Acervo arqueológico até 2020



Fonte: Autor do estudo (2021).

Figura 19 – Higienização



Fonte: Autor do estudo (2021).

Paralelamente às análises parciais realizadas em laboratório, a área do empreendimento Ilha de Aruba passou pelas primeiras intervenções do setor da engenharia, devidamente aprovadas pelo órgão fiscalizador. Em conformidade com a Portaria IPHAN nº 01/2015, foi determinada a realização do monitoramento arqueológico, procedimento que consiste no acompanhamento de um arqueólogo durante todas as atividades de revolvimento do solo.

No decorrer das atividades subsequentes, o empreendedor dividiu o projeto habitacional em quatro partes, transformando o Bambuzal, que antes era um único empreendimento, em quatro empreendimentos distintos: além da Ilha de Aruba, foram incluídas a Ilha de Havana, a Ilha de San Andrés e a Ilha de Martin.

Figura 20 - Áreas do empreendimento Bambuzal – Sítio Arqueológico Chácara Rosane



Fonte: WLage Consultoria Científica Ltda (2021).

O monitoramento abrangeu diversos processos, tais como terraplanagem (figuras 21 e 22), escavações, construção de médio e grande porte, além de escavações mecanizadas para a implantação de redes de esgoto e sistemas de drenagem, entre outros. Na Ilha de Aruba, especificamente, as atividades de monitoramento ocorreram entre os meses de fevereiro e novembro de 2021, resumindo a seguir:

- Atividade: Monitoramento arqueológico na Ilha de Aruba.
- Resultados:

Resgate de aproximadamente 7.000 fragmentos arqueológicos (figura 23).

- Confirmação de densidade de material nessa área do sítio, possível espaço “residencial”, sem sepultamentos, mas com volume de vestígios (figura 25)
- Análises parciais realizadas no laboratório de arqueologia da Universidade Federal do Piauí - UFPI (figura 26).

Figura 21 - Terraplanagem



Fonte: Autor do estudo (2021).

Figura 22 - Limpeza da porção de terra



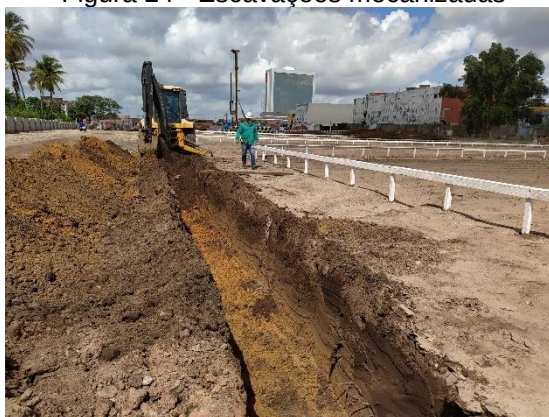
Fonte: Autor do estudo (2021).

Figura 23 - Alguns fragmentos identificados



Fonte: Autor do estudo (2021).

Figura 24 - Escavações mecanizadas



Fonte: WLage Arqueologia (2021).

Figura 25 – Volume de material



Fonte: WLage Arqueologia (2021).

Figura 26 - Catalogação e análise na UFPI



Fonte: WLage Arqueologia (2021).

Em 2022, transcorrido aproximadamente um ano desde o início das obras do Condomínio Ilha de Aruba, foram iniciadas as intervenções no Empreendimento Ilha de Havana. Fundamentadas nas escavações conduzidas em 2020, as análises prévias evidenciaram que essa área detinha a maior densidade artefactual do sítio, dentro de um amplo espaço, configurando-se como alta relevância arqueológica.

Ademais, foi nessa porção que se registraram os dois primeiros sepultamentos em 2020, os quais se destacam como um ponto culminante na expressiva concentração material do sítio. As atividades se resumiram nas etapas a seguir:

Supressão Vegetal (SV)

- Descrição: a primeira etapa executada após a liberação do IPHAN, remoção integral da cobertura vegetal da área (figura 27).
- Identificação de vestígios: predominância de vestígios cerâmicos (figura 28).
- Escavação mecanizada (figura 29 e figura 30) > visava identificar vestígios como restos ósseos, antes do início da terraplanagem.
- Equipamento Utilizado: retroescavadeira equipada com conforme as diretrizes da coordenação de campo.
- Área escavada inicialmente foi 50 metros a partir da área com maior densidade artefactual

Resultado da Escavação mecanizada

- Fragmentos arqueológicos: foram identificados cerca de 29.000 fragmentos arqueológicos e nenhum vestígios ósseos humanos (figura 31 e figura 32).

Figura 27 - Final da supressão vegetal



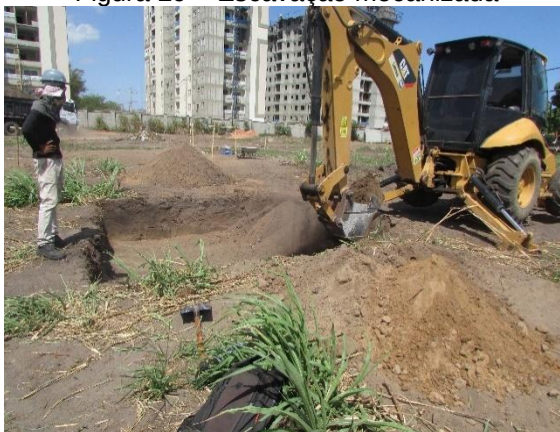
Fonte: Autor do estudo (2022).

Figura 28 - Vestígios cerâmicos



Fonte: Autor do estudo (2022).

Figura 29 – Escavação mecanizada



Fonte: Autor do estudo (2022).

Figura 30 - Escavação mecanizada



Fonte: Autor do estudo (2022).

Figura 31 - Quantificação de cerâmicas



Fonte: Fernanda Viana (2022).

Figura 32 - Material cerâmico identificado



Fonte: Fernanda Viana (2022).

Em 2023 ao iniciar a terraplanagem na área da Ilha de Havana, o monitoramento foi autorizado pelo IPHAN, garantindo a observação contínua do processo, durante a análise arqueológica nas proximidades da área com maior densidade de material, foram identificados vestígios ósseos, o que levou à paralisação do trabalho nessa área, a equipe de arqueologia, então, foi responsável por verificar a presença de possíveis sepultamentos, realizando três extensas escavações manuais que ocorreram do período de 2023 a 2024, denominadas de Trincheira 1 (TR1), Trincheira 2 (TR2) e Trincheira 3 (TR3). As atividades se resumiram nas etapas a seguir:

Metodologia do estudo arqueológico:

Escavação amostral: utilização de quadrículas para realizar escavações alternadas, minimizando o impacto e permitindo uma amostra representativa de dados, as quadrículas foram demarcadas em colunas e linhas (figura 33).

Resultados das escavações

- Trincheira 1 (TR1):

- Enfrentou desmoronamento contínuo, devido à chuva, levando à pausa das atividades até 2024.
- Quando retomada a escavação identificou 29 sepultamentos humanos, alcançando 223 cm de profundidade (figura 34).
- Trincheira 2 (TR2):
- Escavações em quadrículas entre 50 cm de profundidade a 178 cm de profundidade (figura 35).
- Identificação 21 sepultamentos humanos (figura 36).
- Trincheira 3 (TR3):
- Iniciada em 2024 após a conclusão da TR1 e TR2, com escavações alcançando até 180 cm de profundidade, com escavações de 2 x 2m de extensão (figura 37).
- Quatro sepultamentos humanos identificados (figura 38).

Figura 33 - Escavação TR1



Fonte: Autor do estudo (2023).

Figura 34 - Escavação TR1



Fonte: Autor do estudo (2023).

Figura 35 - Escavações em quadrículas TR2



Fonte: WLage Arqueologia (2023).

Figura 36 - Identificação de sepultamentos humanos TR2



Fonte: Autor do estudo (2023).

Figura 37 - Escavações TR3



Fonte: WLage Arqueologia (2024).

Figura 38 - Sepultamento humano - TR3



Fonte: Fernanda Viana (2024).

Por fim ao final de 2023 e durante o ano de 2024, antes do início das atividades no empreendimento Ilha de San Andrés, o IPHAN solicitou o resgate arqueológico de de algumas áreas anteriormente liberadas para a Licença de Operação (LO)⁶. A autorização foi revogada após a constatação de concentração de vestígios arqueológicos na etapa de SV (figura 39). As atividades se resumiram nas etapas a seguir:

Intervenções Realizadas

- Três grandes áreas escavadas, superfície ampla, cada uma com dimensões de pelo menos 5m x 5m com no máximo 140 cm de profundidade, além de ampliações necessárias (figura 40 e figura 41).
- 2 corredores escavados conectando as intervenções, com 2 metros de largura e 160 cm de profundidade máxima (figura 42).

Resultados

- Identificação de sete sepultamentos em toda porção da ilha de San Andrés (figura 43), atualmente essa porção do sítio segue em monitoramento contínuo para salvaguardar qualquer material arqueológico (figura 44).

⁶ LO trata-se da autorização concedida pelo IPHAN ao setor de engenharia para iniciar suas atividades de obra.

Figura 39 - Processo de supressão vegetal



Fonte: Autor do estudo (2023).

Figura 40 - Área escavada 5m x 5m



Fonte: Autor do estudo (2024).

Figura 41 - Ampliações das escavações



Fonte: Autor do estudo, 2024

Figura 42 - Marcações de um dos corredores



Fonte: Autor do estudo, 2024

Figura 43 - Escavação de um dos indivíduos



Fonte: Autor do estudo, 2024

Figura 44 - Monitoramento da área



Fonte: Fernanda Viana, 2024

Sobre a última área do empreendimento, Ilha de San Martin, atualmente, as atividades encontram-se nas fases iniciais de escavação e análise. Nesse contexto, ainda não há dados suficientes para realizar interpretações adicionais sobre o sítio, o que indica que o processo demandará um tempo considerável para avançar.

Paralelamente a essas ações de monitoramento e escavação, o material resgatado anteriormente no sítio encontra-se, neste momento, em processo de

limpeza, catalogação, inventário e curadoria (figuras 45 e 46). Essas etapas são essenciais para a interpretação dos artefatos, que será realizada de forma mais completa na fase de análise material.

Figura 45 - Etapa de curadoria arqueológica



Fonte: Fernanda Viana (2023).

Figura 46 - Etapa de curadoria arqueológica



Fonte: Autor do estudo (2025).

Há um esforço ininterrupto na organização de todos os dados, o que requer uma gestão rigorosa para garantir interpretações apropriadas para a salvaguarda do material já extraído do sítio. Na ausência de uma gestão adequada, a "destruição" do sítio decorrente das atividades de campo, resultaria em uma perda de dados.

Para facilitar a compreensão da complexa sequência de intervenções realizadas no Sítio Chácara Rosane ao longo dos anos e nas suas diversas áreas, o Quadro 8 apresenta um resumo cronológico das principais atividades.

Quadro 8 - Cronograma das Principais Atividades Arqueológicas no Sítio Chácara Rosane (2020-2025)

Período	Área do Empreendimento/Frente de Trabalho	Tipo Principal de Intervenção Arqueológica	Principais Achados/Resultados Relevantes
2020	Empreendimento Bambuzal (Geral)	Escavação em Superfície Ampla, Trincheiras (T1, T2), Sondagens.	62.344 peças (cerâmicas, líticos, etc.), identificação dos 2 primeiros sepultamentos humanos.
Fev-Nov 2021	Ilha de Aruba	Monitoramento arqueológico durante terraplanagem e obras.	Aproximadamente 7.000 fragmentos; confirmação de densidade material em área possivelmente residencial, sem sepultamentos.
2022	Ilha de Havana	Supressão Vegetal (SV); Escavação mecanizada pós-SV.	Cerca de 29.000 fragmentos arqueológicos identificados na escavação mecanizada; alta densidade artefactual confirmada.
2023-2024	Ilha de Havana	Escavações manuais extensivas (Trincheira 1, Trincheira 2, Trincheira 3).	Identificação de 54 novos sepultamentos humanos (21 na TR1, 29 na TR2, 4 na TR3).
Final 2023-2024	Ilha de San Andrés	Resgate arqueológico em áreas amplas e corredores; Monitoramento contínuo.	Identificação de 7 sepultamentos humanos; área anteriormente liberada com LO teve autorização revogada devido a novos achados.
2024-2025 (em andamento)	Ilha de San Martin	Fases iniciais de escavação e análise.	Dados ainda insuficientes para interpretações detalhadas; trabalhos em prospecção inicial.
Contínuo (2020-2025)	Todas as áreas / Laboratório	Limpeza, catalogação, inventário, curadoria, elaboração de relatórios.	Gestão contínua de mais de 100.000 fragmentos e 62 sepultamentos; produção de documentação para o IPHAN e pesquisa.

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

O trabalho arqueológico desenvolvido no Sítio Chácara Rosane, no contexto do empreendimento imobiliário subdividido em quatro áreas (Ilha de Aruba, Ilha de Havana, Ilha de San Andrés e Ilha de San Martin), exemplifica um caso complexo e bem-sucedido de arqueologia preventiva no Brasil.

O que começou como o monitoramento de um empreendimento imobiliário evoluiu para uma complexa operação de resgate, revelando uma densidade ocupacional e funerária que superou todas as expectativas iniciais. Cada fase, desde

as sondagens em 2020 até as escavações em andamento, demonstrou a importância de uma metodologia adaptativa e do diálogo entre a engenharia e a arqueologia. A verdadeira contribuição deste trabalho será construído nos próximos anos, à medida que cada artefato e cada contexto for interpretado, isso irá reescrever as narrativas sobre os primeiros ocupantes da Ilha de São Luís.

5.3 Gestão Documental e Gestão da Informação na Chácara Rosane

O ato de escavar um sítio arqueológico, embora necessário para a obtenção de informações, também resulta na sua destruição parcial ou total, segundo Renfrew e Bahn (2016, p. 71, tradução própria). “[...] os arqueólogos estão cada vez mais conscientes do alto custo e do caráter destrutivo da escavação”.

Esse processo é particularmente relevante nos contextos de arqueologia preventiva, nos quais há o envolvimento do Estado, representado pelo IPHAN, e, frequentemente, a participação de entidades privadas. Nessas situações, as escavações são realizadas sob a pressão de prazos previamente estabelecidos, geralmente associados a grandes obras de infraestrutura, impactando diretamente o patrimônio arqueológico e a maneira como o trabalho será conduzido.

O ato de escavar por si só, não é suficiente para compreender os contextos em que determinados artefatos foram encontrados, o fazer arqueológico é um processo complexo que exige uma abordagem meticulosa, isso inclui método científico, análises contextuais e interpretações interdisciplinares (Renfrew; Bahn, 2016; Binford, 1983; Hodder, 1999). É fundamental considerar não apenas os artefatos pelo artefato, mas também as relações entre os vestígios, suas associações espaciais e temporais e o ambiente em que foram depositados, a fim de reconstruir as dinâmicas sociais, culturais e históricas das populações que os produziram e utilizaram.

Mais importante do que encontrar vestígios da presença humana é compreender contextos. Analisar as relações entre os vestígios arqueológicos presentes em um sítio contribui para a compreensão da organização social daqueles que criaram e fizeram uso de artefatos ali depositados. Essa ordenação se baseia em métodos interventivos utilizados na própria investigação realizada pela equipe de profissionais da Arqueologia, que podem ser orientados por outros elementos, tais como, o objetivo da pesquisa (que pode ser, por exemplo, analisar a ocupação da área em um período específico de sua ocupação, ou ainda, compreender a sequência de ocupação), e ao mesmo tempo, influenciar outros elementos da investigação, como a

interpretação dos contextos arqueológicos (Ballardo; Mendonça, 2023, p. 51).

Sendo assim os profissionais da arqueologia buscam auxílio em outras áreas do conhecimento, que tem por especialidade gerenciar determinadas ferramentas que irão auxiliá-los no processo de interpretação dos contextos arqueológicos, para um melhor entendimento será necessário estabelecer a definição do que é 'contexto arqueológico'. Para Schiffer (1990) o **contexto arqueológico**, descreve a condição dos materiais que já passaram pelo sistema cultural e agora são encontrados no registro arqueológico, esses materiais não participam mais de atividades humanas ativas e se tornam objetos da investigação arqueológica. O contexto arqueológico é, portanto, o resultado do descarte, abandono ou deposição de elementos que antes faziam parte do contexto sistêmico⁷.

Portanto, percebe-se na afirmativa acima, que a escavação arqueológica vai além do simples ato de escavar, mas também a alcança conservação dos vestígios, o respeito às comunidades envolvidas e a difusão do patrimônio cultural, ou seja, embora a coleta, identificação e a descrição de artefatos sejam etapas iniciais importantes na pesquisa arqueológica, elas não são suficientes por si só. Para alcançar uma compreensão com mais especificidade, é necessário investigar os usos desses objetos e os papéis que desempenhavam nos sistemas socioculturais em que estavam inseridos, considerando tanto suas funções práticas quanto seus significados simbólicos e contextuais. (Childe, 1956; Taylor, 1967; Binford, 1962; Schiffer, 1976; Hodder; Hutson, 2003). Não se trata de desmerecer a importância do artefato, mas de destacar que é por meio de sua interpretação que se extrai o verdadeiro significado de sua criação, uso e função no passado, ou seja, entender isso, é compreender a construção e expressão de identidades, bem como, a interação social e o significado atribuído aos objetos e à paisagem, sendo assim, ela explora como os artefatos, os objetos cotidianos e até mesmo elementos naturais, quando inseridos em um contexto cultural, adquirem significados que vão além de sua função prática, e passam a comunicar quem somos, de onde viemos e como nos relacionamos com o mundo.

Se o sítio arqueológico é destruído, após o resgate, como é possível fazer

⁷ O **contexto sistêmico** refere-se à condição de um elemento enquanto parte ativa de um sistema cultural. Nesse contexto, os elementos materiais (artefatos, estruturas, alimentos, combustíveis, entre outros) participam de atividades humanas que mantêm as variáveis de um sistema cultural dentro de limites operacionais. Em outras palavras, o contexto sistêmico é o ambiente em que os objetos são criados, utilizados, mantidos, transportados, armazenados e eventualmente descartados (Schiffer, 1990).

interpretações sobre o contexto arqueológico?

A resposta para essa questão está diretamente relacionada com a importância da gestão documental e gestão da informação no processo arqueológico, o registro de todas as etapas do trabalho em campo e a organização das informações obtidas, são fundamentais para que os profissionais possam interpretar os dados mesmo após a destruição do sítio.

Trata-se da eternização do patrimônio mediante o registro, aqui é estabelecida a relação entre memória e informação: a segunda concretiza a primeira, transformando-a num produto físico. Tornar a memória passível de registro implica em algumas amarras e armadilhas, pois captura um momento constituído por humanos, não-humanos, contexto, fixando-o num tempo e espaço fixos e determinados (Maia; Barrancos, 2021).

Esse processo permite que, mesmo na ausência da materialidade do sítio arqueológico, as informações coletadas podem ser analisadas, reinterpretadas e utilizadas em novos estudos.

Esses registros permitem que os dados coletados durante as escavações e análises não se perca com a transformação da paisagem, assim é possível reconstruir o contexto arqueológico, possibilitando que pesquisadores, estudantes e o público em geral compreendam a importância do sítio, do patrimônio e sua contribuição para o entendimento do nosso passado.

No sítio chácara cada etapa do processo foi meticulosamente documentada, uma vez que sua destruição, assim como a do contexto arqueológico, será total, essa situação impossibilitará a realização de estudos *in loco*⁸. Portanto, devido ao processo de gerenciamento das informações obtidas durante todas as fases do salvamento arqueológico, será possível a análise posterior dos achados. Durante o período de acompanhamento das atividades arqueológicas, foi possível observar, tanto de maneira direta quanto indireta, a aplicação de técnicas, métodos relacionados à gestão da informação e à gestão documental nos processos laborais e intelectuais realizados pelos profissionais envolvidos, a seguir, é apresentado um delineamento das etapas que foram seguidas para evidenciar essa aplicação:

A eficácia de um sistema de gestão de informações depende, assim, da qualidade da gestão documental, e vice-versa, promovendo um ciclo de aprimoramento

⁸ A expressão *in loco* tem origem no latim e significa “no local” ou “no próprio lugar”, sendo equivalente ao termo *in situ*.

que permite a atualização e revisão, mesmo que exista todos esses procedimentos, fica claro que o objetivo é o controle mais adequados para a quantidade de dados que surgem durante os trabalhos.

É prática comum de toda pesquisa arqueológica, ou quase toda, a realização de uma ficha, ou tabela que reúna dados relevantes sobre os itens de uma coleção, a partir da seleção de critérios inventariantes. Porém, esses documentos não são usualmente pensados como ferramentas para preservação desse material a longo prazo, em contexto institucional e frente a outros acervos, mesmo aqueles gerados em outras campanhas em um mesmo sítio (Silva; Polo, 2023, p. 72).

Diante desse panorama, torna-se evidente que a efetividade da arqueologia contemporânea depende não apenas da aplicação de métodos científicos durante as escavações, mas também da adoção de práticas sistemáticas de registro, organização e preservação das informações. É nesse contexto que a GI e GD se consolidam como disciplinas auxiliares indispensáveis, especialmente em situações em que a destruição do sítio arqueológico é inevitável, como ocorre nas ações de arqueologia preventiva.

Assim, para compreender de que maneira essas disciplinas contribuem para a salvaguarda do patrimônio arqueológico e para perpetuar do conhecimento produzido, é fundamental analisar, detalhadamente, o processo de gestão documental e informacional realizado no sítio Chácara Rosane.

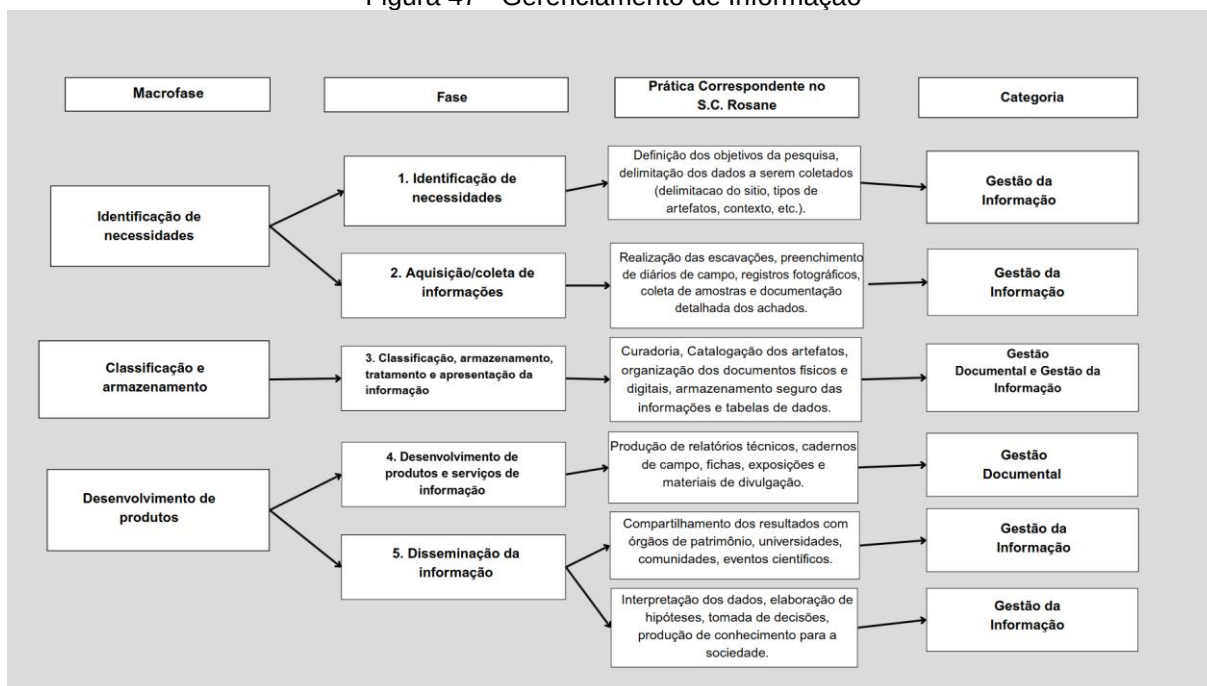
No sítio foi possível identificar diversas etapas do trabalho arqueológico, que podem ser interpretadas como práticas diretamente relacionadas tanto à Gestão da Informação (GI) quanto à Gestão Documental (GD). Essas se manifestam desde a definição dos objetivos da pesquisa e a sistematização dos dados a serem coletados, passando pelo registro de informações em campo, pela organização, preservação dos documentos e artefatos, até a elaboração e disseminação dos produtos informacionais resultantes.

Este detalhamento é visualizado no fluxograma (Figura 47), que sintetiza o ciclo de gestão documental e informacional aplicado ao Sítio Chácara Rosane, inspirado no modelo de gestão da informação de McGee e Prusak (1994), e adaptado ao contexto arqueológico específico deste estudo, o diagrama organiza o processo em **três macrofases principais**, localizadas à esquerda: Identificação de Necessidades, Classificação e Armazenamento, e Desenvolvimento de Produtos.

Estas macrofases desdobram-se em cinco fases operacionais sequenciais, detalhadas centralmente, que vão desde a '1. Identificação de necessidades' até a '5.

Disseminação da informação. Para cada uma dessas fases, o fluxograma apresenta a **Prática Correspondente no S.C. Rosane**, exemplificando as ações concretas realizadas, e, à direita, a **Categoria** de gestão predominante (Gestão da Informação, Gestão Documental, ou a combinação de ambas). Desta forma, o fluxograma é uma representação da aplicação dessas disciplinas no estudo de caso, demonstrando o fluxo de trabalho desde o planejamento inicial até a geração e disseminação do conhecimento arqueológico.

Figura 47 - Gerenciamento de Informação



Fonte: Autor do estudo baseado no Modelo de Ger. de Informação de McGee e Prusak (1994).

Com o intuito de demonstrar essa articulação, apresenta-se a seguir um panorama que associa as fases das práticas desenvolvidas no sítio, bem como à respectiva dimensão da gestão envolvida:

Compreender cada fase do processo desde a identificação das necessidades até a análise e uso da informação, torna possível garantir que o fluxo informacional atenda tanto às demandas operacionais quanto às exigências de preservação e disseminação do conhecimento.

A seguir, o detalhamento de cada uma dessas etapas.

1. Identificação das necessidades

Corresponde ao reconhecimento dos objetivos e demandas informacionais da

pesquisa arqueológica. No contexto do Sítio Chácara Rosane, o início do processo envolveu:

a) **Análise do contexto legal e científico:** O processo foi motivado por exigências de licenciamento ambiental, o que demandou o cumprimento das normas do IPHAN e a definição de objetivos, as primeiras atividades relacionadas ao sítio tiveram início em 2019, com o intuito de obter a autorização legal para as atividades de engenharia. Inicialmente, a empresa enviou ao IPHAN a Ficha de Caracterização de Atividade (FCA), a qual se fundamenta na Lei nº 6.938/1981, que estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente, e na Resolução CONAMA nº 237/1997. A FCA é um documento essencial para que o IPHAN realize uma avaliação do espaço, permitindo-lhe tomar decisões sobre a autorização necessária para a implementação do projeto. Entretanto, no caso da Chácara Rosane, a empresa responsável pelo licenciamento ambiental, antes de prosseguir com qualquer ação, enviou a Ficha de Caracterização de Atividade (FCA) ao IPHAN, solicitando, de forma equivocada, que o espaço de construção não se enquadrava nos níveis de classificação. A definição desses níveis (I, II, III e IV⁹) ajudam orientar decisões e categorizar aplicações posteriores nas pesquisas. Quando um espaço é classificado como “não se aplica”, isso implica que não seria necessário um estudo prévio de arqueologia. No entanto, esse não era o caso da Chácara Rosane, já que o local estava cadastrado como sítio arqueológico e seu reconhecimento na academia remonta a quase 40 anos. Assim, o IPHAN classificou o projeto como nível III. Entretanto, possivelmente devido à má informação sobre as leis de salvaguarda de sítios e bens arqueológicos, a empresa solicitou juridicamente junto ao IPHAN uma “reclassificação de nível”, pois acreditava não ser necessário nenhum estudo na área em questão, assim o IPHAN realizou uma fiscalização no Chácara Rosane com dois técnicos, constatou-se a existência de vestígios arqueológicos em superfície em uma ampla área, o que colocou “[...] automaticamente sob a proteção federal conforme o disposto nos Arts. 215 e 216 da Constituição Federal, bem como o previsto na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961” (IPHAN, 2019, p. 1) visando o material identificado durante a fiscalização e a área a ser impactada. Assim, a Chácara Rosane

⁹ O nível I abrange sítios com baixa relevância arqueológica e poucos ou nenhum vestígio, onde a preservação não é necessária. II inclui sítios de importância mediana, contendo vestígios importantes, mas sem valor extraordinário, a preservação é recomendada, mas não é compulsiva. O nível III diz respeito a sítios de alta complexidade, com vestígios significativos para a região, onde a preservação é relevante e obrigatória. Por fim, o nível IV abrange sítios de importância essencial, que possuem valor únicos, com artefatos raros ou representa eventos históricos substanciais.

permaneceu classificado como nível III. Posteriormente e ainda no ano de 2019, a empresa WLage Arqueologia foi contratada e enviou a FCA (Figura 49 e Figura 50) devidamente corrigida para dá início ao Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico (PAIPA)¹⁰ prevista na Instrução Normativa IPHAN 01/15 Art. 18, sendo esse, mais um documento necessário para o licenciamento ambiental.

Figura 48 - Detecção de fragmento cerâmico pré-colonial no Sítio Chácara Rosane



Fonte: IPHAN (2019).

Figura 49 – Modelo de ficha de caracterização de atividades (FCA)

 FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DE ATIVIDADE – FCA Instrução Normativa IPHAN n.º 001/2015, de 25 de março de 2015		versão 0.5 25/09/2015
Preenchimento exclusivo do IPHAN		
As unidades do IPHAN devem inserir os dados desta FCA na tabela de controle de indicadores antes da emissão do TRE.		
FCA N.º:	(Número de controle da Tabela de Indicadores (intrínseco))	
Data do protocolo do FCA:		Limite de emissão do TRE
Data da emissão do TRE:		
1) O prazo (ver IN N.º01/15) para análise desta FCA e emissão do TRE é de quinze (15) dias. possível acompanhar a tramitação e a análise deste documento no endereço eletrônico: sei.iphan.gov.br/pesquisapublica		
2) É		
Preenchimento exclusivo do responsável legal pelo empreendimento junto ao IPHAN		
I. Dados do Interessado		
Responsável Legal:		
CPF: (Responsável Legal):		
Razão Social:		
CNPJ:		
Porte da Empresa:		
Endereço comercial:		
Endereço para envio de correspondência: (Termo de Referência)		

¹⁰ O projeto e estudo visa identificar, analisar e atenuar os impactos ou danos que podem afetar diretamente o patrimônio arqueológico brasileiro, servindo como um documento importante para cumprir as exigências legais relacionadas à preservação cultural e conservação desses bens.

Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1170>

Figura 50 – alguns metadados da ficha FCA

II. Caracterização da Atividade ou Empreendimento	
Nome do Empreendimento:	
Tipologia: (conforme Anexos I e II da IN IPHAN n.01/15)	
Setor: (Ex.: Elétrico, Habitação, etc.)	
Detalhamento: (conforme Anexos I e II da IN IPHAN n.01/15)	
Sub-detalhamento: (conforme Anexos I e II da IN IPHAN n.01/15)	
Descrição do Projeto: (Atividades/Empreendimento)	
Área Total: (m2 ou km² ou ha)	
Nível Sugerido: (conforme Anexos I e II da IN IPHAN n.01/15)	☐ Não se Aplica ☐ Nível I ☐ Nível II ☐ Nível III ☐ Nível IV

Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1170>

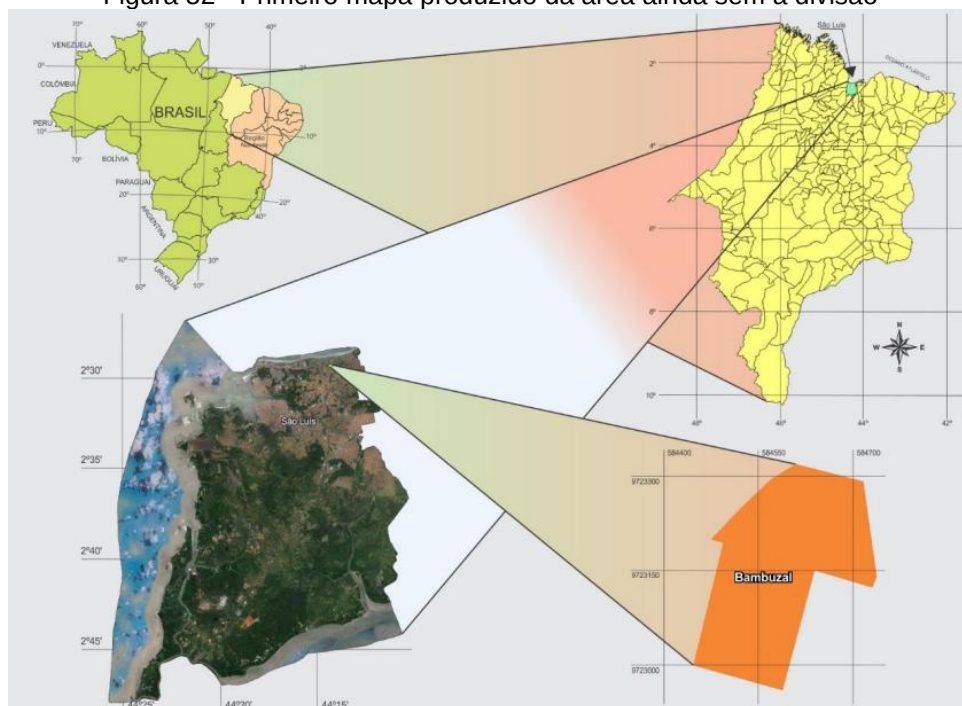
Figura 51 – Alguns metadados da ficha FCA

Obs.: Caberá ao IPHAN a definição final do enquadramento da Atividade ou Empreendimento conforme Art. 11 e Anexos I e II da IN IPHAN n° 01 de 25 de março de 2015, inclusive quando houver a previsão do enquadramento em "Não se Aplica" - NA, a partir da existência, na Área Diretamente Afetada - ADA, de sítios arqueológicos cadastrados no IPHAN.	
Localização da Atividade ou Empreendimento	
Estado(s) abrangido(s) pela atividade ou empreendimento: (Listar)	
Município (s) abrangido(s) pela atividade ou empreendimento: (Listar)	
Bens Culturais Imateriais Registrados como Patrimônio Cultural do Brasil, conforme o Decreto nº 3551/2000, no(s) Estado(s) abrangido(s) pela atividade ou empreendimento:	
Bens Culturais Imateriais Registrados como Patrimônio Cultural do Brasil, conforme o Decreto nº 3551/2000, no(s) Município(s) abrangido(s) pela atividade ou empreendimento:	

Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1170>

b) **Mapeamento das áreas de interesse:** Foram delimitadas as áreas com maior potencial arqueológico com base em levantamentos prévios, análises de mapas e bibliografias relacionadas à ocupação da Ilha de São Luís. Durante a elaboração do PAIPA, foi definida a área do "Empreendimento Bambuzal", que substituiu oficialmente o nome do espaço, embora o sítio tenha permanecido como Sítio Arqueológico Chácara Rosane. É importante ressaltar que as quatro áreas do terreno previamente mencionadas, Ilha de Aruba, Ilha de Havana, Ilha de San Andrés e Ilha de San Martín, surgiram posteriormente, após a divisão da área do Empreendimento Bambuzal, no final de 2021. Outro aspecto definido ainda no projeto, são quais técnicas que deveriam ser empregadas (poços-teste, coleta em superfície ou escavações), assim como os tipos de vestígios prioritários (cerâmicas, líticos, ossos, amostras de solo, entre outros), bem como a área com maior potencial arqueológico.

Figura 52 - Primeiro mapa produzido da área ainda sem a divisão



Fonte: WLage Arqueologia (2019).

c) **Planejamento metodológico:** A partir da formulação do projeto a equipe estabeleceu quais questões buscava responder, a metodologia inicial do trabalho arqueológico baseou-se nos estudos de Carvalho (2007) sendo denominadas de prospecção extensiva ou não sistemática e a prospecção intensiva ou sistemática, em resumo, a prospecção extensiva serve como uma fase preparatória que orienta a

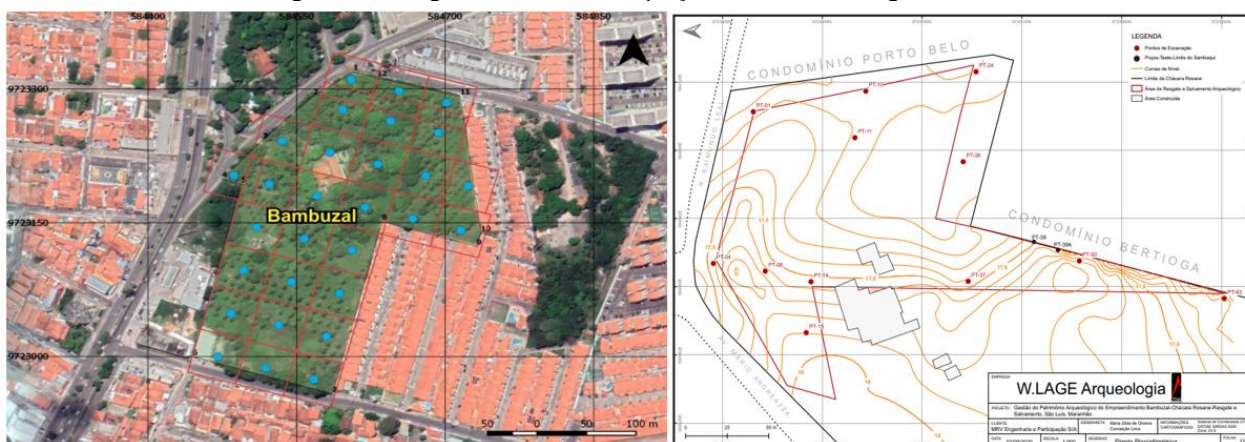
pesquisa, enquanto a prospecção intensiva é a etapa de investigação com escopo mais amplo, garantindo uma análise do território afetado. Ambas as metodologias são complementares e essenciais para uma compreensão completa do potencial arqueológico da área em questão.

2. Aquisição/coleta de informações

Nesta etapa, ocorre a coleta das informações e materiais no campo. Foram realizados procedimentos de coleta em superfície, poços-teste e escavação em área, nessa sequência ou não, seguindo protocolos metodológicos sempre aprovados previamente pelo IPHAN.

d) **Escavação:** Ocorreram coletas em superfície, poços-teste para sondagem, seguida de escavações em áreas selecionadas do sítio, camada por camada, utilizando ferramentas adequadas para não danificar os vestígios, em todas as porções ocorreram escavações, com maior ou menor continuidade e ampliação. Entre 2020 a 2025 ocorreram inúmeras coletas em superfície, pois a todo momento era necessário o resgate material, seis projetos de prospecção (poços-teste) variando 1 m de profundidade a 1m 50 cm de profundidade, cinco projetos de escavação (manual e mecanizada) executadas em três porções, exceto Ilha de Aruba, alcançando profundidade variando entre 20 cm até 2 m 23 cm de profundidade (Leroi-Gourhan 1950,1972; Carvalho, 2007).

Figura 53 - Algumas malhas de poços-teste e sondagens



Fonte: WLage Arqueologia (2020).

Figura 54 - Área quando já estava em processo de escavação



Fonte: WLage Arqueologia – imagem de Drone (2023).

Figura 55 – Prospecção arqueológica, poço-teste



Fonte: Autor do estudo (2023).

Figura 56 - Prospecção arqueológica, poço-teste



Fonte: Autor do estudo (2023).

Figura 57 – Escavação manual Trincheira 2



Fonte: Autor do estudo (2023).

Figura 58 - Escavação manual de sepultamento humano



Fonte: Autor do estudo (2023).

Figura 59 - Escavação manual Trincheira 1

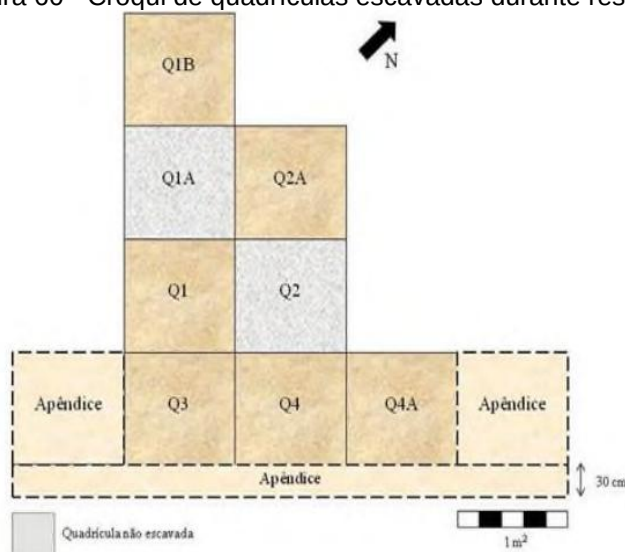


Fonte: Autor do estudo (2023).

e) **Registro:** Cada achado foi documentado com fotos, desenhos, croqui, coordenadas GPS, descrição do contexto (profundidade, posição, relação com outros

materiais). Durante todo processo de intervenções no sítio foi registrado continuamente todas as informações acima mencionadas, para além da ação de escavar, peneirar e quantificar, registrou-se a localização dos achados em superfície e fora das malhas pré-definidas, desenhos e croquis dos principais vestígios, como sepultamentos humanos, artefatos e estratigrafia arqueológica, dados relevantes para interpretação sobre a ocupação desse espaço. O desenho ou croqui oferece uma perspectiva mais acurada do contexto arqueológico de cada artefato. Segundo Trigger (2004), o contexto deposicional e pós-deposicional do vestígio arqueológico é tão relevante quanto o próprio material, pois é a partir desse contexto que se pode compreender a totalidade do percurso que o artefato percorreu ao longo do tempo e do espaço. Essa análise constitui uma parte fundamental da investigação arqueológica, visto que, ao considerar esses dados, é possível elucidar e narrar não apenas os processos de manufatura do artefato, mas também os danos ambientais e antrópicos que ele pode ter sofrido posteriormente. Além disso, através da literatura é imprescindível examinar as interações sociais que podem ter influenciado o seu depósito ou abandono em espaços específicos (Trigger, 2004; Bicho, 2006). Essas informações permitem dimensionar as múltiplas influências que podem ter afetado a preservação do artefato, revelando assim as complexas dinâmicas que moldaram sua trajetória espacial e cultural.

Figura 60 - Croqui de quadrículas escavadas durante resgate



Fonte: Heralda da Silva (2020).

Figura 61 - Demarcações dos perfis para registro em croqui e interpretação sobre ocupações e/ou estratigrafias



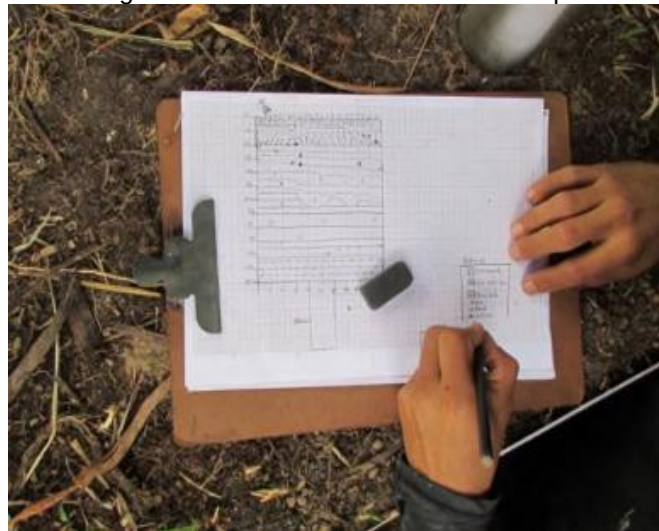
Fonte: WLage Arqueologia (2020).

Figura 62 - Perfis demarcados pronto para registro, importante para o contexto arqueológico do vestígio (sepultamento 2)



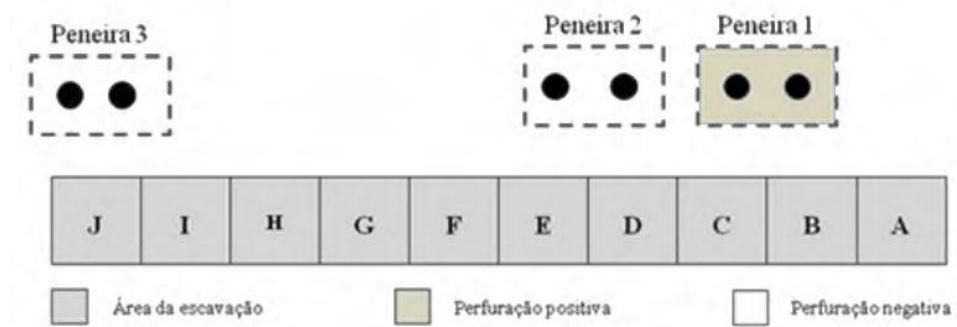
Fonte: WLage Arqueologia (2020).

Figura 63 - Perfis demarcados em croqui



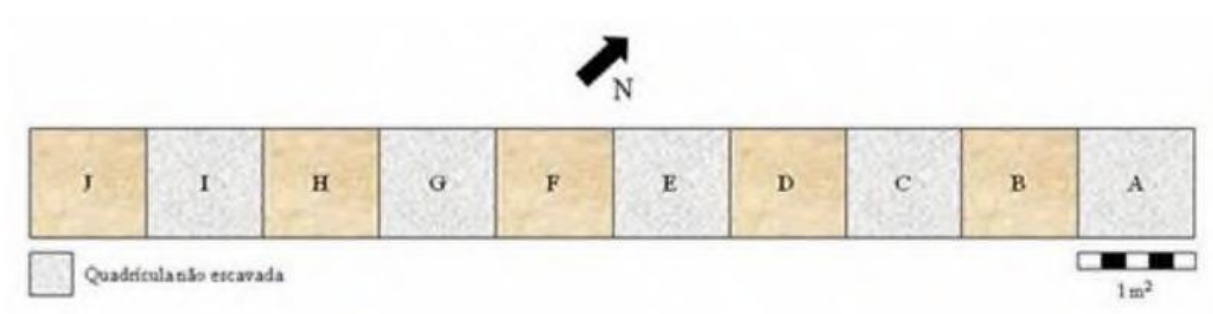
Fonte: WLage Arqueologia (2020).

Figura 64 - Croqui esquemático com indicação das perfurações para fixação dos esteios das peneiras



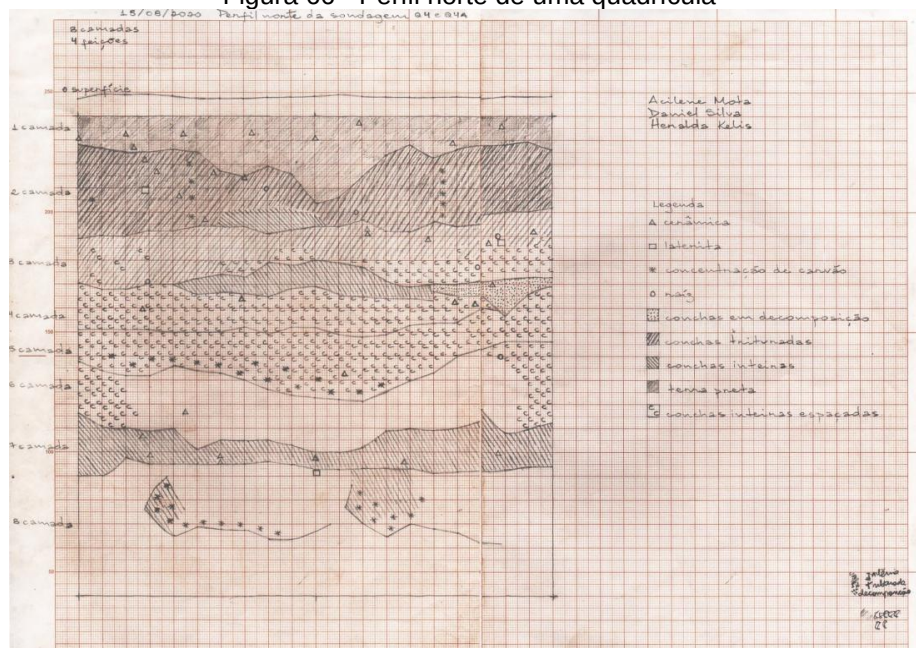
Fonte: Heralda da Silva (2020).

Figura 65 - Croqui esquemático de uma trincheira



Fonte: Heralda da Silva (2020).

Figura 66 - Perfil norte de uma quadrícula



Fonte: Equipe WLage Arqueologia (2020).

f) **Preenchimento de diários de campo e outros suportes:** Relatos diários das atividades, decisões tomadas, condições climáticas e eventuais dificuldades encontradas influenciam os acontecimentos do campo e seus registros, assim, a documentação das etapas executadas em campo é imprescindível para a totalidade do processo anteriormente mencionado. Sua importância é equiparada à do contexto arqueológico e dos artefatos identificados, sem tais registros ou informações documentadas, o sítio arqueológico não possui uma existência real, podendo ser irremediavelmente destruído em vão. Tal destruição poderia, inclusive, ser considerada um ato criminoso, conforme definido pela legislação (Brasil, 1937). Assim, utilizou-se diversos suportes de informação durante o estudo, totalizando: 26 cadernos de brochura de 14,8 cm x 21 cm, contendo informações como; etapa do estudo, intervenção arqueológica, metodologia aplicada, tipologia material, quadrícula ou local identificado, nível (profundidade), quantidade e informações adicionais do contexto, como a coloração e textura do sedimento, perturbações no solo ou outro tipo de observação relevante como pontuado por Dias (2013). Utilizaram-se pelo menos cinco câmeras fotográficas profissionais para registrar todas as intervenções, o total de quatro Gps Portátil da Garmin Etrex 10, e como mencionado, dois aplicativos para georreferenciamento gratuito: SwMaps e o GeoTraker, todos utilizados entre 2020 e 2025. Além disso, dois drones foram empregados para capturar imagens do sítio antes e durante o processo de intervenções, também foram utilizados dois modelos de fichas

ou etiquetas preenchidas ainda em campo, contendo um resumo das informações mais relevantes sobre os achados em cada nível de intervenção.

Figura 67 - Registro em caderno de campo



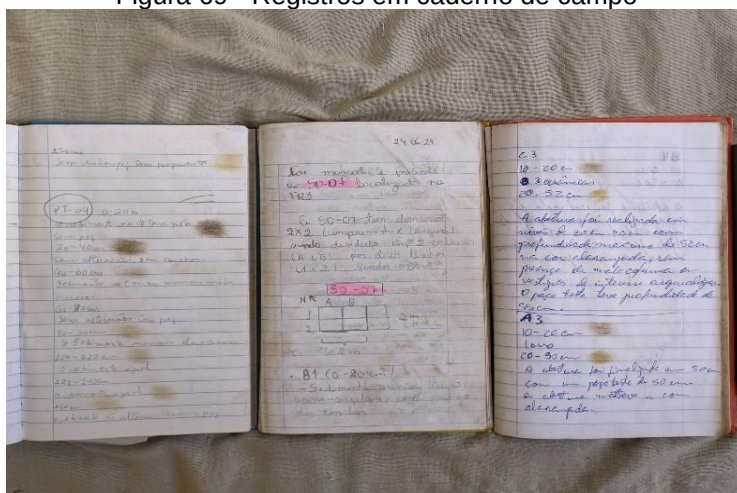
Fonte: WLage Arqueologia (2023).

Figura 68 - Registro em caderno de campo



Fonte: Autor do estudo (2023).

Figura 69 - Registros em caderno de campo



Fonte: WLage Arqueologia (2023).

Figura 70 - Ficha de campo

Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico na Área do Empreendimento Bambuzal - Sítio Chácara Rosane - São Luís - MA

Sector: _____ Data ____/____/____

UTM Zona ____ x ____ /y ____

Nº de Identificação _____ Coleta() P.T() SD()

Quantidade() Tr() Coleta Superficial() _____

Nível - Superficial() 0-10() 10-20() 20-30() 30-40() 40-50() 50-60() 60-70() 70-80() 80-90() 90-100() >100()

Cerâmica() Lítico() Malacológica() Cerâmica Construção()

Carvão() Louça() outro _____

Quantidade _____ Responsável _____

Assinatura: _____

Fonte: WLage Arqueologia, (2020).

Figura 71 - Gps utilizado no estudo



Fonte: <https://www.garminstore.com.br/>

g) **Coletas e amostras:** Foi feita a coleta de fragmentos cerâmicos, líticos, ossadas e amostras de solo, utilizando sacos plásticos etiquetados e caixas apropriadas

para transporte, durante uma escavação, diversas condições podem ser encontradas em relação aos fragmentos arqueológicos, o que implica que cada achado pode demandar uma abordagem específica. Conforme salientado por Fleming (2008) e Dias (2013), artefatos em estado mais frágil requerem cuidados especiais para assegurar que não sofram danos, uma consideração de suma importância na preservação do labor arqueológico. Na Chácara Rosane a utilização de pincéis de cerdas macias foi necessária para evitar qualquer alteração na integridade dos objetos durante as escavações, além de outras ferramentas utilizadas, especialmente no que tange a materiais osteológicos (vestígios faunísticos e ossos humanos) (Wasterlain, 2006). Tal cuidado evidencia a atenção aos detalhes e a imprescindibilidade de técnicas apropriadas, ademais, a relevância da diversidade acadêmica neste estudo é inegável, contando com a colaboração e consultoria de: três bioarqueólogas, três arqueoquímicos, dois historiadores, além de 18 arqueólogos - entre 2020 a 2025, até a consumação desta escrita.

h) Cada objeto é tratado individualmente durante o armazenamento e manuseio, seguindo um protocolo de conservação e catalogação (Dias, 2013). Como o estudo ocorre no âmbito do licenciamento ambiental, há uma pressão constante para que os trabalhos se alinhem ao cronograma da obra, assim, é essencial que o trabalho não apenas salvaguarde os materiais arqueológicos, mas também atenda às demandas da engenharia, evitando desequilíbrios (Caldarelli; Cândido, 2017). Nesse contexto, a coleta de amostras durante o estudo para análises posteriores é de suma importância para interpretações sobre o espaço e os artefatos, este mecanismo é imprescindível para qualquer pesquisa, mas se torna ainda mais vital na arqueologia preventiva. Na Chácara Rosane, foram retiradas diversas amostras, incluindo sedimentos, minerais, fragmentos cerâmicos para análises químicas e para datações, foram recolhidos para análises destrutivas e não destrutivas amostras de líticos, carvão, ossos de fauna, ocos, conchas, amostras de dentes específicos foram coletadas para a realização de datações absolutas de alguns indivíduos identificados, nesse processo foram utilizados sacos plásticos zip lock e caixas apropriadas para transporte e armazenamento, foram realizadas também a captura de imagem 3D *in situ* de sepultamentos humanos.

Figura 72 - Uso de pinceis durante escavação



Fonte: WLage Arqueologia (2020).

Figura 73 - Uso de pinceis durante escavação



Fonte: Autor do estudo (2023).

Figura 74 - Análise química de cerâmicas



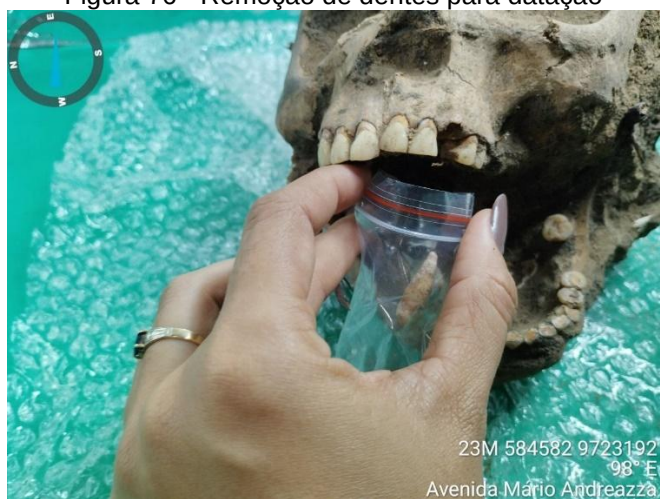
Fonte: Fernanda Viana (2025).

Figura 75 - Amostras para análise química



Fonte: Fernanda Viana (2025).

Figura 76 - Remoção de dentes para datação



Fonte: Fernanda Viana (2025).

Figura 77 - Escaneamento 3d do sepultamento



Fonte: WLage Arqueologia (2020).

3. Classificação, armazenamento, tratamento e apresentação da informação

Após a coleta, inicia-se o processo de organização e tratamento dos dados e materiais obtidos:

- **Limpeza dos materiais:** O primeiro passo para a curadoria e organização dos materiais é a remoção de resíduos de solo e qualquer vegetação dos fragmentos, utilizando pincéis, água destilada ou técnicas específicas, conforme o tipo de material, é muito importante perceber a curadoria como a etapa determinante para o futuro, “[...] vemos uma curadoria entendida no contexto do **cuidado** para a continuidade das pesquisas” (Silva, 2019). No tratamento dos materiais do sítio, no entanto, não foram utilizados líquidos para a limpeza, pois os arqueoquímicos envolvidos no estudo consideraram que isso poderia prejudicar as análises posteriores. Assim, foram empregadas escovas simples com cerdas macias para a limpeza, além de espátulas pequenas de bambu para artefatos mais resistentes. Para os fragmentos mais frágeis, foram utilizados pincéis pequenos e escovas dentais (Fleming, 2008; Caldarelli; Cândido, 2017). De todos os artefatos, os ossos humanos são os únicos que não recebem limpeza ou qualquer tipo de curadoria, apenas a especialista em osteologia realiza todos os procedimentos de catalogação, análise e conservação.

Figura 78 - Higienização do material arqueológico



Fonte: Autor do estudo (2023).

Figura 79 - Higienização do material arqueológico



Fonte: Autor do estudo (2023).

Figura 80 - Higienização do material arqueológico



Fonte: Autor do estudo (2023).

Figura 81 - Higienização do material arqueológico



Fonte: Autor do estudo (2023).

- **Triagem e classificação:** Após a limpeza dos artefatos, inicia-se o processo para a organização das informações arqueológicas, conforme destacado por Dias (2013). Esse processo envolve a triagem dos artefatos de acordo com sua

tipologia, data, profundidade e intervenções, no sítio Chácara Rosane, a triagem foi realizada com base nas intervenções e suas respectivas datas, seguida pela profundidade. Dessa forma, evitou-se uma separação abrupta das peças em relação às suas fichas de campo originais, preservando assim a informação primária. Essa etapa de organização é seguida pela geração de uma sigla e numeração, um procedimento conhecido na Arqueologia como "tombamento" das peças. A sigla está sempre relacionada ao sítio, e a equipe da Chácara Rosane atribuiu uma sigla específica para cada etapa e porção do local. Sempre que o estudo mudava de porção, a numeração era reiniciada, pois seria inviável inserir uma numeração extensa em cada peça, considerando que há mais de 100 mil fragmentos. As siglas de tombamento geradas pela equipe incluíram: **CRP**, **CRRI**, **CRRII**, **CRMI**, **CRMII**¹¹, entre outras, a numeração varia de 01 até o final da sequência correspondente a cada porção. Após a limpeza, aplica-se uma fina camada de esmalte incolor para fixar essa numeração na superfície da peça, após a secagem, o registro da numeração é realizado utilizando uma pena de bico de metal ou uma caneta nanquim, geralmente com tinta branca ou preta. Por fim, é aplicada uma última camada de esmalte para garantir a proteção do registro, após o processo de tombamento das peças, é necessária a criação de uma nova ficha em laboratório, denominada "ficha de catalogação" ou "ficha de identificação". Segundo Reis (2018), "[...] a ficha de catalogação de acervos é um dos principais instrumentos que compõem um sistema de documentação [...] e possui a importante missão de registrar as informações referentes a determinada peça." Para este estudo, foi elaborada uma ficha de catalogação que incluem campos para preenchimento, como tipologia do material, profundidade, numeração e o responsável pelo registro, além de espaço para outras observações que possam ser anexadas, essa ficha é fundamental para garantir a organização e a integridade das informações sobre o acervo, facilitando o acesso e a pesquisa futura.

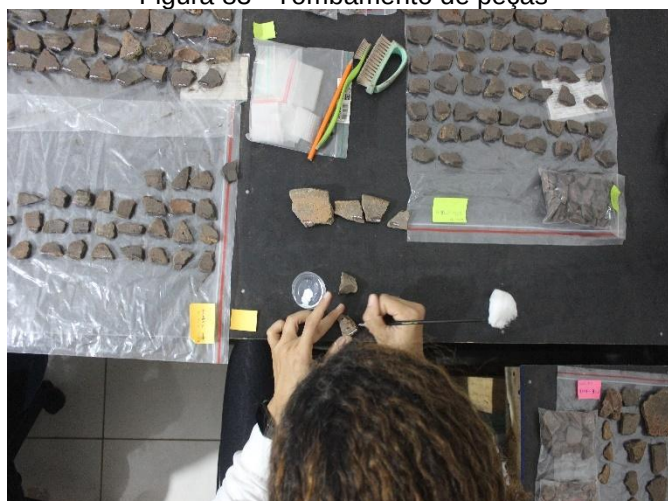
¹¹ Chácara Rosane Prospecção - CRP, Chácara Rosane Resgate I - CRRI, Chácara Rosane Resgate II - CRRII, Chácara Rosane Monitoramento I - CRMI, Chácara Rosane Monitoramento II – CRMII.

Figura 82 - Esmalte incolor sendo colocado



Fonte: Autor do estudo (2025).

Figura 83 - Tombamento de peças



Fonte: Autor do estudo (2025).

Figura 84 - Tombamento de peças



Fonte: Autor do estudo (2025).

Figura 85 - Tombamento de peças



Fonte: Autor do estudo (2025).

i) **Catálogo:** De acordo com a Portaria n.º 196, de 18 de maio de 2016, do IPHAN, são necessárias diversas medidas para assegurar a conservação e a prolongação da vida útil do acervo, essa portaria faz referência aos acervos arqueológicos, pontuando entre outras regras a adequação da higienização dos acervos e registros de intervenções, a manutenção do inventário e catalogação do acervo, além do uso de um sistema de identificação (item III, item IV, item V), para se adequar a esses itens, o estudo para além da higienização, triagem material e tombamento, também passa pelo processo de catalogação, iniciando a partir da criação de divisões específicas, a equipe determinou que todo conjunto de fragmentos que totalizam um saco *zip lock* denominou de “lote”, ou seja, “lote” refere-se a uma unidade de organização que agrupa fragmentos arqueológicos que compartilham características comuns, que no caso da Chácara Rosane foi escolhido data e intervenção arqueológica.

Assim, de acordo com Botelho (2024, p. 6) “[...] diante do determinado pela portaria, torna-se imprescindível a existência de um sistema de catalogação e identificação do acervo arqueológico”. Após cada peça ter seu número de tombo e seu lote determinado, todas as peças passam pela medição de suas características, nesse estudo, foram registradas a largura, altura e peso de cada peça que fosse maior que 2,5 cm x 2,5 cm, menor que isso os fragmentos entram como “classe residual”; essas informações são anexadas a uma planilha do Excel criada apenas para essa curadoria e análise, entretanto é baseada na Ficha de Cadastro de Bem Arqueológico Móvel do IPHAN.

A planilha contém outras categorias para catalogação, como descrição, cor,

categoria, técnica de produção, decoração, integridade, estado de conservação, intervenções sofridas, armazenamento, medidas, peso e filiação cultural, entre outros. Na arqueologia, essa catalogação também pode ser chamada de “inventário” e só pode ser considerada completa se incluir as fotos do material registrado na planilha, assim, todo lote é devidamente fotografado e as imagens são anexadas à planilha. Posteriormente, um relatório final de curadoria será elaborado após a análise do material, quando todas as peças tiverem passado por todas as etapas mencionadas, até o momento, esse processo ainda não foi realizado, pois o estudo ainda está em andamento.

Figura 86 - Peças em lotes já organizadas



Fonte: Autor do estudo (2025).

Figura 87 - Peças em lotes já organizadas



Fonte: Autor do estudo (2025).

Figura 88 - Medindo e pesando peças, catalogando



Fonte: Autor do estudo (2025).

Figura 89 - Medição das peças



Fonte: Autor do estudo (2025).

Figura 90 - Fotografia das peças por lote



Fonte: Autor do estudo (2025).

Figura 91 - Inventário do material arqueológico do sítio



Fonte: Autor do estudo (2025).

j) **Armazenamento físico:** Para o armazenamento desse material, foi estabelecido um local provisório, visto que não há reserva técnica definitiva até o momento que consiga comportar o acervo do Sítio Chácara Rosane, assim, a casa do antigo proprietário do terreno, está abrigando o material e o laboratório da equipe, atualmente são 145 caixas organizadoras com material arqueológico e cerca de 50 caixotes manufaturados (artesanamente e sob medida) para abrigar os sepultamentos humanos em blocos de sedimento. Desse total **05 são da Ilha de Aruba, 98 da Ilha de Havana, 36 da Ilha de San Andrés e 5 da Ilha de San Martin**, isso evidencia o volume artefactual até o momento nesse estudo.

Todo o material está armazenado de acordo com as necessidades específicas de cada tipologia (Botelho, 2024), materiais orgânicos, como conchas e ossos humanos e faunísticos, são acondicionados em sacos *zip lock* com pequenos furos. Esses furos evitam o acúmulo de umidade, minimizam a formação de gases e garantem a preservação e manutenção futura do material, os sacos devem variar de tamanho e são utilizados conforme as dimensões de cada artefato. Outra medida importante de armazenamento diz respeito aos sepultamentos humanos, que devem ser colocados em caixas escuras apropriadas ou, pelo menos, cobertos com uma lona escura. Esses materiais precisam ser mantidos em um local totalmente reservado da luz natural ou artificial, com temperatura e umidade controladas.

Todos os materiais mencionados e curados devem ser etiquetados com suas respectivas fichas descritivas para posterior análise e elaboração de relatórios, conforme destacado por Reis (2018). Os materiais arqueológicos do sítio estão divididos em três acervos distintos nesta casa provisória: um deles é dedicado exclusivamente aos sepultamentos humanos (o maior), enquanto os outros dois acervos contêm tanto sepultamentos humanos quanto caixas organizadoras com o material do sítio (os

menores), além disso, há uma sala de laboratório da arqueologia ou sala de curadoria que abriga apenas as caixas com materiais em processo de catalogação.

Figura 92 - Acervo em um dos espaços



Fonte: Autor do estudo (2025).

Figura 93 - Acervo em um dos espaços



Fonte: Autor do estudo (2025).

Figura 94 - Acervo com sepultamentos e artefatos em caixas



Fonte: Autor do estudo (2025).

Figura 95 - Caixas organizadas por datas



Fonte: Autor do estudo (2025).

Figura 96 - Ficha descritiva dos artefatos

A		B	C	J	K	L	M	N
1.1. Sítio		Inventário do Material Arqueológico Evidenciado no Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico na Área do Empreendimento Bambuzal						
1.2. N° do processo:		Processo nº 01494.000180/2019-04 // Porção Ilha de Havana						
1.3. Endereço (do bem):		Av. Mário Andreazza, 1, Bairro Olho d'água, São Luis, Maranhão						
1.4. Instituição (de guarda):		Universidade Federal do Maranhão - UFMA						
Endereço (da instituição de guarda):		Av. dos Portugueses, 1966 - Vila Bacanga, São Luis - MA, 65080-805						
2.0. Número de lote	Residual Cerâmicas	2.2 Denominação (tombo)	3. Produção	8. Decoração	9. Integridade	10. Estado de Conservação	11. Intervenções sofridas	12. Recomendações de conservação
Lote 1		CRMII	1	Alisado	Fragmentado	Bom (sem deterioração)	Higienização a seco	inter o acondicionamento separado por r
			2	Alisado	Fragmentado	Bom (sem deterioração)	Higienização a seco	inter o acondicionamento separado por r
			3	Alisado	Fragmentado	Bom (sem deterioração)	Higienização a seco	inter o acondicionamento separado por r
			4	Alisado	Fragmentado	Bom (sem deterioração)	Higienização a seco	inter o acondicionamento separado por r
			5	Alisado	Fragmentado	Bom (sem deterioração)	Higienização a seco	inter o acondicionamento separado por r
			6	Alisado	Fragmentado	Bom (sem deterioração)	Higienização a seco	inter o acondicionamento separado por r
			7	Alisado	Fragmentado	Bom (sem deterioração)	Higienização a seco	inter o acondicionamento separado por r
			8	Alisado	Fragmentado	Bom (sem deterioração)	Higienização a seco	inter o acondicionamento separado por r
			9	Alisado	Fragmentado	Bom (sem deterioração)	Higienização a seco	inter o acondicionamento separado por r
			10	Alisado	Fragmentado	Bom (sem deterioração)	Higienização a seco	inter o acondicionamento separado por r
			11	Alisado	Fragmentado	Bom (sem deterioração)	Higienização a seco	inter o acondicionamento separado por r
			12	Alisado	Fragmentado	Bom (sem deterioração)	Higienização a seco	inter o acondicionamento separado por r
			13	Alisado	Fragmentado	Bom (sem deterioração)	Higienização a seco	inter o acondicionamento separado por r
			14	Alisado	Fragmentado	Bom (sem deterioração)	Higienização a seco	inter o acondicionamento separado por r
			15	Alisado	Fragmentado	Bom (sem deterioração)	Higienização a seco	inter o acondicionamento separado por r
			16	Alisado	Fragmentado	Bom (sem deterioração)	Higienização a seco	inter o acondicionamento separado por r
			17	Alisado	Fragmentado	Bom (sem deterioração)	Higienização a seco	inter o acondicionamento separado por r
			18	Alisado	Fragmentado	Bom (sem deterioração)	Higienização a seco	inter o acondicionamento separado por r
			19	Alisado	Fragmentado	Bom (sem deterioração)	Higienização a seco	inter o acondicionamento separado por r
			20	Alisado	Fragmentado	Bom (sem deterioração)	Higienização a seco	inter o acondicionamento separado por r
Lote 2			24	Alisado	Fragmentado	Bom (sem deterioração)	Higienização a seco	inter o acondicionamento separado por r
			25	Alisado	Fragmentado	Bom (sem deterioração)	Higienização a seco	inter o acondicionamento separado por r
			26	Alisado	Fragmentado	Bom (sem deterioração)	Higienização a seco	inter o acondicionamento separado por r
			27	Alisado	Fragmentado	Bom (sem deterioração)	Higienização a seco	inter o acondicionamento separado por r
			28	Alisado	Fragmentado	Bom (sem deterioração)	Higienização a seco	inter o acondicionamento separado por r
			29	Alisado	Fragmentado	Bom (sem deterioração)	Higienização a seco	inter o acondicionamento separado por r
			30	Alisado	Fragmentado	Bom (sem deterioração)	Higienização a seco	inter o acondicionamento separado por r
			31	Alisado	Fragmentado	Bom (sem deterioração)	Higienização a seco	inter o acondicionamento separado por r
			32	Alisado	Fragmentado	Bom (sem deterioração)	Higienização a seco	inter o acondicionamento separado por r
			33	Alisado	Fragmentado	Bom (sem deterioração)	Higienização a seco	inter o acondicionamento separado por r
			34	Alisado	Fragmentado	Bom (sem deterioração)	Higienização a seco	inter o acondicionamento separado por r

Fonte: Autor do estudo (2025).

4. Desenvolvimento de produtos e serviços de informação

Relatórios técnicos e ferramentais informacionais: De acordo com Caldarelli (2015) para que a arqueologia possa garantir dados permanentes e devidamente salvaguardados, é essencial a geração de informações ao longo de todo o processo de intervenção arqueológica, os documentos produzidos sejam detalhados, incluindo descrições dos métodos utilizados, resultados obtidos, inferências realizadas e recomendações para a preservação dos achados. Para que a arqueologia preventiva se desenvolva de maneira cronológica e objetiva, é imperativo a elaboração de relatórios técnicos que documentem todos os procedimentos realizados em campo, tais relatórios devem ser obrigatoriamente submetidos ao IPHAN, uma vez que asseguram

a transparência e a legitimidade das atividades arqueológicas (Caldarelli; Cândido, 2017). Essa prática não apenas fortalece a fiscalização e a avaliação em conformidade com as normas legais estabelecidas, mas também contribui de maneira significativa para a preservação do patrimônio arqueológico, assim, o registro das intervenções arqueológicas é necessário para a integridade e a continuidade dos esforços de conservação e proteção do patrimônio.

Figura 97 - Alguns relatórios técnicos disponíveis no Sistema Eletrônico de Informações (SEI)

6207172	Parecer - Relatório de Pesquisa Arqueológica 21
6211977	Despacho 509
6212504	Ofício 468
6216036	E-mail
6276471	E-mail Welington 23/04/2025
6276502	Ofício 462/2025
6276617	Relatório Parcial Monitoramento -Setores 1, 2 e 3 San Andrés
6276650	Anexo
6281283	Despacho 483
6285247	Despacho 679
6291577	E-mail W. Lage 28/04/2025
6291605	Ofício Nº 463/2025
6291663	Relatório Parcial Prog. Gestão Patrimônio Arqueológico
6291716	Despacho 514

Fonte: Sistema Eletrônico de Informações; WLage arqueologia (2025).

Figura 98 - Relatório técnico produzido pela coordenação do estudo



Fonte: WLage arqueologia (2025).

- **Disponibilização de dados:** Uma das ferramentas utilizadas para garantir a clareza e a preservação documental é o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), atua como um dos pilares na tramitação e gestão dos documentos gerados em cada estudo,

por ser uma plataforma digital, o SEI se torna eficiente no cenário atual, ao promover transparência, por meio dele, é possível estabelecer uma comunicação entre arqueólogos, empreendedores e o órgão fiscalizador, garantindo a documentação de todos os trâmites obrigatoriamente anexados à plataforma, isso resulta em uma sistematização documental que facilita futuras consultas. Entretanto, por se tratar de um sistema desenvolvido para a gestão eletrônica de documentos e processos administrativos em órgãos públicos, o SEI apresenta algumas deficiências que, em determinadas circunstâncias, comprometem sua eficiência. Entre as problemáticas, destacam-se a ausência de uma organização dos dados, a complexidade da interface e a lentidão do sistema em períodos de alta demanda, o processo relacionado ao sítio disponível no SEI é particularmente desafiador, uma vez que abriga um volume considerável de documentos que carecem de organização adequada das etapas do estudo ou das seções do sítio. Os documentos anexados à plataforma abrangem o período de 2019 a 2025, e a identificação de qualquer documento específico no processo requer a abertura de arquivo por arquivo, essa situação dificulta a busca por informações específicas, e também compromete a clareza das informações públicas. Atualmente, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) dispõe de dois sistemas informatizados voltados à gestão e organização das informações relativas ao patrimônio cultural brasileiro: o Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG) e o Sistema de Gestão do Patrimônio Arqueológico (SGPA).

Ambos foram desenvolvidos com o intuito de sistematizar dados, promover a transparência institucional e qualificar os processos de tomada de decisão no âmbito da preservação cultural. De acordo com IPHAN ([s.d.]), o SICG (Figura 99) é o primeiro sistema de cadastro com inteligência geográfica do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, desenvolvido com tecnologia de software livre, o SICG visa avançar na fronteira do conhecimento, proporcionando dados abertos para outros sistemas de informação. Sua arquitetura modular permite integração com sistemas como o Fiscalis e o SIG-IPHAN, formando um conjunto de sistemas interdependentes e complementares. Destaca-se por permitir, em uma única interface, o cadastro de bens culturais materiais e imateriais, promovendo uma gestão transparente, da mesma forma, o SICG facilita o compartilhamento de informações com prefeituras e governos locais, ampliando o alcance das políticas públicas de preservação e reconhecimento do patrimônio cultural

Já o SGPA (Figura 100) criado em 1997 pelo IPHAN, tem como finalidade

padronizar a identificação de sítios e coleções arqueológicas, bem como o registro da documentação técnica produzida, estruturado de forma modular, o sistema inclui o Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA), o Banco de Imagens, o Inventário Nacional das Coleções Arqueológicas (INCA) e os módulos de Projetos e Relatórios de Pesquisa Arqueológica (PPA/RPA). Desde 2003, outros módulos, como o Banco de Portarias de Arqueologia (BPA), vêm sendo incorporados para fortalecer a gestão e a promoção desses bens, o SGPA centraliza e organiza informações essenciais para a proteção e o acompanhamento do patrimônio arqueológico nacional, atendendo às exigências da Lei n.º 3.924/1961. (IPHAN, [s.d.]).

Figura 99 - Interface do SICG

SICG
Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão

Cadastro | Conhecimento | Gestão | Pesquisa | Auxiliar

Bem » ahhhh » Dados básicos

Dados básicos

Identificação

Natureza *: Bem Arqueológico Tipo *: Sítio Classificação *: Classificação(1) para Bem Arqueológico

Nome do bem *: ahhhh Nomes populares do bem: Bem pertence a: Grupo:

Localização

UF *: Acre Município *: Acrelândia Localidade: Bairro:

Tipo logradouro *: Área Logradouro *: nnnnn Número: Complemento:

CEP: Local específico: Latitude *: -9.83782920049966 Longitude *: -66.93908694332022

Tipo propriedade *: Pública

Características do bem

Uso do solo *: ☒ Urbano ☐ Rural ☐ Ambiental Estado de preservação *: Pouco Alterado

Entorno do bem *: ☒ Alterado ☐ Preservado Estado de conservação *: Bom

Mapa

Fonte: IPHAN (2025).

Figura 100 - Interface do SGPA

Ministério da Cultura

Sistema Nacional de Informações Culturais - SNIC

Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos

CNSA / SGPA*



Centro Nacional de Arqueologia - CNA

- CNSA MA00108 -

Nome do sítio: Sambaqui do Bacanga

Outras designações e siglas:

Município: São Luís

Descrição sumária do sítio:

Sítios relacionados: Sambaqui da Panaquatira Sambaqui da Maiobinha, Sambaqui do Pindaí, Sambaqui da Boa Viagem, Sambaqui do Pau Deitado, Sambaqui do Iguaíba.

CNSA: MA00108

UF: MA

Comprimento: 147m

Largura: 97m

Altura máxima: 174m

(a partir do nível do solo)

Área: 14259m²

Medição

☐ Estimada

☐ Passo

☐ Mapa

☒ Instrumento

Unidade geomorfológica:

Compartimento topográfico: topo de elevação

Altitude: 174m(com relação ao nível do mar)

Água mais próxima: rio Bacanga

Distância: 1000m

Rio:

Bacia: Bacanga

Vegetação atual

☒ Floresta ombrófila

☐ Savana (cerrado)

☐ Floresta estacional

☐ Savana-estépica (Caatinga)

☐ Campinarana

☐ Estepe

☐ Capoeira

Outra: mangue

Uso atual do terreno

☒ Atividade urbana

☐ Pasto

☒ Via pública

☐ Plantio

☐ Estrutura de fazenda

☐ Área devoluta

Outro:

Propriedade da terra

☐ Área pública

☒ Área privada

☐ Área militar

☐ Área indígena

Outra:

Proteção legal

☒ Unid. de conservação ambiental

Em área tombada

☐ Municipal

☐ Estadual

☐ Federal

☐ Patrim. da humanidade

Categoria

☐ Unicomponencial

☒ Pré-colonial

☒ Multicomponencial

☐ De contato

☐ Histórico

Tipo de sítios: Cemitério, habitação, oficina lítica, sambaqui

Forma: Irregular

Tipo de solo: latossolo e areia de paleoduna

Estratigrafia:

Contexto de deposição

☒ Em superfície

☒ Em profundidade

Exposição

☒ Céu aberto

☐ Abrigo sob rocha

☐ Gruta

☐ Submerso

Outra:

Fonte: IPHAN (2025).

Figura 101- Interface do SGPA

Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos*

Sist. Nac. de Patrimônio Cultural - SNPC

- CNSA MA00108 -

Centro Nacional de Arqueologia - CNA

Estrutura

☐ Área de refugio

☒ De lascamento

☒ De Combustão
(fogueira, forno, fogão)

☒ Funerárias

☐ Vestígios de edificações

☐ Vestígios de mineração

☐ Alinhamento de pedras

☐ Manchas pretas

Outras:

☐ Canais tipo trincheiras, valetas

☐ Círculos de pedra

☐ Estacas, buracos de Fossas

☐ Fossas

☐ Muros de terra, linhas de argila

☐ Palafitas

☐ Paliçadas

☐ Concentrações cerâmica - quant.:

Artefatos

☒ Lítico lascado

☒ Cerâmico

☒ Lítico polido

☒ Sobre concha

☐ Sobre material orgânico

Outros vestígios líticos:

Material histórico:

Outros vestígios orgânicos:

Outros vestígios inorgânicos:

Arte rupestre:

☐ Pintura:

☐ Gravura:

☒ Ausente:

FILIAÇÃO CULTURAL

Artefatos líticos:

Tradições:

Fases:

Complementos:

Outras atribuições:

Artefatos cerâmicos:

Tradições: Regional Mina

Fases:

Complementos:

Outras atribuições:

Artefatos rupestre:

Tradições:

Estilos:

Complementos:

Outras atribuições:

Datações Absolutas:

Datações Relativas:

Grau de integridade

Fatores de destruição

☒ mais de 75%

☐ entre 25 e 75%

☐ menos de 25%

☐ Erosão eólica

☐ Erosão fluvial

☐ Erosão pluvial

☒ Atividades agrícolas

☐ Construção de estrada

☐ Construção de moradias

☒ Vandalismo

Outros fatores naturais:

Outros fatores antrópicos:

Possibilidades de destruição:

Medidas para preservação:

Relevância do sítio

☒ Alta

☐ Média

☐ Baixa

Atividades desenvolvidas no local

☒ Registro

☒ Coleta de superfície

☒ Sondagem ou Corte estratigráfico

☒ Escavação de grande superfície

☐ Levantamento de grafismo rupestre

Nome do responsável pelo registro: Arkley Marques Bandeira

Data do registro: 28/10/2009

Ano do registro: 2009

Fonte: IPHAN (2025).

É importante destacar os pontos que esses dois sistemas se sobressaem, principalmente no contexto da representação descritiva de bens arqueológicos, especialmente sob a ótica dos padrões internacionais de descrição, como AACR2 e RDA. Ambos os sistemas apresentam estruturas organizadas e campos padronizados que favorecem a consistência e a integridade dos registros. O SICG principalmente pela utilização de campos obrigatórios e menus hierárquicos, permitindo o registro de informações, **como nome do bem, tipo, classificação e localização georreferenciada**. Já o SGPA apresenta formulários, com forte ênfase em dados técnicos e científicos, além de adotar listas de seleção múltipla para a normalização terminológica e possibilitar o relacionamento entre sítios arqueológicos, essas características contribuem para a padronização dos registros, a recuperação da informação.

Entretanto, observa-se que ambos os sistemas ainda carecem de aprimoramentos no que se refere à aderência plena aos referidos padrões internacionais. Ressalta-se, por exemplo, a ausência de vocabulários controlados e de mecanismos de autoridade para nomes próprios, categorias e localidades, o que compromete a uniformização terminológica e dificulta a interoperabilidade entre diferentes bases de dados. Ademais, identifica-se a carência de campos destinados à descrição narrativa, à inserção de notas contextuais, à citação de fontes de informação e ao registro do histórico de catalogação, elementos que são fortemente valorizados por AACR2 e RDA, por contribuírem significativamente para a contextualização e compreensão dos registros. Além disso, recomenda-se o fortalecimento dos mecanismos de relacionamento entre registros e a adoção de identificadores persistentes e globais, como URIs (Uniform Resource Identifiers), bem como a integração com padrões consolidados de metadados, a exemplo do Dublin Core e do CIDOC-CRM. Isso possibilitaria maior interoperabilidade, ampliaria o potencial descritivo, promoveria maior acessibilidade das informações, atendendo a distintos perfis de usuários e finalidades de pesquisa.

Figura 102 - Sistema Eletrônico de Informações (SEI) processo do estudo Chácara Rosane

seil Produz

Pesquisa Processual

Autuação

Processo: 01484.2019/02/2019-04
 Tipo: LICENCIAMENTO AMBIENTAL - IN nº 001/2019
 Data de Registro: 08/04/2019
 Interessado: VIRTU AMBIENTAL

Processo (ou Documento) de acesso restrito. Para acessá-lo ou obter demais informações, entre em contato com a unidade do (plan) responsável pelo processo.

Lista de Protocolos (718 registros):

☒ Documento / Processo	↑ Tipo de Documento	↑ Data do Documento	↓ Data de Registro	↑ Unidade
☐ 1111672	Ofício Nº 027/2019/VIRTU - 08/04/2019	08/04/2019	08/04/2019	PROT IPHAN-MA
☐ 1111700	Ficha de Caracterização de Atividade Nº 34/2019/BAHIA/CDAL	08/04/2019	08/04/2019	PROT IPHAN-MA
☐ 1111714	Contrato de Mida MDA-CD VIRTU/BAHIA/CDAL	08/04/2019	08/04/2019	PROT IPHAN-MA
☐ 1111760	Despacho 728	08/04/2019	08/04/2019	IPHAN-MA
☐ 1112838	Despacho 724	15/04/2019	15/04/2019	COTEC IPHAN-MA
☐ 1151955	Despacho 891	28/04/2019	28/04/2019	COTEC IPHAN-MA
☐ 1152111	Ficha de Caracterização de Atividade BAHIA/CDAL	28/04/2019	28/04/2019	PROT IPHAN-MA
☐ 1223476	Parcer - Ficha de Caracterização de Atividade FCA 81	01/07/2019	01/07/2019	COTEC IPHAN-MA
☐ 1285740	Despacho 1395	01/07/2019	01/07/2019	COTEC IPHAN-MA
☐ 1286838	Parcer - Ficha de Caracterização de Atividade FCA 100	01/07/2019	01/07/2019	COTEC IPHAN-MA
☐ 1287059	Despacho 1398	01/07/2019	01/07/2019	COTEC IPHAN-MA
☐ 1288444	Parcer - Ficha de Caracterização de Atividade FCA 103	01/07/2019	01/07/2019	COTEC IPHAN-MA
☐ 1289541	Despacho 1418	01/07/2019	01/07/2019	COTEC IPHAN-MA
☐ 1289681	Termo de Referência Específico 83	01/07/2019	01/07/2019	COTEC IPHAN-MA
☐ 1290088	Ofício 783	02/07/2019	02/07/2019	IPHAN-MA
☐ 1290546	E-mail	02/07/2019	02/07/2019	IPHAN-MA
☐ 1292641	Ofício 780	02/07/2019	02/07/2019	IPHAN-MA
☐ 1293040	Despacho 2668	18/07/2019	18/07/2019	CIL
☐ 1332086	E-mail CHANALVET MARQUES 19072019/VIRTU	19/07/2019	19/07/2019	PROT IPHAN-MA
☐ 1332181	Carta Externa VIRTU AMBIENTAL 19072019 - 180	19/07/2019	19/07/2019	PROT IPHAN-MA
☐ 1332220	Ficha de Caracterização de Atividade Nº 74/2019 - BAHIA/CDAL/VIRTU AMBIENTAL 19072019	19/07/2019	19/07/2019	PROT IPHAN-MA
☐ 1332236	Contrato de Mida MIDACVANA CALVET MARQUES 19072019	19/07/2019	19/07/2019	PROT IPHAN-MA
☐ 1332706	Despacho 1393	19/07/2019	19/07/2019	IPHAN-MA
☐ 1333655	Despacho 1808	19/07/2019	19/07/2019	COTEC IPHAN-MA
☐ 1334250	Parcer Técnico 98	19/07/2019	19/07/2019	COTEC IPHAN-MA
☐ 1335656	Despacho 1811	22/07/2019	22/07/2019	COTEC IPHAN-MA
☐ 1341901	Parcer - Ficha de Caracterização de Atividade FCA 182	06/08/2019	06/08/2019	COTEC IPHAN-MA
☐ 1372286	Despacho 1783	07/08/2019	07/08/2019	COTEC IPHAN-MA
☐ 1374904	E-mail	07/08/2019	07/08/2019	IPHAN-MA
☐ 1374327	Ofício 1043	07/08/2019	07/08/2019	IPHAN-MA
☐ 1422219	Ofício 1839	27/08/2019	27/08/2019	CIL
☐ 1422324	Despacho 1829	27/08/2019	27/08/2019	IPHAN-MA
☐ 1633617	E-mail WELLINGTON LAZE 28112019	28/11/2019	28/11/2019	PROT IPHAN-MA
☐ 1633628	Carta Externa W LAZE ARQUEOLOGIA 28112019	28/11/2019	28/11/2019	PROT IPHAN-MA

Fonte: Sistema Eletrônico de Informações (2025).

5. Disseminação da informação

Esta fase trata da circulação e compartilhamento dos conhecimentos gerados, são destacados:

- **Interpretação dos registros:** Embora a Chácara Rosane ainda não tenha chegado a essa etapa, é uma fase que certamente ocorrerá, principalmente devido à sua relevância, após a finalização das intervenções arqueológicas em campo, inicia-se uma etapa fundamental do processo, a análise e interpretação dos dados coletados. Essa fase envolve o estudo dos vestígios materiais encontrados, como artefatos, estruturas, solo e contextos estratigráficos, com o objetivo de compreender melhor o modo de vida, a organização social, os hábitos culturais e as transformações históricas das populações que ocuparam a área, os resultados dessa interpretação servem a diferentes finalidades; Primeiramente, são sistematizados em relatórios técnicos exigidos pelo IPHAN, que avalia a conformidade das atividades arqueológicas com a legislação vigente e a relevância científica dos achados, esses relatórios incluem informações sobre o contexto da escavação, a metodologia utilizada, os materiais recuperados, análises laboratoriais e conclusões preliminares.

Paralelamente, os dados interpretados também podem ser utilizados para fins

acadêmicos e de divulgação científica, isso inclui a produção de artigos, teses, apresentações em congressos e materiais educativos, ampliando o conhecimento público sobre o patrimônio arqueológico e contribuindo para o avanço da pesquisa na área. Essa responsabilidade geralmente fica a cargo da comunidade acadêmica, universidades, centros de pesquisa e profissionais especializados que se dedicam aos estudos dos achados e à construção de narrativas históricas.

• **Ações de educação patrimonial:** Entre 2020 e 2025, a equipe de arqueologia realizou diversas atividades de Educação Patrimonial (EP), tanto de forma sistemática quanto assistemática, no sítio e fora dele, a educação patrimonial é de grande importância para o estudo arqueológico, pois, como aponta Vasconcellos (2011), sem essa abordagem pós-intervenção arqueológica, parte da população ao redor do sítio não compreenderá sua.

A primeira ação de EP ocorreu em 2020, devido ao distanciamento social imposto pela pandemia de COVID-19, não foi possível realizar atividades presenciais, a equipe decidiu produzir um documentário que relatasse os primeiros achados do sítio, disponibilizado na plataforma YouTube, que atualmente conta com mais de 2.700 visualizações. Após o período pandêmico, as primeiras atividades de EP presenciais e sistemáticas ocorreram entre 11 e 13 de setembro de 2023, a área de uma das escavações foi montada e ajustada para receber os visitantes.

O público-alvo incluiu funcionários do empreendimento, como contratados e terceirizados de diversas funções na obra (mestres de obra, auxiliares, eletricitas, armadores, entre outros), além da equipe de Administração, Recursos Humanos, segurança do trabalho, engenharia e gestores.

Também participaram discentes e docentes de cursos de graduação da Unidade de Ensino Superior Dom Bosco (UNDB) e da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Para essas atividades, foram utilizados folders, banners e a exposição de sepultamentos *in situ*. No dia 31 de janeiro de 2024, foram realizadas atividades de Educação Patrimonial com um novo público-alvo, composto por discentes de pós-graduação em Patrimônio e servidores do IPHAN, além de observarem o material arqueológico do sítio, eles puderam conhecer as escavações que estavam em andamento naquele momento.

Em 19 de março de 2023, as atividades de EP foram restritas a um único grupo de discentes da graduação do curso de Oceanografia da UFMA que também conheceram os espaços das intervenções arqueológicas e suas materialidades. Por fim,

no dia 10 de abril de 2024, recebemos o último público-alvo da EP, a turma do 6º ano do Centro de Orientação e Capacitação (COC), que foi o único grupo infantil a visitar o sítio. Consoante com Canclini (1994) e Vasconcellos (2011) sobre as variadas modalidades de apropriação do patrimônio cultural, evidencia-se uma necessária adaptação da linguagem diferente para esse grupo, assim para essa atividade, utilizou-se uma linguagem e exposição mais simples, adequadas ao público jovem, como palestra inicial, distribuição de folders, exposição dos artefatos identificados e a visita aos espaços do sambaqui.

Figura 103 - Montagem para atividades de educação patrimonial, em 11 e 13 de set.



Fonte: Autor do estudo (2023).

Figura 104 - EP presencial - funcionários do empreendimento, em 11 e 13 de set.



Fonte: Autor do estudo (2023).

Figura 105 - EP presencial – discentes e docentes da UNDB e UFMA, em 11 e 13 de set.



Fonte: Autor do estudo (2023).

Figura 106 - EP presencial – discentes e docente da UFMA, em 19 de março.



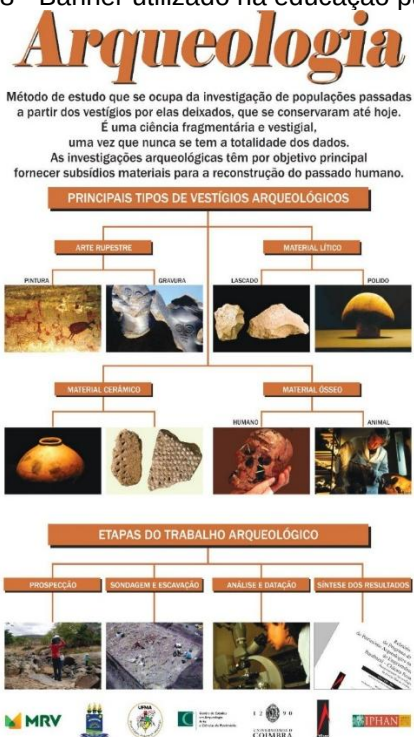
Fonte: Autor do estudo (2023).

Figura 107 - EP turma do 6º ano do Centro de Orientação e Capacitação (COC), 10 de abril.



Fonte: Autor do estudo (2024).

Figura 108 - Banner utilizado na educação patrimonial



Fonte: WLage arqueologia (2025).

Figura 109 - Banner utilizado na educação patrimonial

Arqueologia

ARTE RUPESTRE Há aproximadamente 30.000 anos o homem começou a pintar ou gravar paredes, teto ou blocos isolados das formações rochosas (pedra na rocha, grutas, paredões, muscões), existentes nos raspos que roçavam, e deixavam estradas diferentes representações figurativas no solo. Tais pinturas são a forma de pintura ou gravuras rupestres.

Existe uma grande diversidade de estilo, cores e técnicas de execução da arte rupestre presente em sítios arqueológicos dos diferentes continentes e estudá-las é uma tarefa dos arqueólogos especialistas.

MATERIAL LÍTICO LASCADO Os exemplares de utensílios e ferramentas humanas mais antigas são os fabricados em pedras de pedras. Eles eram grossamente lascados em apenas um dos lados e são comumente chamados pelos centistas de sílex. Os sílexes de amarelo, o homem foi aprendendo sua técnica de produção realizando vestimentas idôneas de arte a partir de pedras como o sílex, o calcário, o quartzo, a obsidiana, cristais de rochas e outras.

Os artefatos líticos encontrados no sítio São João do Rio São João são os mais antigos instrumentos das Américas e datam, no mínimo, de 10.000 anos.

Os instrumentos lascados mais comuns são os raspadores, os furadores, as pontas de projétil, as lâminas e as facas.





MATERIAL LÍTICO POLIDO Há cerca de 10.000 anos, o homem passou a realizar uma outra técnica de trabalho da pedra: o polimento.

A matéria-prima era desbastada por lascamento, para obter a forma desejada e, em seguida, polida. O polimento era feito friccionando a peça contra a rocha, utilizando-se, também, de água e areia para acelerar o processo.

No Rio de Janeiro, no sítio do Parque Nacional Serra da Capivara, foi descoberto o mais antigo machado de pedra polida das Américas, datado de 5.200 anos.

Os instrumentos polidos mais comuns são as lâminas de pilão, as machadinhas, os batedores, os perfuradores e as hachaduras.

CERÂMICA PRÉ-HISTÓRICA A fabricação da cerâmica é uma técnica antiga entre as populações humanas. Ela data de aproximadamente 12.000 anos do presente e surgiu em várias partes do mundo ao mesmo tempo.

No Piauí encontramos a mais antiga cerâmica das Américas datada de 8.000 anos.

A cerâmica era usada como utensílio doméstico na forma de vasos, panelas, assadeiras, etc., e também como objeto ritual na forma de estatuetas, adornos e urnas funerárias. Era fabricada a partir de técnicas diversas como: a rotatória, a modelagem e a moldagem.





URNA FUNERÁRIA Usada à maneira do enterro, as urnas de pedra que foram usadas no Piauí em períodos mais recentes. Praticavam enterros primitivos, ou seja, colocavam o corpo morto diretamente em grandes pedras cerâmicas. Os entos, primeiro deixavam apodrecer a carne e depositavam na urna apenas os ossos, sempre colocando a cabeça por último em posição superior e muitas vezes rodeando com uma rede. A rede, porém, chama-se enterro secundário. É comum também encontrar junto com os ossos alguns objetos pessoais do morto como material lítico, adornos ou instrumentos de casa ou trabalho.








Fonte: WLage arqueologia (2025).

Figura 110 - Banner utilizados na educação patrimonial

Estudos Arqueológicos

Prospecção, Sondagem, Escavação, Resgate e Salvamento, Curadoria, Educação Patrimonial e Difusão do Conhecimento

SEQUÊNCIA OPERACIONAL

- **Prospecção** Varredura em superfície em busca de evidências arqueológicas em superfície e abertura de poços-teste, buscando vestígios arqueológicos enterrados.
- **Abertura de Sondagens** arqueológicas na área da Chácara Rosane, empreendimento Bambuzal
- **Delimitação de vestígios, escavação e análise do perfil da sondagem**
- **Resgate e salvamento** na área da Chácara Rosane, empreendimento Bambuzal
- **Curadoria e documentação** do material arqueológico coletado
- **Educação Patrimonial e difusão** do conhecimento

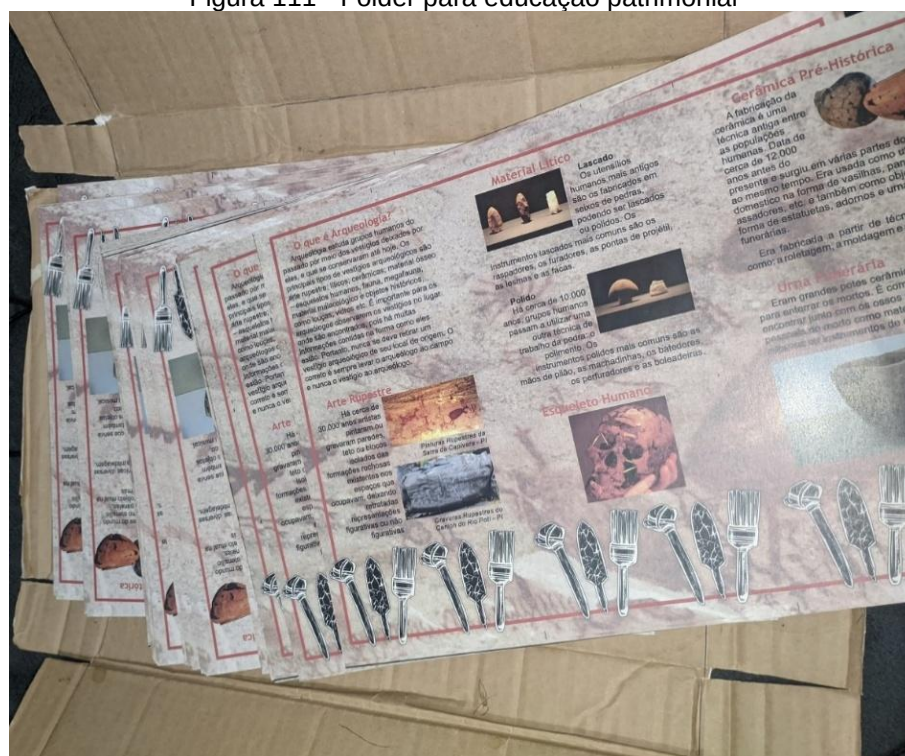







Fonte: WLage arqueologia (2025).

Figura 111 - Folder para educação patrimonial



Fonte: WLage arqueologia (2025).

5.4 Construção da memória, acervos e musealização do patrimônio arqueológico Maranhense

A construção da memória coletiva está profundamente relacionada à preservação, organização e interpretação de seus acervos, sejam eles materiais ou imateriais, museus e arquivos assumem papel central como lugares de memória, vai além do acúmulo de objetos, ele resulta de processos curatoriais e documentais que buscam garantir sua longevidade e relevância histórico-cultural (Bruno, 2020).

A musealização surge, então, como o processo pelo qual objetos, práticas e memórias são ressignificados, de acordo com Carlan (2012) o museu ao longo do tempo, evoluiu de um simples repositório de curiosidades para um guardião da cultura material, responsável por dar sentido e valor histórico aos objetos do cotidiano. Esse processo não se restringe ao material, mas abrange também manifestações culturais imateriais e memórias traumáticas, como discute Fruchtengarten (2021), ao analisar a importância dos museus memoriais e das narrativas coletivas de dor e resistência.

Nesse contexto, os desafios enfrentados por acervos arqueológicos específicos

tornam-se fundamentais para compreender como as práticas de preservação e musealização se materializam na realidade, o acervo do Sítio Arqueológico Chácara Rosane, por exemplo, evidencia de maneira concreta as complexidades que envolvem a gestão, a salvaguarda e a valorização do patrimônio cultural.

Apesar da importância dos acervos para a construção da memória coletiva, a realidade enfrentada é outra, revela uma série de obstáculos institucionais e burocráticos que dificultam a destinação e a salvaguarda adequada desses materiais.

A ausência de políticas públicas, a morosidade nos trâmites legais e a carência de investimentos específicos resultam na falta de espaços apropriados para receber, conservar e expor tais acervos, soma-se a isso a frequente falta de interesse ou de prioridade por parte de instituições, o que contribui para a invisibilidade desses patrimônios e para o risco de perda irreparável de informações históricas e culturais.

Um exemplo emblemático das consequências dessa negligência foi o incêndio que destruiu grande parte do acervo do Museu Nacional, no Rio de Janeiro, em 2018, evidenciando como a falta de estrutura, recursos e comprometimento pode resultar em danos irreversíveis.

Essas dificuldades explicitam a necessidade de ações e comprometimento de diferentes setores para garantir que acervos, como o da Chácara Rosane, não sejam negligenciados e possam cumprir seu papel na construção da memória social.

De acordo com a Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre a proteção dos sítios arqueológicos e bens culturais correlatos no território nacional, é atribuição do empreendedor a responsabilidade pela salvaguarda de todo o material arqueológico identificado no decorrer dos estudos realizados no contexto do licenciamento ambiental.

Nesse sentido, o acervo arqueológico identificado foi, em um primeiro momento, remanejado para a Universidade Federal do Maranhão (UFMA), fundamentado em dois fatores principais, o primeiro refere-se ao fato de a reserva técnica da instituição ter fornecido o respaldo institucional necessário à execução das atividades arqueológicas, conforme exigido pelos órgãos competentes, o segundo motivo relaciona-se à inexistência de espaço físico adequado, ainda que provisório, no canteiro de obras do empreendimento para o acondicionamento seguro dos materiais arqueológicos.

Cabe destacar que esse remanejamento foi precedido de articulação e negociação entre as partes envolvidas a UFMA, o IPHAN e o empreendedor, de modo a assegurar o cumprimento da legislação vigente e garantir a preservação e a adequada

gestão do patrimônio arqueológico.

Em virtude da parceria estabelecida entre a UFMA, IPHAN e o empreendedor, o acervo arqueológico foi inicialmente remanejado para contêineres (Figura 107 e 108) instalados nas dependências da universidade, contudo, surgiram entraves que comprometeram a permanência do material nesse local. Primeiramente, identificaram-se limitações estruturais nos espaços disponibilizados, os quais não atendiam de forma plena às exigências técnicas de conservação, em segundo lugar, mudanças nas gestões das instituições envolvidas, contribuíram para a descontinuidade da solução inicialmente pactuada.

Diante desse cenário, tornou-se necessária a retirada integral do acervo da UFMA, o que impôs ao empreendedor a obrigação de identificar e adaptar um novo espaço que atendesse aos critérios de conservação estabelecidos, considerando as orientações técnicas emitidas pelo Centro Nacional de Arqueologia (CNA), especialmente no que diz respeito à necessidade de controle de temperatura e umidade relativa do ar, optou-se pela adequação de um espaço localizado no casarão já mencionado, integrante do próprio empreendimento, para o remanejamento e a salvaguarda provisória do acervo.

Atualmente, todo o acervo permanece acondicionado nas dependências do empreendimento (Figura 110) sendo submetido periodicamente a procedimentos de limpeza, monitoramento das condições de temperatura e umidade, bem como a inspeções regulares realizadas por técnicos do IPHAN, atendendo à solicitação do IPHAN, a equipe de arqueologia responsável pelas atividades de campo passou a elaborar relatórios trimestrais com informações detalhadas sobre as condições de conservação do acervo. Paralelamente, o IPHAN, em conjunto com o empreendedor, empenhou-se na busca por um novo respaldo institucional (Endosso) para a custódia do material arqueológico. Essa responsabilidade foi assumida pelo Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão, sob a coordenação do arqueólogo Deusdedit Carneiro Leite Filho. Com vistas a viabilizar essa transição, o empreendedor está no processo de aquisição de um imóvel situado no centro histórico de São Luís (Figura 111), que será reformado e adaptado para funcionar como um anexo do referido centro de pesquisa, contudo, até o momento, as obras de adequação ainda não foram iniciadas, de modo que o acervo permanece, temporariamente, nas instalações do empreendimento.

A criação de um novo anexo vinculado ao Centro de Pesquisa de História Natural

e Arqueologia do Maranhão, representa uma iniciativa de extrema relevância, mais do que uma resposta às exigências legais e técnicas de conservação, o futuro espaço se configura como um lugar de memória. É importante salientar que a viabilidade e o sucesso de tal espaço como locus de pesquisa, educação e extroversão cultural dependem intrinsecamente da robustez das práticas de Gestão Documental e da Gestão da Informação aplicadas desde as etapas iniciais de escavação no Sítio Chácara Rosane, esses não são apenas procedimentos técnicos, mas a matéria-prima que alimentará a pesquisa, a curadoria de exposições, o desenvolvimento de materiais educativos e a própria capacidade de reinterpretação do acervo.

Sem essa base documental e informacional, a musealização do acervo da Chácara Rosane e a construção de narrativas sobre a longa ocupação humana na Ilha de São Luís seriam severamente comprometidas, portanto, a GD e a GI transcendem a fase de salvamento, projetando-se como alicerces para a perpetuação e a comunicação do conhecimento, transformando o acervo em um patrimônio acessível e inteligível para a sociedade.

A preservação de acervos arqueológicos trata-se de um compromisso ético, científico e cultural com a construção da memória coletiva e com o fortalecimento da identidade, o relato acima evidencia não apenas os desafios institucionais e logísticos que permeiam a gestão do patrimônio arqueológico, mas também as possibilidades de articulação interinstitucional em prol da sua salvaguarda e valorização.

Ao institucionalizar esse acervo em um espaço público de pesquisa e educação, amplia-se o acesso ao patrimônio arqueológico, promovendo o engajamento da comunidade e a formação de uma consciência coletiva.

Contudo, iniciativas como a planejada para o acervo da Chácara Rosane em futuro próximo podem enfrentar um cenário legislativo que pode se tornar adverso, propostas como o **Projeto de Lei 2159/2021**, que visa flexibilizar o licenciamento ambiental, acendem um alerta para a comunidade científica, população e instituições que resguardam o patrimônio cultural.

A eventual simplificação excessiva de etapas ou a redução drástica de prazos para a avaliação de impacto arqueológico podem resultar na perda de sítios ou, no mínimo, em um resgate apressado e incompleto dos vestígios e de suas informações contextuais. Tal cenário comprometeria diretamente a qualidade dos dados coletados, essenciais para uma Gestão Documental e da Informação.

Se a fase de campo, a escavação e o registro primário for precarizada, todo o

ciclo subsequente, incluindo a análise laboratorial, a curadoria, a produção de conhecimento e, fundamentalmente, a capacidade de musealização e de partilha desse patrimônio com a sociedade, restará irremediavelmente enfraquecido.

A preservação, que culmina na transformação de achados em memória coletiva, exige tempo, rigor metodológico e investimento, aspectos que podem ser negligenciados por uma legislação focada predominantemente na celeridade dos empreendimentos em detrimento da proteção patrimonial, é necessário um arcabouço legal que reconheça e garanta as condições necessárias para sua plena aplicação, sem detrimento do acervo arqueológico.

Figura 112 - Contêiner



Fonte: WLage arqueologia (2024).

Figura 113 - Interior do Contêiner



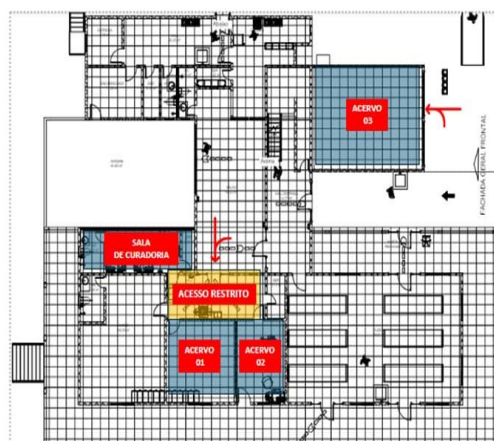
Fonte: WLage arqueologia (2024).

Figura 114 - Casa que abriga o material arqueológico na obra



Fonte: WLage arqueologia; Geifance Santos (2024).

Figura 115 - Planta da casa e sua divisão



Fonte: Jordana Pearce – MRV (2024).

Figura 116 - Imóvel em negociação



Fonte: WLage arqueologia (2024).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se propôs a analisar o papel central da Gestão Documental (GD) e da Gestão da Informação (GI) na preservação do patrimônio cultural arqueológico, tendo como estudo de caso o Sítio Chácara Rosane, em São Luís, Maranhão, ao final desta jornada investigativa, que articulou referenciais teóricos com observação participante, confirma-se a hipótese central: **a GD e a GI não são meras atividades de apoio, mas disciplinas constitutivas do próprio fazer arqueológico, indispensáveis para transformar vestígios materiais em fontes de conhecimento e memória.** A pesquisa alcançou seu objetivo geral ao demonstrar como a aplicação sistemática dos métodos da GD e a GI responde à questão norteadora deste estudo, sobre como preservar e interpretar o patrimônio cultural arqueológico em um cenário inevitável da perda do contexto arqueológico.

Os objetivos específicos foram igualmente atingidos, a investigação permitiu, primeiramente, compreender a relação entre Arqueologia, GD e GI, evidenciando que a documentação é a principal ferramenta para mitigar o paradoxo da escavação, um ato que, ao mesmo tempo que revela, destrói o contexto original. Em segundo lugar, ao avaliar os métodos de documentação no Sítio Chácara Rosane, observou-se um ciclo informacional completo e amplo desde os registros em diários de campo, croquis, fotografias e georreferenciamento, até a curadoria em laboratório. Por fim, foi possível identificar as práticas de organização, catalogação e conservação do acervo, como o tombamento das peças, a criação de inventários em planilhas e os desafios do armazenamento físico de mais de 150 mil fragmentos e 62 sepultamentos humanos.

A base teórica e literária que articulou os campos da Ciência da Informação, da Arqueologia e de Memória e Patrimônio mostrou-se basilar para a análise, a experiência na Chácara Rosane materializou os conceitos discutidos; a Arqueologia revelou os suportes materiais; a Ciência da Informação forneceu as ferramentas metodológicas para transformar esses suportes em documentos organizados e recuperáveis; e os estudos sobre Memória e Patrimônio permitiu compreender esse processo como a própria construção de um "lugar de memória", garantindo que a identidade e a história dos povos que ali viveram pudessem ser perpetuadas para além do sítio. O fluxograma de gestão desenvolvido neste estudo sintetiza esse panorama, ao demonstrar visualmente como cada ação no sítio corresponde a uma fase da gestão da informação e documental.

Contudo, a pesquisa também expôs dificuldades e desafios, no âmbito

institucional, a dependência de sistemas como o SEI, que se mostrou pouco organizado para uma consulta dos processos, a complexa logística para garantir um espaço de guarda definitivo para o acervo, sendo assim, gargalos estruturais. Em uma esfera mais ampla, a ameaça de projetos de lei que visam flexibilizar o licenciamento ambiental, como o PL 2159/2021, representa um risco direto à qualidade da documentação primária e, por consequência, a todo o ciclo de produção de conhecimento e memória, enfraquecendo a proteção patrimonial em prol da celeridade econômica.

A partir das lacunas observadas e do potencial revelado, uma agenda de pesquisas futuras deve ser considerada, inicialmente, propõe-se o aperfeiçoamento da gestão informacional do patrimônio arqueológico através da otimização dos sistemas do Iphan (SICG e SGPA), focando na sua interoperabilidade e na integração de bases de dados. Para fundamentar esse aprimoramento, é necessário a realização de estudos comparativos com outros projetos de arqueologia preventiva no Brasil, a fim de consolidar um conjunto de boas práticas em gestão documental. Nesse sentido, uma pesquisa necessária seria o **desenvolvimento e a validação de um protocolo de curadoria e preservação para acervos documentais arqueológicos, que defina procedimentos desde a seleção de materiais para o campo, passando pelo manuseio e acondicionamento temporário, até as condições ideais para o arquivamento de longo prazo, incluindo controle ambiental e monitoramento**. Tal protocolo seria complementado pela análise da durabilidade de materiais de registro em climas tropicais úmidos, investigando o desempenho de papéis com qualidade de arquivo (norma ISO 9706)¹² e tintas (norma ISO 11798)¹³ e pela validação de um protocolo de digitalização que assegure a fidelidade dos acervos digitais. Para além da gestão de dados, é igualmente imperativo investigar o impacto social das ações de

¹² A norma ISO 9706 estabelece os requisitos técnicos para um papel ser considerado "permanente" ou de qualidade arquivística, garantindo sua longevidade por séculos. Para ser certificado, o papel deve possuir uma reserva alcalina, como o carbonato de cálcio, que atua como um agente tamponante para neutralizar ácidos ambientais que causam o amarelamento e a fragilização. Além disso, a norma limita estritamente a quantidade de lignina, um componente instável da madeira que se degrada e gera ácido, exigindo o uso de fibras de alta pureza. O papel também precisa apresentar um pH neutro ou ligeiramente alcalino e ter uma resistência mecânica mínima para suportar o manuseio ao longo do tempo. ISO 9706, 1994.

¹³ A norma ISO 11798 define os critérios para que a escrita ou impressão em um documento seja durável e permanente, focando na estabilidade da tinta ou do registro sobre o papel. Para receber esta certificação, a tinta é submetida a rigorosos testes que simulam o envelhecimento e acidentes. Ela deve demonstrar alta resistência à luz, para não desbotar com o tempo; ser à prova d'água, para não borrar ou desaparecer em contato com a umidade; e resistir à abrasão e ao calor. Essencialmente, esta norma assegura que a informação registrada em um documento não se perca, garantindo que a escrita permaneça legível e íntegra por longos períodos. ISO 11798, 2023.

Educação Patrimonial e aprofundar a pesquisa sobre o patrimônio imaterial associado ao sítio, buscando conectar as evidências arqueológicas às narrativas e memórias contemporâneas.

Conclui-se, portanto, que a preservação do patrimônio cultural na contemporaneidade é, fundamentalmente, um ato de gestão documental e informacional, a experiência no Sítio Arqueológico Chácara Rosane evidencia que o cuidado com o documento é o que garante a transcendência do artefato.

É por meio do registro, da catalogação e da disseminação do conhecimento que a responsabilidade coletiva de salvaguarda se cumpre, assegurando que as futuras gerações tenham acesso, as informações, saberes e memórias que eles contêm e que constituem a base de nossa identidade.

Em última instância, reafirma-se que a preservação do patrimônio cultural é uma responsabilidade coletiva, que requer constante atualização das práticas de gestão e o engajamento de diferentes setores da sociedade, somente por meio desse esforço conjunto, será possível assegurar que a posteridades tenham acesso à riqueza histórica e cultural que constitui a base de nossa identidade enquanto povo.

REFERÊNCIAS

- ACKOFF, Russell L. From data to wisdom. **Journal of applied systems analysis**, v. 16, n. 1, p. 3-9, 1989. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Rob-Keller/post/Original_paper_of_From_data_to_wisdom_by_Ackoff_1989/attachment/63f67d8997e2867d5081d0de/AS%3A11431281121841684%401677098376991/download/Ackoff89.pdf. Acesso em: 22 maio 2024.
- AFONSO, Marisa Coutinho; PIEDADE, Silvia Cristina M.; MORAIS, José Luiz de. Organização e gerenciamento do acervo arqueológico pré-histórico brasileiro no MAE/USP: o projeto CAB. **Revista do museu de arqueologia e etnologia**, São Paulo, v. 9, 1999.
- ALMEIDA, Vitória Gomes; MARTINS, Gracy Kelli. Ciência da Informação e Patrimônio Cultural: dois campos em questão. **Anais do Encontro da Associação de Educação e Pesquisa em Ciência da Informação da Ibero-América e Caribe**, [s. l.], ed. 10, p. 1-18, 2016. Disponível em: <https://edificic2016.eci.ufmg.br/anais/index.html#!>. Acesso em: 22 maio 2024.
- ALVES, Márcia Angelina. Teorias, métodos, técnicas e avanços na arqueologia brasileira. **Canindé, Xingó**, n. 2, p. 09-36, 2002.
- ARARIPE, Fátima Maria Alencar. Do patrimônio cultural e seus significados. **Transinformação**, v. 16, p. 111-122, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/9kRv9WpprV9j5jM5NMNPBSL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 set. 2024.
- ARAÚJO, Astolfo Gomes de Mello. A arqueologia como paradigma de ciência histórica e interdisciplinar. **Estudos Avançados**, v. 32, n. 94, p. 285-308, 2018.
- ARAÚJO, Astolfo Gomes de Mello. **Arqueologia, Ontologia, Epistemologia: quando a teoria encontra a matéria**. 2017. Tese (Livre Docência em Geoarqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: doi:10.11606/T.71.2017.tde-04022020-201608. Acesso em: 01 abr. 2024.
- ARAUJO, C. A. A.; COSTA JUNIOR, M. P. O que é ciência da informação? **Informação & Informação**, v. 19, n. 1, 2014. Disponível em: <https://brapci.inf.br/#/v/33968>. Acesso em: 01 abr. 2024.
- ARRIAZA, B.; CASSMAN, V. ¿Se esta produciendo um “arqueocidio”? Revista Chungará, nº 20, julio 1988. Universidad de Tarapacá - Chile.

AZEVEDO, Carlos Xavier de. Informação e patrimônio cultural: uma definição jurídica de informação patrimonial. **Perspectivas em Ciência da informação**, v. 20, n. 3, p. 101-115, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/4dLChPQtthLdXr4LhfGscrk/?lang>. Acesso em: 02 jun. 2024.

BALLARDO, Luciana Messeder; MENDONÇA, Elizabete de Castro. Os métodos de pesquisa no sítio arqueológico como fonte de informação para a documentação museológica. **Informação & Informação**, v. 28, n. 2, p. 50-77, 2023. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/299656>. Acesso em: 01 mar. 2025.

BANDEIRA, A. M. **Ocupações humanas pré-coloniais na Ilha de São Luís – MA:** inserção dos sítios arqueológicos na paisagem, cronologia e cultura material cerâmica. 2013. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-11042013-102411/pt-br>. Acesso em: 01 nov. 2023.

BANDEIRA, A. M.; SILVA NETA, Virginia Marques da; SOARES, Leonardo Silva. Um saber ancestral. **Revista Eletrônica Humana Res.**, v. 4, n. 5, 2022. Disponível em: revistahumanares.uespi.br/index.php/HumanaRes/article/view. Acesso em: 22 set. 2023.

BARBOSA, Ricardo Rodrigues. Gestão da informação e do conhecimento: origens, polêmicas e perspectivas. **Informação & informação**, v. 13, n. 1 esp, p. 1-25, 2008. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/issue/view/259>. Acesso em: 06 jun. 2024.

BICHO, Nuno Fereira. **Manual de Arqueologia Pré-histórica**. 2. ed. Lisboa: Edições 70, 2012.

BINFORD, L. R. **Working at Archaeology**. New York: Academic Press, 1983.

BINFORD, Lewis R. Archaeology as Anthropology. **American Antiquity**, v. 28, n. 2, p. 217-225, 1962. Disponível em: https://www.academia.edu/41340560/_binford_1962_Arqueolog%C3%ADa_como_Antropolog%C3%ADa. Acesso em: 31 abr. 2025.

BOTELHO, Gabriel David Ramos. Entre líticos, fusos e tembetás: um relato da catalogação do acervo do Laboratório de Arqueologia do Museu Amazônico da Universidade Federal do Amazonas: A report on the cataloging of the collection at the Archaeology Laboratory of the Federal University of Amazonas. **Manduarisawa**, v. 8, p. 1-17, 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/constituicao_federal_art_216.pdf. Acesso em: 31 jul. 2024.

_____. **Decreto-Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937.** Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 6 dez. 1937. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em: 7 maio 2025.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Portaria n.º 196, de 18 de maio de 2016.** Dispõe sobre a conservação de bens arqueológicos móveis, cria o Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa, o Termo de Recebimento de Coleções Arqueológicas e a Ficha de Cadastro de Bem Arqueológico Móvel. Diário Oficial da União: Brasília, ed. 97, seção 1, p. 84, 23 mai. 2016.

_____. **Decreto-Lei nº 25, de 1937.** Dispõe sobre a proteção dos bens arqueológicos e paleontológicos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1937. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em: 06 jun. 2024.

_____. **Lei nº 9.605, de 1998.** Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Brasília: Senado Federal, 1998. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm. Acesso em: 06 jun. 2024.

_____. **Lei nº 8.159, de 8 de Janeiro de 1991.** Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm. Acesso em: 06 jun. 2024.

BRIET, Suzanne. **O que é a documentação.** Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2016. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5389052/mod_resource/content/1/O_que_%C3%A9_a_documenta%C3%A7%C3%A3o_Parapublicar.pdf. Acesso em: 30 nov. 2024.

_____. **Qu'est-ce que la documentation?** Paris: Éditions Documentaires Industrielles et Techniques (EDIT), 1951. Texto revisado e publicado online por Laurent Martinet em junho de 2008. Notas por Ron Day e Laurent Martinet. Disponível em: <http://martinetl.free.fr/suzannebriet/questcequeladocumentation/>. Acesso em: 30 nov. 2024.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Acervos arqueológicos: relevâncias, problemas e desafios desde sempre e para sempre. Revista de Arqueologia, v. 33, n. 3, p. 08-18, 2020. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/845>. Acesso em: 18 maio. 2025.

BUCKLAND, Michael K. Information as thing. **Journal of the American Society for information science**, v. 42, n. 5, p. 351-360, 1991. Disponível em: [https://doi.org/10.1002/\(SICI\)1097-4571\(199106\)42:5%3C351::AID-ASI5%3E3.0.CO;2-3](https://doi.org/10.1002/(SICI)1097-4571(199106)42:5%3C351::AID-ASI5%3E3.0.CO;2-3). Acesso em: 31 jul. 2024.

BUIKSTRA, J.; UBELAKER, D. Standards for Data Collection from Human Skeletal Remains. **Proceedings of a Seminar at the Field Museum of Natural History**. Arkansas: Arkansas Archaeological Survey Research Series, n. 44, 1994.

CALDARELLI, Solange Bezerra. Arqueologia Preventiva: uma disciplina na confluência da arqueologia pública e da avaliação ambiental. **Revista Habitus-Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia**, v. 13, n. 1, p. 5-30, 2015.

CALDARELLI, Solange Bezerra; CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. Desafios da Arqueologia Preventiva: como gerir e socializar o imenso volume de materiais e documentos por ela produzidos?. **Revista Arqueologia Pública**, v. 11, n. 2, v. 19, p. 186-214, 2017.

CALDERON, Wilmaria Rodrigues; CORNELSEN, Julce Mary; PAVEZI, Neiva. O processo de gestão documental e da informação arquivística no ambiente universitário. **Ciência da Informação**, v. 33, n. 3, p. 97–104, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/RsySkqhLDngfzQGzM3vFMwb/#>. Acesso em: 30 nov. 2024.

CANCLINI, Néstor Garcia. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. **Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional**, Brasília, n. 23, p. 95-115, 1994.

CARLAN, Cláudio Umpierre. Arqueologia e patrimônio: os acervos dos museus e sua importância. **Revista Arqueologia Pública**, Campinas, SP, v. 5, n. 1[5], p. 56–63, 2015. DOI: 10.20396/rap.v5i1.8635764. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8635764>. Acesso em: 18 maio. 2025.

CARVALHO O, P. J. C de. **Cova da Beira**: Ocupação e exploração do território na época romana (um território rural no interior norte da Lusitânia). Fundão – Coimbra, 2007.

CÉSAR, Jose V. Igaçaba. In: BECHER, Hans (org.). **Beiträge zur Völkerkunde Südamerikas**: Festgabe für Herbert Baldus zum 65. Geburtstag. Hannover: Kommissionsverlag Münstermann-Druck, 1964. v. 1 (Völkerkundliche Abhandlungen), p. 19-23. (Referenciado em: BALDUS, Herbert. Bibliografia Crítica da Etnologia Brasileira, v. II, 1968).

CHILDE, V. Gordon. **Piecing Together the Past**: The Interpretation of Archeological Data. London: Routledge & Kegan Paul, 1956.

CORRÊA, Â. A. **Pindorama de mboîa e îakaré**: continuidade e mudança na trajetória das populações Tupi (Tese de Doutorado). Museu de Arqueologia e Etnologia/USP, São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/>. Acesso em: 22 set. 2024.

DAVENPORT, Thomas H; PRUSAK, Laurence. Working knowledge: How organizations manage what they know. **NewYork Harvard Business School**, 1998. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/229099904_Working_Knowledge_How_Organizations_Manage_What_They_Know. Acesso em: 14 fev 2025.

DIAS, Marjori Pacheco. Novos métodos curatoriais aplicados aos materiais arqueológicos: da intervenção ao acervo. **Revista LEPA–Textos de Arqueologia e Patrimônio**, v. 1, p. 103-111, 2013. Disponível em: <https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/49491227/>. Acesso em: 14 maio 2024.

DUNNELL, Robert C. **Classificação em arqueologia**. São Paulo: Edusp, 2007.

FERREIRA, A. B. H.; ANJOS, M.; FERREIRA, M. B. Novo Aurélio. **Século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FLEMING, Maria Isabel D.'Agostino. Acervos etnológicos e curadoria científica: o contraponto da arqueologia. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia. Suplemento**, p. 63-67, 2008.

FRONER, Yacy-Ara. A conservação preventiva e patrimônio arqueológico e etnográfico: ética, conceitos e critérios. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, 1995.

FRUCHTENGARTEN, Luisa. Museus de memória traumática e a musealização do imaterial. 2021. Dissertação de Mestrado. Universidade de Lisboa (Portugal). Disponível em: <https://www.proquest.com/openview/fcd5ba08bd44c8f47c82fdac7dc3fd65/1?cbl=2026366&diss=y&pq-origsite=gscholar> Acesso em: 06 jun. 2024.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONCALVES, Paulo de castro. **As origens das práticas de gestão da informação: dos primeiros modos de produção à sociedade da informação**. 2011. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-98BUVW/1/monografia_origens_pr_ticas_gi_paulo_de_castro.pdf. Acesso em: 06 jun. 2024.

GNECCO, Cristóbal. La arqueología (moderna) ante el empuje decolonial. In: SHEPHERD, Nick; GNECCO, Cristóbal; HABER, Alejandro (Org.). **Arqueología y decolonialidad**. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2016. p. 71-122.

GONDIM, Letícia Da Silva; Scherer, Luciane Zanenga; Gilson, Simon-Pierre Noël Robert. Gestão de acervo arqueológico herdado: Rio do Meio, um estudo de caso. **Revista Arqueologia Pública**, v. 11, n. 2, v. 19, p. 83-97, 2017.

HABER, Alejandro. Arqueología indisciplinada y descolonización del conocimiento. In: SHEPHERD, Nick; GNECCO, Cristóbal; HABER, Alejandro (Org.). Arqueología y decolonialidad. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2016. p. 123-166.

HALL, Stuart. La cuestión de la identidad cultural. **Sin garantías:** trayectorias y problemáticas en estudios culturales, p. 363-401, 2010.

HODDER, I. **The Archaeological Process:** An Introduction. Oxford: Blackwell, 1999.

HODDER, Ian; HUTSON, Scott. **Reading the Past:** Current Approaches to Interpretation in Archaeology. 3rd ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

HONORATO, Laina da Costa. A interdisciplinaridade entre a arqueologia e a geografia: experiências em projetos de pesquisa. **Revista Museu**, v. 1, p. 1-5, 2010.

HOUAISS, A.; VILLAR, M.; FRANCO, F. M. M. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. **ISO 9706:** Information and documentation — Paper for documents — Requirements for permanence. 2. ed. Geneva: ISO, 2025. Disponível em: <https://www.iso.org/standard/88960.html>. Acesso em: 18 jul. 2025.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. **ISO 11798:** Information and documentation — Permanence and durability of writing, printing and copying on paper — Requirements and test methods. 2. ed. Geneva: ISO, 2023. Disponível em: <https://www.iso.org/standard/83118.html>. Acesso em: 18 jul. 2025.

FABRINO, Raphael; DUARTE, Alice. A ampliação do conceito de patrimônio cultural e a Unesco. **Museologia & Interdisciplinaridade**, v. 11, n. 22, p. 254-270, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/museologia.v11i22.38565>. Acesso em: 25 jul. 2024.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Normas e Diretrizes para Intervenções Arqueológicas.** Brasília: IPHAN, 2019. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/legislacao> Acesso em: 06 jun. 2024.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Parecer Técnico nº 91/2019 - IPHAN-MA/COTEC. Disponível em: https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_documento_consulta_externa.php?9LibXMqGnN7gSpLFOOgUQFziRouBJ5VnVL5b7-UrE5RpZfVJi8xW6cct3H91gvd_x16c1H77YZH2GTA5RpyZ0sQmMnkw-wPMwxBkbm2YHLb_asF4iq3gUa2xHJsSBqdT 2019. Acesso em: 04 mai. 2025.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão – SICG. Brasília, DF: IPHAN, [s.d.]. Disponível em: <https://sicg.iphan.gov.br/sicg/manual/intro.html>. Acesso em: 29 jul. 2025.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. Sistema de Gestão do Patrimônio Arqueológico – SGPA. Brasília, DF: IPHAN, [s.d.]. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/sgpa/?consulta=cnsa%3B>. Acesso em: 29 jul. 2025.

LAGE, Maria Conceição S. M.; BORGES, Jóina F.; ROCHA JÚNIOR, Simplício S. Sítios de Registros Rupestres: Monitoramento e Conservação. **Mneme (Caicó. Online)**, Recife, v. 1, n. 1, p. 01-24, 2005.

LAGE, Maria da Conceição Soares Meneses; FARIAS FILHO, Benedito Batista. Arqueometria aplicada à conservação de sítios de arte rupestre. **Cadernos do Lepaarq**, v. XV, n. 30., p. 327-343, 2018.

LEITE FILHO, Deusdédit Carneiro; LEITE, Eliane Gaspar. Ocupação pré-histórica na Ilha de São Luís: a ocorrência de grupos ceramistas proto-Tupi. **Boletim da Comissão Maranhense de Folclore**, 2005. Disponível em: <https://www.cmfolclore.ufma.br/arquivos/76af71a2bb62f40c175256bbcadb480a.pdf#page=22>. Acesso em: 04 set. 2024.

LEROI-GOURHAN, A. **Les fouilles préhistoriques - techniques et methodes**. Paris: A. et J. Picard et Cie. 1950.

LEROI-GOURHAN, A. **Vocabulaire. Foilles de Pincevant**. Essai ethnographique d'un habitat Magdalenien. GalliaRevistone, Supplément, Paris, v. 7. 1972.

LEROI-GOURHAN, Arlette. A propos des trente ans de Gallia. **Gallia Préhistoire**, v. 15, n. 1, p. 1-2, 1972.

LIMA, Olavo Correia; AROSO, Olir Coreia. **Pré-história maranhense**. São Luís, MA: SIOGE, 1989.

LOWENTHAL, David. **The past is a foreign country-revisited**. Cambridge University Press, 2015.

MAIA, Manuela Eugênio; BARRANCOS, Jacqueline Echeverría. Por uma sociologia imaginativa: o presente do passado no processo de cristalização cultural. **Ciência da Informação em Revista**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 119–131, 2021. DOI: 10.28998/cirev.%y8119-131. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/10658>. Acesso em: 15 maio. 2025.

MARINHO, Márcia Francisca Bezerra. **Gestão de documentos: percepção de gestores de entidades representativas de duas esferas públicas**. 2016. Disponível em: <http://www.ccsa.ufpb.br/arqv/contents/documentos/079MarciaFranciscaBezerraMarinho.pdf> 43273. Acesso em: 15 set. 2024.

MCKEEVER, S. W. S. **Thermoluminescence of solids**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

MELLO VASCONCELLOS, Camilo de. A Educação Patrimonial nos Museus de Arqueologia e na Arqueologia Preventiva: bases para um diálogo efetivo. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, p. 31-39, 2011.

MELO, Ivina Flores. O protagonismo do Arquivo Nacional na configuração da Arquivologia no Brasil (1838-1991). **ÁGORA: Arquivologia em debate**, [S. l.], v. 31, n. 62, p. 1–17, 2021. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/981>. Acesso em: 28 set. 2024.

MISUMI, Shana Yuri *et al.* A palinologia como ferramenta para apontar evidências das ocupações humanas na zona da mata mineira, MG, Brasil. **XIII Congresso da Associação Brasileira de Estudos do Quaternário ABEQUA**, 2011.

MÓNICO, Lisete *et al.* **A Observação Participante enquanto metodologia de investigação qualitativa**. CIAIQ 2017, v. 3, 2017.

OLIVEIRA, Jorge Eremites de. A Arqueologia Brasileira da década de 1980 ao início do século XXI: uma avaliação histórica e historiográfica. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 28, n. 2, p. 25-52, 2002.

OOSTERBEEK, L.; REIS, M. G. O. **Terras de Preto em Terras da Santa: Itamatatua e as suas dinâmicas quilombolas**. 2012. Disponível em: https://oasisbr.ibict.br/vufind/Record/UFMA-5_f9c2172e0284dd77b3a771617d64598d. Acesso em: 28 nov. 2024.

OOSTERBEEK, Luiz. Arqueologia pré-histórica: entre a cultura material e o patrimônio intangível. **Cadernos do LEPAARQ (UFPEL)**, p. 41-54, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/lepaarq/article/view/81>. Acesso em: 10 jun. 2024.

ORTEGA, Cristina Dotta. A documentação como uma das origens da Ciência da Informação e base fértil para sua fundamentação. **Brazilian Journal of Information Science: research trends**, Marília, SP, v. 3, n. 1, 2010. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/48>. Acesso em: 8 jan. 2025.

ORTEGA, Cristina Dotta. Surgimento e consolidação da Documentação: subsídios para compreensão da história da Ciência da Informação no Brasil. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 14, p. 59-79, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/nBnHLXhntbdShKvpM8tT3rB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 8 jan. 2025.

OTLET, Paul *et al.* **Tratado de documentação**: o livro sobre o livro: teoria e prática. 2018. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5357199/mod_resource/content/1/LIVRO_TratadoDeDocumenta%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 10 jun. 2024

PALLESTRINI, Luciana. “Superfícies amplas” em arqueologia pré-histórica no Brasil. **Revista de Arqueologia**, v. 1, n. 1, p. 7-18, 1983.

RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo Guimarães; SODRÉ, Muniz. Dicionário de comunicação. In: **Dicionário de comunicação**. 1995

REIS, Mateus da Silva. **Museu e informação**: uma proposta de avaliação da ficha de catalogação do Museu do Instituto Histórico e Geográfico do Pará. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Museologia) - Faculdade de Artes Visuais, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

RENFREW, C.; BAHN, P. Arqueologia: teorias, métodos e prática. 6. ed. Porto Alegre: Penso, 2016.

ROCHA, Luiz Célio Souza; ARAÚJO, GEF de; MARQUES, Robson Oliveira. Abordagens epistemológicas nas pesquisas em administração: uma análise nas dissertações de um programa de pós-graduação no Nordeste brasileiro. **HOLOS**, v. 4, p. 126-147, 2012.

RODRIGUES, Charles; BLATTMANN, Ursula. Gestão da informação e a importância do uso de fontes de informação para geração de conhecimento. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 19, p. 4-29, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-5344/1515>. Acesso em: 25 set. 2024.

ROWLEY, Jennifer. The wisdom hierarchy: representations of the DIKW hierarchy. **Journal of information science**, v. 33, n. 2, p. 163-180, 2007. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/41125158_The_wisdom_hierarchy_Representations_of_the_DIKW_hierarchy. Acesso em: 25 set. 2024.

SANTOS, Juliana Cardoso dos. Gestão documental e gestão da informação abordagens, modelos e etapas. **Informação Profissões**, v. 10, n. 1, p. 99-120, 2021. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/infoprof/article/view/43273>. Acesso em: 25 set. 2024.

SANTOS, Juliana Cardoso dos; VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Gestão documental e gestão da informação como ferramentas da memória organizacional: foco na memória repositório. **ÁGORA: Arquivologia em debate**, v. 31, n. 62, p. 1-25, 2021. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/957>. Acesso em: 25 set. 2024.

SANTOS, Paola. Paul Otlet: um pioneiro da organização das redes mundiais de tratamento e difusão da informação registrada. **Ciência da Informação**, v. 36, p. 54-63, 2007. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ci/a/sHj8wYXXTRMRfG9KZXnSVXD/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 21 nov. 2024.

SCHIFFER, Michael B. **Behavioral Archeology**. New York: Academic Press, 1976.

SCHIFFER, Michael. Contexto arqueológico y contexto sistémico. **Boletín de Antropología Americana**, n. 22, p. 81-93, 1990. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40977893?origin=JSTOR-pdf>. Acesso em: 21 de nov. 2024.

SHEDROFF, Nathan. 11 Information Interaction Design: A Unified Field Theory of Design. **Information design**, p. 267, 2000. Disponível em: http://echo.iat.sfu.ca/library/shedroff_99_unified.pdf. Acesso em: 02 jun. 2024.

SHEPHERD, Nick. Introducción: ¿Por qué arqueología? ¿Por qué decolonial?. In: SHEPHERD, Nick; GNECCO, Cristóbal; HABER, Alejandro (Org.). *Arqueología y decolonialidad*. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2016. p. 13-18.

SHEPHERD, Nick. Arqueología, colonialidad, modernidad. In: SHEPHERD, Nick; GNECCO, Cristóbal; HABER, Alejandro (Org.). *Arqueología y decolonialidad*. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2016. p. 19-70.

SHEPHERD, Nick; GNECCO, Cristóbal; HABER, Alejandro. Una conversación sur-sur. In: _____. (Org.). *Arqueología y decolonialidad*. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2016. p. 167-182.

SHEPHERD, Nick; GNECCO, Cristóbal; HABER, Alejandro. *Arqueología y decolonialidad*. Ediciones del Signo, 2016.

SILVA, Carina Kaiser Miranda da. Museus universitários e práticas em curadoria: especificidades do Museu Universitário de Arqueologia e Etnologia (MUAE-UFRGS). **4 Sebramus**, 2019.

SILVA, Pedro da; MOREIRA, Inês. Curadoria em arte/arqueologia: processos de proto e pós-escavação. **MIDAS Museus e estudos interdisciplinares**, n. 15, 2022.

SILVEIRA, F. J. N. Biblioteca, memória e identidade social. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 15, p. 67-86, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/4jq9Fg66W6sYQ3XxTMSbCRD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 de nov. 2024.

SIMIONATO, Ana Carolina. **Modelagem conceitual DILAM**: princípios descritivos de arquivos, bibliotecas e museus para o recurso imagético digital. Tese de Doutorado - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2015.

SMITH, Laurajane. **Emotional heritage**: Visitor engagement at museums and heritage sites. Routledge, 2020.

SOUSA, Rosilene Paiva Marinho de; OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire de; SOUZA, Willian Eduardo Righini de; CRIPPA, Giulia. O campo da ciência da informação e o patrimônio cultural: reflexões iniciais para novas discussões sobre os limites da área. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 15, n. 29, p. 1-23, 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/147/14712832002>. Acesso em: 01 jun. 2024.

STERELNY, K. Philosophy of evolutionary thought. In: RUSE, M.; TRAVIS, J. **Evolution**: the first four billion years. Cambridge: Harvard University Press, p. 313-29, 2009.

TANNO, Janete Leiko. A democratização dos bens patrimoniais: o direito à cidadania cultural. **Patrimônio e Memória**, p. 232-235, 2006. Disponível em: <https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/166/584>. Acesso em: 06 jun. de 2024.

TAVARES, Denis Pereira. O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Minas Gerais: um olhar para a atuação dos técnicos locais do Patrimônio. **Patrimônio e Memória**, v. 16, n. 1, p. 496-521, 2020. Disponível em: <https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/1087>. Acesso em: 01 maio 2024.

TAYLOR, Walter W. **A Study of Archeology**. Memoir 69, American Anthropological Association. Menasha: American Anthropological Association, 1967.

TELLES, M. F. P. Patrimônio cultural material e imaterial - dicotomia e reflexos na aplicação do tombamento e do registro. **Políticas Culturais em Revista**, [S. l.], v. 3, n. 2, 2011. DOI: 10.9771/1983-3717pcr.v3i2.5014. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/5014>. Acesso em: 4 out. 2024.

TOMAZ, Paulo Cesar. A preservação do patrimônio cultural e sua trajetória no Brasil. **Fênix-Revista de História e estudos culturais**, v. 7, n. 2, p. 1-12, 2010. Disponível em: <https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/260>. Acesso em: 06 jun. 2024.

TRIGGER, Binford.G. **História do pensamento arqueológico**. São Paulo: Odys Editora, 2004.

VIANA, Fernanda Lopes *et al.* Novas configurações territoriais e relações interétnicas na Amazônia maranhense: perspectivas etno-históricas acerca dos contatos entre os Ka'apor e as comunidades quilombolas. 2024.

WASTERLAIN, R. S. N. Males da Boca. **Estudo da patologia oral numa amostra das Colecções Osteológicas Identificadas do Museu Antropológico da Universidade de Coimbra (finais do séc. XIX/inícios do séc. XX)**. Tese de Doutoramento (Antropologia) apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Coimbra, Portugal, 2006.